

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	10
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	20
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	41
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	102
---	-----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	104
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	106
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	107

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	113.450.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>113.450.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2011	Juros sobre Capital Próprio	29/04/2011	Ordinária		0,77119

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	2.242.928	2.065.111
1.01	Ativo Circulante	504.154	429.356
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	99.550	42.418
1.01.03	Contas a Receber	202.780	219.554
1.01.03.01	Clientes	146.157	137.618
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	56.623	81.936
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	7.908	29.417
1.01.03.02.02	Impostos a Recuperar	40.460	41.512
1.01.03.02.04	Partes Relacionadas	1.055	1.127
1.01.03.02.05	Outras Contas a Receber	7.200	9.880
1.01.04	Estoques	200.086	166.227
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.738	1.157
1.02	Ativo Não Circulante	1.738.774	1.635.755
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	106.557	103.653
1.02.01.06	Tributos Diferidos	17.248	18.481
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.248	18.481
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	89.309	85.172
1.02.01.09.03	Incentivos Fiscais / Outros Créditos	5.247	4.985
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	15.951	15.362
1.02.01.09.05	Impostos a Recuperar	68.111	64.825
1.02.02	Investimentos	1.038.176	937.497
1.02.02.01	Participações Societárias	1.038.176	937.497
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.038.087	937.408
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	89	89
1.02.03	Imobilizado	582.521	581.289
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	542.063	557.401
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	40.458	23.888
1.02.04	Intangível	6.520	5.593
1.02.04.01	Intangíveis	6.520	5.593
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	1.602	1.498
1.02.04.01.03	Software	4.918	4.095
1.02.05	Diferido	5.000	7.723

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	2.242.928	2.065.111
2.01	Passivo Circulante	228.280	185.995
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	40.210	34.923
2.01.01.01	Obrigações Sociais	12.246	10.179
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	27.964	24.744
2.01.02	Fornecedores	30.014	35.920
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	30.014	35.920
2.01.03	Obrigações Fiscais	21.603	23.678
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.789	9.229
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.512	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais e Federais	8.277	9.229
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	9.653	14.310
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	161	139
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	127.217	22.616
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	127.217	22.616
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	21.686	21.487
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	105.531	1.129
2.01.05	Outras Obrigações	9.236	68.858
2.01.05.02	Outros	9.236	68.858
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	53.907
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	1.910	1.182
2.01.05.02.05	Contas a Pagar	2.712	5.878
2.01.05.02.06	Subvenções Governamentais	4.614	7.891
2.02	Passivo Não Circulante	118.997	112.315
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	77.219	73.804
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	77.219	73.804
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	74.340	70.488
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.879	3.316
2.02.02	Outras Obrigações	3.885	3.275
2.02.02.02	Outros	3.885	3.275
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	403	461
2.02.02.02.04	Contas a Pagar	3.422	2.814
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	60	0
2.02.03	Tributos Diferidos	9.815	8.109
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.815	8.109
2.02.04	Provisões	28.078	27.127
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	26.561	25.610
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	17.937	17.707
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.993	6.998
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	631	905
2.02.04.02	Outras Provisões	1.517	1.517
2.02.04.02.04	Outros	1.517	1.517
2.03	Patrimônio Líquido	1.895.651	1.766.801
2.03.01	Capital Social Realizado	777.796	746.529
2.03.02	Reservas de Capital	121.985	123.171
2.03.02.04	Opções Outorgadas	0	1.186

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2.03.02.07	Reserva de Incentivos Fiscais	105.456	105.456
2.03.02.08	Reserva Especial	16.529	16.529
2.03.04	Reservas de Lucros	833.171	897.049
2.03.04.01	Reserva Legal	55.162	55.162
2.03.04.02	Reserva Estatutária	376.268	376.788
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	401.741	431.514
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	33.585
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	162.657	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	42	52

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	443.215	857.235	356.126	695.841
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	511.732	987.754	412.235	804.281
3.01.02	Vendas Canceladas/Devoluções de Vendas	-2.984	-5.864	-3.239	-6.000
3.01.03	Impostos sobre Vendas	-63.270	-120.266	-50.937	-98.890
3.01.04	Descontos Incorridos	-2.263	-4.389	-1.933	-3.550
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-284.420	-547.086	-210.987	-409.543
3.03	Resultado Bruto	158.795	310.149	145.139	286.298
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-74.729	-139.447	-56.940	-120.420
3.04.01	Despesas com Vendas	-60.870	-115.062	-52.074	-103.693
3.04.01.01	Com Vendas	-60.133	-113.556	-51.315	-102.161
3.04.01.02	Depreciação e Amortização	-737	-1.506	-759	-1.532
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.521	-52.807	-23.709	-46.765
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-19.323	-39.620	-17.025	-32.948
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-1.606	-3.919	-1.663	-3.869
3.04.02.03	Honorários da Administração	-2.009	-3.971	-1.925	-3.672
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-2.583	-5.297	-3.096	-6.276
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.498	2.964	877	2.234
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-859	-5.230	-302	-3.660
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.023	30.688	18.268	31.464
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	84.066	170.702	88.199	165.878
3.06	Resultado Financeiro	6.373	9.714	-2.146	-83
3.06.01	Receitas Financeiras	10.375	17.266	6.168	17.755
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.002	-7.552	-8.314	-17.838
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	90.439	180.416	86.053	165.795
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.902	-17.759	-6.864	-17.343
3.08.01	Corrente	-10.194	-14.821	-5.883	-13.558
3.08.02	Diferido	1.292	-2.938	-981	-3.785
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	81.537	162.657	79.189	148.452

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	81.537	162.657	79.189	148.452
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,71872	1,43376	0,69819	1,30887
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,71872	1,43376	0,69819	1,30887

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	81.537	162.657	79.189	148.452
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-7	-10	28	983
4.02.01	Ajuste de Instrumentos Financeiros	0	0	0	959
4.02.02	Ajustes de Conversão do Período	-7	-10	28	24
4.03	Resultado Abrangente do Período	81.530	162.647	79.217	149.435

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	123.409	106.764
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	170.091	161.061
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	180.416	165.795
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	23.159	21.771
6.01.01.03	Custo na Venda de Ativos Permanentes	292	61
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-30.688	-31.464
6.01.01.05	Atualização Financiamentos/Aplicações Financiam	-3.088	4.898
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-31.807	-37.148
6.01.02.01	(Aumento)Redução Contas a Receber Clientes	-8.538	-6.862
6.01.02.02	(Aumento)Redução nos Estoques	-33.504	-14.002
6.01.02.03	(Aumento)nos Impostos a Recuperar	-1.186	-7.224
6.01.02.04	Aumento(Redução) em Outras Contas a Receber	22.829	-10.711
6.01.02.05	Aumento(Redução) em Fornecedores	-5.906	9.147
6.01.02.06	Aumento(Redução) nos Impostos e Contribuições	-6.693	5.580
6.01.02.07	Aumento(Redução) nas Subvenções Governamentais	-3.217	4.558
6.01.02.08	Aumento(Redução) em Contas a Pagar e Provisões	4.408	-17.634
6.01.03	Outros	-14.875	-17.149
6.01.03.01	Recebimentos de Juros	0	1.658
6.01.03.02	Juros e Variações Cambiais Pagos	-3.566	-5.954
6.01.03.03	IR e CSLL Pagos	-11.309	-14.427
6.01.03.04	Liberação de Incentivos p/ Reinvestimentos	0	1.574
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-89.723	-11.335
6.02.01	Aquisição de Imobilizado,Diferido e Intangível	-19.511	-32.109
6.02.02	Aquisição de Ações de Emissão da Cia.	-489	0
6.02.03	Aplicações de Investimentos	-70.000	-45.627
6.02.04	Vendas de Ações em Tesouraria	277	2.734
6.02.05	Vendas de Títulos e Valores Mobiliários	0	63.667
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	23.446	-64.809
6.03.01	Aquisição de Financiamentos	158.683	73.797
6.03.02	Pagamentos de Financiamentos	-47.745	-62.330
6.03.03	Pagamento de Lucros Distribuídos	-87.492	-76.276
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	57.132	30.620
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	42.418	26.660
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	99.550	57.280

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	746.529	123.171	897.049	0	52	1.766.801
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	746.529	123.171	897.049	0	52	1.766.801
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.267	-1.186	-63.878	0	0	-33.797
5.04.01	Aumentos de Capital	31.267	0	-31.267	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-212	0	0	0	-212
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-33.585	0	0	-33.585
5.04.08	Opções de ações canceladas ou perdidas	0	-974	974	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	162.657	-10	162.647
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	162.657	0	162.657
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10	-10
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-10	-10
5.07	Saldos Finais	777.796	121.985	833.171	162.657	42	1.895.651

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	728.336	124.701	648.755	-2.495	-852	1.498.445
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	728.336	124.701	648.755	-2.495	-852	1.498.445
5.04	Transações de Capital com os Sócios	16.619	-1.312	-41.178	0	0	-25.871
5.04.01	Aumentos de Capital	16.619	0	-16.619	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-1.312	0	0	0	-1.312
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	3.349	0	0	3.349
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	695	0	0	695
5.04.06	Dividendos	0	0	-28.603	0	0	-28.603
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	148.452	983	149.435
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	148.452	0	148.452
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	983	983
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	959	959
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	24	24
5.07	Saldos Finais	744.955	123.389	607.577	145.957	131	1.622.009

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
7.01	Receitas	981.536	796.607
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	977.501	794.731
7.01.02	Outras Receitas	2.964	2.251
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	756	892
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	315	-1.267
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-623.245	-463.863
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-442.535	-309.973
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-179.958	-152.998
7.02.04	Outros	-752	-892
7.02.04.01	Materiais Relativos à Construção Ativos Próprios	-752	-892
7.03	Valor Adicionado Bruto	358.291	332.744
7.04	Retenções	-23.159	-21.771
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	335.132	310.973
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	47.954	49.219
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	30.688	31.464
7.06.02	Receitas Financeiras	17.266	17.755
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	383.086	360.192
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	383.086	360.192
7.08.01	Pessoal	107.068	92.858
7.08.01.01	Remuneração Direta	72.506	64.351
7.08.01.02	Benefícios	27.786	22.016
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.599	6.452
7.08.01.04	Outros	177	39
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	102.972	97.862
7.08.02.01	Federais	72.997	66.046
7.08.02.02	Estaduais	29.406	30.789
7.08.02.03	Municipais	569	1.027
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.389	21.020
7.08.03.01	Juros	7.552	17.838
7.08.03.02	Aluguéis	2.837	3.182
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	88.759	90.049
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	88.759	90.049
7.08.05	Outros	73.898	58.403
7.08.05.01	Incentivos Fiscais	73.898	58.403

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	2.617.106	2.361.609
1.01	Ativo Circulante	808.136	680.397
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	116.292	54.372
1.01.03	Contas a Receber	397.025	359.921
1.01.03.01	Clientes	321.111	259.484
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	75.914	100.437
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedor	8.984	29.518
1.01.03.02.02	Impostos a Recuperar	53.285	55.674
1.01.03.02.04	Partes Relacionadas	825	782
1.01.03.02.05	Outras Contas a Receber	12.820	14.463
1.01.04	Estoques	292.255	264.499
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.564	1.605
1.02	Ativo Não Circulante	1.808.970	1.681.212
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	151.116	145.950
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	11.156	10.578
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	11.156	10.578
1.02.01.06	Tributos Diferidos	24.885	27.010
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24.885	27.010
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	115.075	108.362
1.02.01.09.03	Incentivos Fiscais / Outros Créditos	6.263	5.749
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	33.718	30.751
1.02.01.09.05	Impostos a Recuperar	75.094	71.862
1.02.02	Investimentos	127	127
1.02.02.01	Participações Societárias	127	127
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	127	127
1.02.03	Imobilizado	1.043.669	977.706
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	896.735	870.130
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	146.934	107.576
1.02.04	Intangível	614.058	557.429
1.02.04.01	Intangíveis	114.427	113.298
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	109.395	109.141
1.02.04.01.03	Software	5.032	4.157
1.02.04.02	Goodwill	499.631	444.131

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	2.617.106	2.361.609
2.01	Passivo Circulante	356.533	287.251
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	72.021	62.132
2.01.01.01	Obrigações Sociais	33.144	18.844
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	38.877	43.288
2.01.02	Fornecedores	73.937	62.380
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	73.937	62.380
2.01.03	Obrigações Fiscais	39.723	47.403
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	21.771	19.381
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.512	1.571
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	18.259	17.810
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	17.732	27.802
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	220	220
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	149.459	41.013
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	149.459	41.013
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	43.928	39.883
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	105.531	1.130
2.01.05	Outras Obrigações	21.393	74.323
2.01.05.02	Outros	21.393	74.323
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	53.907
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	2.532	1.310
2.01.05.02.05	Contas a Pagar	13.622	10.221
2.01.05.02.06	Subvenções Governamentais	5.239	8.885
2.02	Passivo Não Circulante	369.174	313.841
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	268.253	235.187
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	268.253	235.187
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	265.374	231.871
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.879	3.316
2.02.02	Outras Obrigações	15.171	4.568
2.02.02.02	Outros	15.171	4.568
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	11.681	1.738
2.02.02.02.04	Contas a Pagar	3.430	2.830
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	60	0
2.02.03	Tributos Diferidos	36.408	26.403
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	36.408	26.403
2.02.04	Provisões	49.342	47.683
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	47.825	46.166
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	23.327	22.474
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	22.023	20.779
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.475	2.913
2.02.04.02	Outras Provisões	1.517	1.517
2.02.04.02.04	Outros	1.517	1.517
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.891.399	1.760.517
2.03.01	Capital Social Realizado	777.796	746.529
2.03.02	Reservas de Capital	121.985	123.171
2.03.02.04	Opções Outorgadas	0	1.186

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2.03.02.07	Reservas de Incentivos Fiscais	105.456	105.456
2.03.02.08	Reserva Especial	16.529	16.529
2.03.04	Reservas de Lucros	833.171	897.049
2.03.04.01	Reserva Legal	55.163	55.162
2.03.04.02	Reserva Estatutária	376.267	376.788
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	401.741	431.514
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	33.585
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	158.405	-6.284
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	42	52

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	722.366	1.369.534	593.993	1.155.945
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ ou Serviços	854.285	1.617.995	702.332	1.366.882
3.01.02	Vendas Canceladas/Devoluções de Vendas	-7.901	-15.864	-7.070	-14.740
3.01.03	Impostos sobre Vendas	-119.518	-224.681	-97.427	-189.098
3.01.04	Descontos Incorridos	-4.500	-7.916	-3.842	-7.099
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-457.072	-855.225	-346.899	-674.744
3.03	Resultado Bruto	265.294	514.309	247.094	481.201
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-171.437	-321.596	-145.296	-290.247
3.04.01	Despesas com Vendas	-134.304	-245.895	-112.516	-223.449
3.04.01.01	Com Vendas	-132.728	-242.771	-111.063	-220.668
3.04.01.02	Depreciação Amortização	-1.576	-3.124	-1.453	-2.781
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-37.536	-74.114	-33.008	-64.473
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-30.124	-59.324	-25.864	-49.805
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-3.911	-7.561	-3.527	-7.572
3.04.02.03	Honorários da Administração	-2.009	-3.971	-1.925	-3.672
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-1.492	-3.258	-1.692	-3.424
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.154	6.543	1.630	4.366
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.751	-8.130	-1.402	-6.691
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	93.857	192.713	101.798	190.954
3.06	Resultado Financeiro	-603	-438	-7.306	-10.494
3.06.01	Receitas Financeiras	11.895	19.982	8.474	23.285
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.498	-20.420	-15.780	-33.779
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	93.254	192.275	94.492	180.460
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.746	-27.586	-14.080	-29.555
3.08.01	Corrente	-9.833	-17.664	-9.000	-16.671
3.08.02	Diferido	-913	-9.922	-5.080	-12.884
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	82.508	164.689	80.412	150.905
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	82.508	164.689	80.412	150.905

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	82.508	164.689	80.412	150.905
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,72728	1,45167	0,70897	1,33050
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,72728	1,45167	0,70897	1,33050

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	82.508	164.689	80.412	150.905
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-7	-10	28	983
4.02.01	Ajuste de Instrumentos Financeiros	0	0	0	959
4.02.02	Ajustes de Conversão de Período	-7	-10	28	24
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	82.501	164.679	80.440	151.888
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	82.501	164.679	80.440	151.888

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	162.419	171.068
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	228.435	223.281
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	192.275	180.460
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	30.482	25.566
6.01.01.03	Custo na Venda de Ativos Permanentes	429	113
6.01.01.05	Atualização Financiamentos/Aplicações Financiam	5.249	17.142
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-42.366	-16.690
6.01.02.01	(Aumento)Redução Contas a Receber Clientes	-41.074	-10.113
6.01.02.02	(Aumento)Redução nos Estoques	-21.522	-9.666
6.01.02.03	(Aumento) nos Impostos a Recuperar	577	-8.530
6.01.02.04	Aumento(Redução) em Outras Contas a Receber	23.369	-11.929
6.01.02.05	Aumento(Redução) em Fornecedores	4.069	8.388
6.01.02.06	Aumento(Redução) nos Impostos e Contribuições	-8.448	2.055
6.01.02.07	Aumento(Redução) nas Subvenções Governamentais	-3.586	5.328
6.01.02.08	Aumento(Redução) em Contas a Pagar e Provisões	4.249	7.777
6.01.03	Outros	-23.650	-35.523
6.01.03.01	Recebimentos de Juros	0	1.658
6.01.03.02	Juros e Variações Cambiais Pagos	-6.956	-20.651
6.01.03.03	IR e CSLL Pagos	-16.694	-18.104
6.01.03.04	Liberção de Incentivos p/ Reinvestimento	0	1.574
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-93.178	-63.498
6.02.01	Aquisição de Imobilizado, Diferido e Intangível	-48.126	-71.082
6.02.02	Aquisição de Ações de Emissão da Cia.	-489	0
6.02.04	Venda de Ações em Tesouraria	277	2.734
6.02.05	Venda de Títulos e Valores Mobiliários	0	63.667
6.02.06	Fluxo de Caixa Aquisição de Participação Societária	-44.840	-58.817
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.321	-64.667
6.03.01	Aquisição de Financiamentos	163.132	83.233
6.03.02	Pagamentos de Financiamentos	-82.961	-71.624
6.03.03	Pagamento de Lucros Distribuídos	-87.492	-76.276
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	61.920	42.903
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	54.372	58.761
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	116.292	101.664

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	746.529	123.171	897.049	-6.284	52	1.760.517	0	1.760.517
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	746.529	123.171	897.049	-6.284	52	1.760.517	0	1.760.517
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.267	-1.186	-63.878	0	0	-33.797	0	-33.797
5.04.01	Aumentos de Capital	31.267	0	-31.267	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-212	0	0	0	-212	0	-212
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-33.585	0	0	-33.585	0	-33.585
5.04.08	Opções de ações canceladas ou perdidas	0	-974	974	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	164.689	-10	164.679	0	164.679
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	164.689	0	164.689	0	164.689
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10	-10	0	-10
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-10	-10	0	-10
5.07	Saldos Finais	777.796	121.985	833.171	158.405	42	1.891.399	0	1.891.399

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	728.336	124.701	648.755	-13.644	-852	1.487.296	0	1.487.296
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	728.336	124.701	648.755	-13.644	-852	1.487.296	0	1.487.296
5.04	Transações de Capital com os Sócios	16.619	-1.312	-41.178	0	0	-25.871	0	-25.871
5.04.01	Aumentos de Capital	16.619	0	-16.619	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-1.312	0	0	0	-1.312	0	-1.312
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	4.044	0	0	4.044	0	4.044
5.04.06	Dividendos	0	0	-28.603	0	0	-28.603	0	-28.603
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	150.906	983	151.889	0	151.889
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	150.906	0	150.906	0	150.906
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	24	24	0	24
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	24	24	0	24
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	959	959	0	959
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	959	959	0	959
5.07	Saldos Finais	744.955	123.389	607.577	137.262	131	1.613.314	0	1.613.314

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010</b>
7.01	Receitas	1.606.335	1.352.449
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.594.215	1.345.042
7.01.02	Outras Receitas	5.172	3.598
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	7.367	6.603
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-419	-2.794
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.001.279	-796.672
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-648.993	-492.906
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-348.387	-299.053
7.02.04	Outros	-3.899	-4.713
7.02.04.01	Materiais Relativos à Construção Ativos Próprios	-3.899	-4.713
7.03	Valor Adicionado Bruto	605.056	555.777
7.04	Retenções	-30.482	-25.566
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-25.566
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	574.574	530.211
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	19.982	23.285
7.06.02	Receitas Financeiras	19.982	23.285
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	594.556	553.496
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	594.556	553.496
7.08.01	Pessoal	195.162	164.466
7.08.01.01	Remuneração Direta	140.120	115.685
7.08.01.02	Benefícios	41.776	37.862
7.08.01.03	F.G.T.S.	12.096	10.720
7.08.01.04	Outros	1.170	199
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	209.366	199.271
7.08.02.01	Federais	139.859	132.625
7.08.02.02	Estaduais	67.910	64.756
7.08.02.03	Municipais	1.597	1.890
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	25.339	38.854
7.08.03.01	Juros	20.420	33.779
7.08.03.02	Aluguéis	4.919	5.075
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	90.791	92.502
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	90.791	92.502
7.08.05	Outros	73.898	58.403
7.08.05.01	Incentivos Fiscais	73.898	58.403

## Comentário do Desempenho

Aos Senhores acionistas e à Sociedade,

A Administração da **M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos** anuncia e submete à sua apreciação o resultado do segundo trimestre de 2011 (2T11) e do primeiro semestre de 2011 (1S11). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis internacionais - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") - emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

### COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A M. Dias Branco vem apresentar ao mercado os seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2011 (2T11), ratificando seu compromisso com as melhores práticas de transparência e de divulgação, a fim de permitir aos acionistas e à sociedade a mais ampla e correta interpretação de seu negócio e de seus resultados.

A Companhia anunciou em Fato Relevante publicado em 26/04/2011, a aquisição da NPAP Alimentos S.A. (Pilar), empresa que industrializa e comercializa os biscoitos e massas da marca "Pilar", através de sua controlada Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda (Vitarella).

A referida operação está inserida na estratégia da Companhia de participar ativamente do processo de consolidação do setor, ampliando sua liderança nacional em biscoitos e massas, além de contribuir para o aumento de sua capacidade competitiva e presença na região Nordeste. Atualmente, de acordo com dados disponibilizados pela A.C. Nielsen para o período maio/junho de 2011 e considerando dados de market-share em volume, a Companhia possui 24,3% tanto do mercado nacional de biscoitos como no mercado nacional de massas. Ressaltamos ainda que o processo de integração da Pilar, atualmente em curso, não impede a continuidade das ações visando oportunidades de crescimento via aquisições.

Os resultados consolidados apresentados neste trimestre contemplam os resultados obtidos pela Pilar a partir da data do anúncio do Fato Relevante anteriormente citado, porém será destacado no decorrer desse release, o impacto dos números da referida empresa adquirida no resultado consolidado da M. Dias Branco.

Dando início a apresentação dos resultados, destacamos que no 2T11 a M. Dias Branco obteve um volume total de vendas, líquido de devoluções, da ordem de 338,8 mil toneladas, que representa um crescimento, no consolidado, de 6,9% em relação ao 2T10, sendo importante mencionar os crescimentos obtidos em biscoitos (11,4%) e massas (15,0%). Esse resultado é decorrente principalmente do aumento das vendas de biscoitos e massas, notadamente nas regiões Nordeste e Sudeste, além dos efeitos da aquisição da Pilar.

No tocante a preços, refletindo seus esforços para o repasse do aumento do custo de suas principais matérias-primas ao longo dos trimestres, a Companhia registrou uma elevação do preço médio consolidado de seus produtos da ordem de 13,9% no comparativo entre o 2T11 e 2T10, com destaque para o crescimento obtido em Farinha e Farelo (24,3%), Biscoitos (7,8%), Massas (6,2%), além de Margarinas e Gorduras (13,0%).

## Comentário do Desempenho

No entanto, vale ressaltar que os aumentos registrados ainda não foram suficientes para recomposição das margens, propósito este que a Companhia prosseguirá buscando ao longo dos próximos meses, tendo inclusive para este fim realizado novos reajustes de preços a partir de junho de 2011.

Como resultado dos dados de volumes e preços anteriormente apresentado, a Receita Líquida obtida pela M. Dias Branco no 2T11 atingiu R\$ 722,3 milhões, apresentando uma expansão de 21,6% em relação ao 2T10.

É importante destacar que a Companhia prossegue com esforços no sentido de ampliar suas exportações, consciente da importância de que a expansão geográfica também fora do Brasil é um caminho natural na sua história de crescimento. Mesmo que em um primeiro momento as exportações possam não apresentar uma contribuição relevante para os resultados, na visão da Companhia representa um posicionamento estratégico em mercados com bom potencial de agregação de valor no futuro, além da possibilidade de se realizar *hedge*, em função da geração de recebíveis (ativos) em moeda estrangeira para se contrapor a passivos em moeda estrangeira decorrentes da importação de matérias-primas.

Com relação aos custos operacionais totais, a Companhia registrou um montante de R\$ 457,1 milhões no 2T11, representando um crescimento de 31,8% em relação ao 2T10, enquanto o custo operacional total por tonelada apresentou um crescimento de 23,3% no mesmo comparativo trimestral. O fator mais relevante na composição dos referidos custos operacionais foi o custo de matérias-primas, que atingiu R\$ 329,5 milhões no 2T11 (um crescimento de 38,0% em relação ao 2T10) e uma elevação de 29,2% no custo operacional total por tonelada no mesmo comparativo trimestral.

Destacamos que além da decisão da Companhia de prosseguir com repasses graduais de preços, os efeitos da aquisição da Pilar também contribuíram para o cenário de pressão de margens no 2T11. À medida que o processo de integração for avançando a Companhia tem a expectativa de que as sinergias obtidas venham contribuir para o cenário de recomposição das margens na empresa adquirida.

Em consequência da confrontação de receitas e custos operacionais, o Lucro Bruto atingiu R\$ 265,2 milhões no 2T11, um crescimento de 7,3% em relação ao igual período do ano anterior.

Já as despesas operacionais totais atingiram R\$ 171,4 milhões no 2T11 (crescimento de 18,0% em relação ao 2T10), enquanto que as despesas operacionais por tonelada se elevaram em 10,4%, decorrentes principalmente do aumento das despesas com vendas, devido essencialmente ao crescimento do volume de vendas e do aumento de despesas com ações de marketing no comparativo trimestral, principalmente em função da realização de campanhas promocionais no 2T11.

Em decorrência dos fatores apresentados anteriormente, o EBITDA alcançou R\$ 109,2 milhões no 2T11 – uma redução de 5,1% em relação ao 2T10. Já o Lucro Líquido atingiu R\$ 82,5 milhões no 2T11, um crescimento de 2,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Após um período de gradativas e constantes reduções no seu endividamento, a Companhia optou por financiar insumos importados para fazer face à aquisição da Pilar e o pagamento dos juros sobre o capital próprio, com isso a M. Dias Branco encerrou o 2T11 com uma Dívida Líquida de R\$ 290,2 milhões, superior aos R\$ 196,4 milhões registrados no 1T11, porém 18,4% inferior aos R\$ 355,5 milhões registrados no 2T10.

No tocante a investimentos para suporte ao crescimento orgânico, a Companhia continua sua expansão de capacidade para atendimento tanto do aumento da demanda de produtos como da necessidade de

## Comentário do Desempenho

matéria-prima para consumo interno (verticalização), destacando-se que o investimento total realizado no primeiro semestre de 2011 atingiu R\$ 59 milhões, que representa 4,3% da Receita Líquida obtida no referido semestre.

A Administração segue atenta à necessidade de ampliação de vendas e redução da representatividade de custos e despesas, consciente do compromisso de maximização do valor da riqueza dos acionistas e dos desafios de transformar resultados passados em metas a serem ultrapassadas.

### ACOMPANHAMENTO DO MERCADO DE *COMMODITIES*

A atividade econômica desenvolvida pela Companhia possui, em sua matriz de produção, importantes insumos, tais como o trigo em grão e os óleos vegetais, além da farinha de trigo e gorduras adquiridas de terceiros para industrialização nas unidades dos Estados de Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul. Esses insumos apresentam oscilações de preços decorrentes da dinâmica de oferta e demanda no mercado de commodities.

No entanto, é importante destacar que a Companhia possui um modelo de negócios, composto por um conjunto de instrumentos de gestão e de atuação no mercado, que lhe possibilita obter, ao longo do tempo, pouca variação nos patamares de margem bruta mesmo diante de significativas e sucessivas variações nos preços de suas principais matérias-primas.

Alguns desses instrumentos são fundamentais para isso, tais como a força das marcas da M. Dias Branco, o seu modelo de distribuição, a estratégia de verticalização, a administração do repasse do aumento dos custos dos insumos para os preços dos produtos e a amplitude do portfólio de produtos.

A seguir, são apresentadas informações referentes ao cenário das principais matérias-primas utilizadas pela M. Dias Branco, além da evolução dos preços médios de aquisição dos referidos insumos praticados pela Companhia em relação aos preços médios de mercado.



#### TRIGO

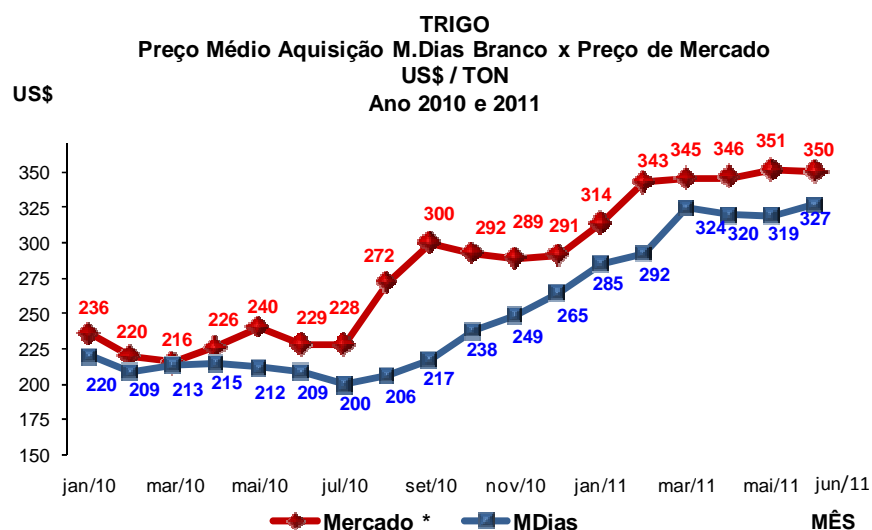
O preço do mercado atingiu média trimestral de USD 349 no 2T11, um acréscimo de 50,6% em relação ao mesmo período do ano anterior quando registrava USD 232, e na análise semestral, a elevação foi de 49,8%, passando de uma média semestral de USD 228 no 1S10 para USD 341 no 1S11. No entanto, se considerarmos a variação em relação a março de 2011, quando a cotação média mensal atingiu USD 345 por tonelada (FOB), o preço médio no 2T11 ficou praticamente estável, variando apenas 1,2%, demonstrando assim uma redução no ritmo de alta dos preços.

A partir do final de junho de 2011, os preços do trigo iniciaram uma trajetória de queda, decorrente principalmente dos seguintes fatores: a) a melhora das condições climáticas na Europa, amenizando preocupações quanto à produção; b) o avanço da colheita do trigo de inverno nos EUA (63%), em linha com a média dos últimos 10 anos, e a qualidade da safra do trigo americano de primavera (73% entre

## Comentário do Desempenho

bom e excelente); c) produção recorde de trigo na Índia (86 milhões de toneladas), que inclusive poderá viabilizar exportações após quatro anos de proibições e; d) liberação de exportações do trigo da Rússia, tendo inclusive já sido feita a primeira compra, de cerca de 180 mil toneladas, pelo Egito, que é o maior importador mundial.

Durante o 1S11, a Companhia manteve seu preço médio de aquisição inferior ao preço médio de aquisição do mercado, com uma economia média de 8,8%.



\* Fonte: www.safras.com.br



## ÓLEOS VEGETAIS

Após a elevação dos preços apresentada em janeiro de 2011, os preços dos óleos de palma e de soja recuaram a partir de fevereiro de 2011, decorrente, principalmente, da estabilização climática ocorrida na Malásia (que contribuiu para a colheita da palma) e na América do Sul (que contribuiu para a colheita da soja). O preço do óleo de soja fechou com cotação média de R\$ 2.584 (FOB) por tonelada, em junho de 2011 e o óleo de palma, apesar da elevação durante maio, teve forte queda em junho influenciado pela expectativa do aumento global dos estoques, fechando com cotação média de USD 1.239 (FOB) por tonelada no referido mês.

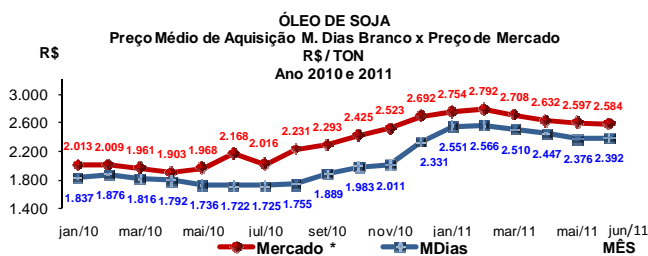
A queda nos preços do óleo de soja desde fevereiro é decorrente principalmente da excelente safra de soja na América do Sul, que em consequência gerou um aumento nos estoques globais de soja e influenciou o preço da commodity, em função da dinâmica de oferta e demanda.

Em relação ao óleo de palma, a expectativa de aumento da produção na Indonésia, na Malásia e na Tailândia desde maio desse ano está contribuindo para a previsão de aumento dos estoques globais, e em consequência para a redução nos preços.

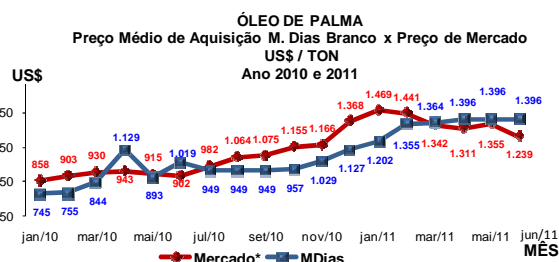
Por outro lado, a manutenção dos preços do petróleo nos atuais níveis acima de USD 95 / barril torna atrativa a utilização dos óleos vegetais para produção de biocombustível, que poderá dificultar a continuidade da tendência de queda nos seus preços.

## Comentário do Desempenho

De acordo com a expectativa do aumento da produção na América do Sul do óleo de soja, e do aumento da produção do óleo de palma, principalmente na Indonésia e na Malásia, considerando-se a não ocorrência de eventos climáticos que comprometam a oferta e a continuidade dos níveis atuais de preços do petróleo, espera-se que os preços dos óleos prossigam sem pressão de alta para o próximo trimestre. Assim, como no caso do trigo, a Companhia prossegue com seu objetivo de praticar preços médios de aquisição de óleos vegetais inferiores aos preços de mercado, tendo obtido uma economia média de 7,6% com o óleo de soja e de 0,6% com o óleo de palma no 1S11.



\* Fonte: www.safras.com.br



\* Fonte: Braincorp

## DESTAQUES OPERACIONAIS

A estrutura operacional da Companhia é composta pela M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, com sede no Estado do Ceará, e suas controladas, Adria Alimentos do Brasil Ltda., Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. (Vitarella) e NPAP Alimentos S.A. (Pilar). Ao final do 2T11, a controladora e as suas controladas Adria, Vitarella e Pilar contavam com 24 centros de distribuição e 12 unidades industriais, com ações de produção, comercialização e distribuição logística coordenadas de forma centralizada e integrada. As referidas unidades industriais estão localizadas nos Estados do Ceará (3), Rio Grande do Norte (1), Bahia (1), Paraíba (1), Pernambuco (2), São Paulo (3) e Rio Grande do Sul (1).

O processo de produção da Companhia é integrado e verticalizado, permitindo que parte substancial de suas duas principais matérias-primas (farinha de trigo e gordura vegetal) para a fabricação de massas e biscoitos seja produzida internamente. No 1S11, **67,4%** de toda a farinha de trigo e **58,5%** de toda a gordura vegetal utilizadas foram fabricadas internamente. É importante destacar que registramos um aumento na verticalização quando comparada com a registrada no 1S10. Nesse período, a Companhia produzia internamente 65,4% de toda a farinha de trigo e 55,0% de toda a gordura vegetal consumidas. Lembramos ainda, que a Companhia continua buscando aumentar o processo de verticalização, e os resultados apresentados ainda não contemplam a totalidade das sinergias com as controladas Vitarella e Pilar.

Aumentamos a capacidade total de produção do semestre em 7,4%, decorrentes da aquisição da Pilar, da ampliação da capacidade de produção da unidade de margarinas e gorduras localizada no Estado do Ceará, da aquisição de novas linhas de produção de biscoitos nas unidades de Salvador, Fortaleza e Jaboatão, e nova linha de produção de massas instantâneas na unidade de Salvador. Em relação ao nível de utilização da capacidade instalada, a Companhia atingiu 76,7% no 2T11, um acréscimo de 1,4 ponto percentual em relação ao 2T10 (75,3%). No 1S11, a Companhia utilizou 75,1% da capacidade de produção, um acréscimo de 0,6 ponto percentual em relação ao 1S10.

## Comentário do Desempenho

Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Total	
	2T11	2T10	2T11	2T10	2T11	2T10	2T11	2T10	2T11	2T10
Produção Total	106,7	94,3	73,3	60,1	246,8	232,6	21,3	18,5	448,1	405,5
Capacidade Total de Produção	132,6	120,5	103,8	95,6	302,8	302,8	45,0	19,5	584,2	538,4
<b>Nível de Utilização da Capacidade</b>	<b>80,5%</b>	<b>78,3%</b>	<b>70,6%</b>	<b>62,9%</b>	<b>81,5%</b>	<b>76,8%</b>	<b>47,3%</b>	<b>94,9%</b>	<b>76,7%</b>	<b>75,3%</b>

\* Em mil toneladas

Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Total	
	1S11	1S10	1S11	1S10	1S11	1S10	1S11	1S10	1S11	1S10
Produção Total	202,6	187,7	135,4	124,7	489,7	452,9	40,6	36,4	868,3	801,7
Capacidade Total de Produção	259,1	241,0	202,1	191,2	605,6	605,6	90,0	39,0	1.156,8	1.076,8
<b>Nível de Utilização da Capacidade</b>	<b>78,2%</b>	<b>77,9%</b>	<b>67,0%</b>	<b>65,2%</b>	<b>80,9%</b>	<b>74,8%</b>	<b>45,1%</b>	<b>93,3%</b>	<b>75,1%</b>	<b>74,5%</b>

\* Em mil toneladas

Quanto à estrutura de vendas, a Companhia continua com forte atuação no pequeno varejo, com 79,7% do total das vendas no **1S11** decorrentes da combinação de vendas diretas e vendas indiretas via atacadistas e distribuidores. As vendas para o nosso maior cliente representaram apenas 5,9% da receita líquida de descontos no **1S11**, o que demonstra que possuímos uma base de clientes bastante pulverizada.

Mix de Clientes	2T11	2T10	Varição	1S11	1S10	Varição
Pequeno Varejo *	35,9%	36,8%	-0,9 p.p	36,2%	37,1%	-0,9 p.p
Atacado / Distribuidores	43,4%	43,9%	-0,5 p.p	43,5%	43,8%	-0,3 p.p
Grandes Redes	16,9%	15,4%	1,5 p.p	16,7%	15,2%	1,5 p.p
Indústria	3,4%	3,7%	-0,3 p.p	3,2%	3,7%	-0,5 p.p
Outros	0,4%	0,2%	0,2 p.p	0,4%	0,2%	0,2 p.p
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>		<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	

(\*) Atendimento direto

Maiores Clientes		Vendas 2T11 (R\$ Milhões)	Participação na Receita Líquida de Descontos		Vendas 1S11 (R\$ Milhões)	Participação na Receita Líquida de Descontos	
Seqüência	Acumulado		Na Faixa	Acumulada		Na Faixa	Acumulada
1	1	52,9	6,2%	6,2%	95,0	5,9%	5,9%
49	50	236,3	27,8%	34,0%	440,9	27,4%	33,3%
50	100	75,3	8,9%	42,9%	145,0	9,0%	42,3%
900	1.000	236,7	27,8%	70,7%	443,9	27,6%	69,9%
Demais Clientes Todos clientes		249,0	29,3%	100,0%	485,3	30,1%	100,0%
<b>TOTAL</b>		<b>850,2</b>			<b>1.610,1</b>		

## RESULTADOS DO PERÍODO

### RECEITA BRUTA

A **receita bruta** consolidada no **2T11** atingiu **R\$ 854,3 milhões**, apresentando um incremento de **21,6%** frente ao **2T10**, em virtude do crescimento do volume de vendas de biscoito e massas, decorrente do crescimento orgânico e da aquisição da Pilar (esta representando um incremento de 3,7%), além do reajuste de preços em todos os segmentos, que contribuiu com um incremento de 13,2%.

## Comentário do Desempenho

Já no **1S11**, a **receita bruta** totalizou **R\$ 1.618,0 milhões**, um **crescimento de 18,4%** em relação aos R\$ 1.366,9 milhões registrados no mesmo período do ano anterior, influenciado basicamente pelos mesmos motivos do 2º trimestre. Do percentual de incremento das vendas no semestre em relação ao mesmo período do ano anterior, 1,9% está representado pelas vendas da Pilar.

As exportações representaram R\$ 2,9 milhões no 2T11 em relação a R\$ 1,2 milhão em 2T10 e R\$ 4,4 milhões no 1S11 em relação a R\$ 3,2 milhões do 1S10.

Linhas de Produto	2T11			2T10			Variações		
	Rec. Bruta	Peso	Preço Méd.	Rec. Bruta	Peso	Preço Méd.	Rec. Bruta	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	473,2	108,2	4,37	393,5	96,6	4,07	20,3%	12,0%	7,4%
Massas	189,1	71,1	2,66	154,5	61,3	2,52	22,4%	16,0%	5,6%
Farinha e Farelo	153,8	151,4	1,02	122,4	149,0	0,82	25,7%	1,6%	24,4%
Margarinas e Gorduras	35,2	10,5	3,35	30,4	10,4	2,92	15,8%	1,0%	14,7%
Diversos	3,0	1,4	2,14	1,50	2,4	0,63	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>854,3</b>	<b>342,6</b>	<b>2,49</b>	<b>702,3</b>	<b>319,7</b>	<b>2,20</b>	<b>21,6%</b>	<b>7,2%</b>	<b>13,2%</b>

\* Receita Bruta em R\$ milhões, Peso em Toneladas Mil e o Preço Médio em R\$/Kg.

Linhas de Produto	1S11			1S10			Variações		
	Rec. Bruta	Peso	Preço Méd.	Rec. Bruta	Peso	Preço Méd.	Rec. Bruta	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	884,7	202,7	4,36	753,1	185,5	4,06	17,5%	9,3%	7,4%
Massas	356,5	133,0	2,68	308,8	122,3	2,52	15,4%	8,7%	6,3%
Farinha e Farelo	306,0	306,4	1,00	242,4	294,3	0,82	26,2%	4,1%	22,0%
Margarinas e Gorduras	66,2	20,0	3,31	59,3	19,9	2,98	11,6%	0,5%	11,1%
Diversos	4,6	3,5	1,31	3,30	5,3	0,62	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.618,0</b>	<b>665,6</b>	<b>2,43</b>	<b>1.366,9</b>	<b>627,3</b>	<b>2,18</b>	<b>18,4%</b>	<b>6,1%</b>	<b>11,5%</b>

\* Receita Bruta em R\$ milhões, Peso em Toneladas Mil e o Preço Médio em R\$/Kg.

Importante salientar que excluindo os efeitos de aquisição da Pilar, a Companhia apresentou um crescimento orgânico no volume de vendas no 2T11 em relação ao 2T10 de 8,3% nos biscoitos e 7,5% em massas. Em 1S11 esse crescimento foi de 7,3% e 4,5%, respectivamente, quando comparados ao mesmo período do ano anterior.

## RECEITA LÍQUIDA

A **Receita Líquida** do **2T11** e **1S11** atingiu **R\$ 722,3 milhões** e **R\$ 1.369,5 milhões**, respectivamente. Um acréscimo de **21,6%** do **2T11** frente ao 2T10 e de **18,5%** do **1S11** frente ao 1S10, em função, principalmente, do reajuste de preços (13,9% no 2T11 e 11,8% no 1S11), além da aquisição da Pilar. Desconsiderando os efeitos da aquisição da Pilar, o crescimento da **Receita Líquida** atingiu **17,9%** no 2T11 e **16,6%** no 1S11.

Linhas de Produto	2T11			2T10			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	398,4	106,7	3,73	331,4	95,8	3,46	20,2%	11,4%	7,8%
Massas	154,8	69,2	2,24	127,2	60,2	2,11	21,7%	15,0%	6,2%
Farinha e Farelo	139,0	151,2	0,92	110,0	148,6	0,74	26,4%	1,7%	24,3%
Margarinas e Gorduras	27,7	10,3	2,69	23,8	10,0	2,38	16,4%	3,0%	13,0%
Diversos	2,4	1,4	1,71	1,6	2,4	0,67	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>722,3</b>	<b>338,8</b>	<b>2,13</b>	<b>594,0</b>	<b>317,0</b>	<b>1,87</b>	<b>21,6%</b>	<b>6,9%</b>	<b>13,9%</b>

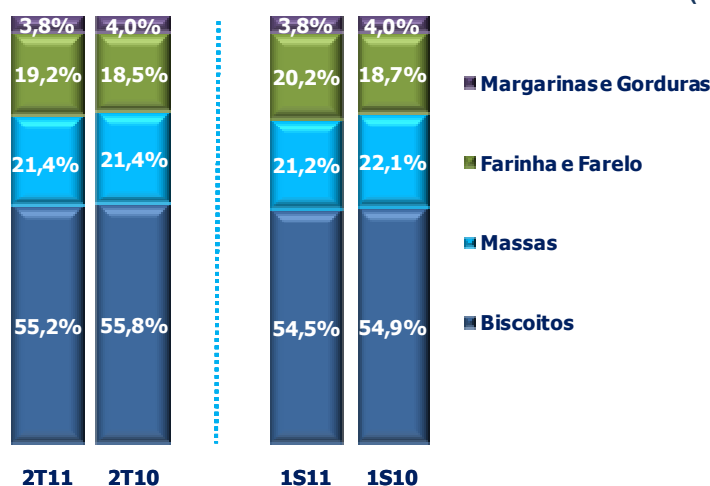
\* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

## Comentário do Desempenho

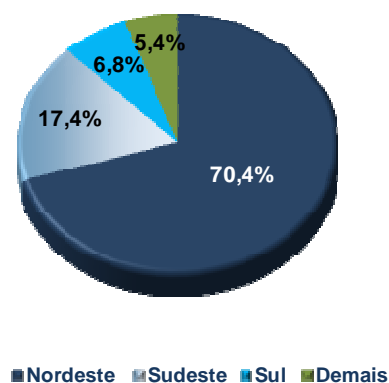
Linhas de Produto	1S11			1S10			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	746,3	200,1	3,73	635,0	183,6	3,46	17,5%	9,0%	7,8%
Massas	290,6	130,2	2,23	255,3	120,0	2,13	13,8%	8,5%	4,7%
Farinha e Farelo	276,2	305,7	0,90	215,8	293,5	0,74	28,0%	4,2%	21,6%
Margarinas e Gorduras	52,4	19,7	2,66	46,5	19,3	2,41	12,7%	2,1%	10,4%
Diversos	4,0	3,5	1,14	3,4	5,3	0,64	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.369,5</b>	<b>659,2</b>	<b>2,08</b>	<b>1.156,0</b>	<b>621,7</b>	<b>1,86</b>	<b>18,5%</b>	<b>6,0%</b>	<b>11,8%</b>

\* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

### Composição da Receita Operacional Líquida



### Vendas por Região - 1S11 (% da Receita Líquida de Descontos)



**Nota:** Os diversos representaram 0,4% e 0,3% da receita operacional líquida do 2T11 e 1S11, respectivamente.

## BISCOITOS

A **receita líquida de biscoitos** atingiu o total de **R\$ 398,4 milhões** no **2T11**, um crescimento de **20,2%** em comparação ao 2T10, explicado pela combinação do aumento no **volume de vendas**, que somou **106,7 mil toneladas** no **2T11** em relação as 95,8 mil toneladas do 2T10 (uma evolução de **11,4%**) e do acréscimo no **preço médio líquido** de 7,8% entre os dois períodos. Além dos efeitos gerados pela aquisição da Pilar, o aumento no volume de vendas foi verificado, principalmente, nos produtos das marcas Vitarella, Richester e Fortaleza, e nos Estados do Ceará, Pernambuco, São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. Sem os efeitos da aquisição da Pilar, a **receita líquida** de biscoitos atingiu **R\$ 387,0 milhões** no **2T11** e **R\$ 734,9 milhões** no **1S11**, representando um crescimento de **16,8%** e **15,7%**, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior.

O **preço médio líquido** desta linha de produtos passou de R\$ 3,46/Kg no 2T10 e 1S10 para **R\$ 3,73/Kg** no **2T11** e **1S11**, apresentando um acréscimo de 7,8%, em função da necessidade de recuperar as margens em virtude do aumento no preço médio de aquisição do trigo, principal matéria prima.

No **1S11**, a **receita líquida de biscoitos** alcançou **R\$ 746,3 milhões**, um aumento de **17,5%** em relação ao 1S10, decorrente da evolução de **9,0%** no **volume de vendas**, em função das mesmas razões apresentadas no trimestre.

## Comentário do Desempenho

### MASSAS

A **receita líquida de massas** atingiu o total de **R\$ 154,8 milhões** no **2T11**, um **aumento de 21,7%** em comparação aos R\$ 127,2 milhões no 2T10, decorrente do efeito do aumento de **15,0%** no volume de vendas que passou de 60,2 mil toneladas no 2T10 para **69,2 mil toneladas no 2T11** e do aumento de preço aplicado em função do aumento no custo de aquisição da principal matéria prima, elevando o preço médio desta linha de produtos de R\$ 2,11/Kg no 2T10 para **R\$ 2,24/Kg no 2T11**, apresentando um acréscimo de **6,2%**. Vale destacar que, além da aquisição da Pilar, o incremento das ações de trade marketing, programas de incentivo às equipes de vendas e ações de logística para obtenção de uma melhor distribuição das vendas ao longo do mês, contribuíram para o aumento no volume total de vendas, que se verificou, principalmente, nas marcas Vitarella, Fortaleza e Adria, e nos Estados de São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Sem os efeitos da aquisição da Pilar, a **receita líquida** de massas atinge **R\$ 145,6 milhões** no **2T11** e **R\$ 281,4 milhões** no **1S11**, representando um crescimento de **14,5%** e **10,2%**, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior.

No comparativo acumulado, a **receita líquida de massas** alcançou **R\$ 290,6 milhões**, um aumento de **13,8%** em relação ao 1S10, decorrente do aumento de **8,5%** no volume de vendas que atingiu **130,2 mil toneladas**, e de **4,7%** no **preço médio líquido** desta linha, conforme já destacado no comentário do trimestre.

### FARINHA E FARELO DE TRIGO

A **receita líquida de farinha e farelo de trigo** foi de **R\$ 139,0 milhões** no **2T11**, um **aumento de 26,4%** em comparação ao 2T10, explicado pelo acréscimo de **24,3%** no **preço médio líquido**, passando de R\$ 0,74/Kg no 2T10 para **R\$ 0,92/Kg no 2T11**, em função da recuperação de margens para fazer face ao aumento no preço médio de aquisição do trigo, principal matéria prima desta linha.

No **1S11**, a **receita líquida de farinha e farelo de trigo** atingiu **R\$ 276,2 milhões**, um aumento de **28,0%** em relação ao 1S10, decorrente, principalmente, do aumento de **21,6%** no **preço médio líquido** desta linha, em função da revisão dos preços dos produtos da Companhia para recuperação de margens, em virtude do aumento no preço médio de aquisição do trigo, e do crescimento de 4,2% no volume de vendas que passou de 293,5 mil toneladas no 1S10 para **305,7 mil toneladas no 1S11**.

### MARGARINAS E GORDURAS

A **receita líquida de margarinas e gorduras** passou de R\$ 23,8 milhões no 2T10 para **R\$ 27,7 milhões** no **2T11**, o que representou uma **evolução de 16,4%** no período, em virtude, principalmente, do aumento de **13,0%** no preço médio que passou de R\$ 2,38/Kg no 2T10 para **R\$ 2,69/Kg no 2T11**, com objetivo de recuperar as margens para fazer face ao aumento no preço médio de aquisição dos óleos vegetais.

No comparativo acumulado, a **receita líquida de margarinas e gorduras** atingiu **R\$ 52,4 milhões** no **1S11**, um aumento de **12,7%** em relação ao 1S10, decorrente do aumento de **10,4%** no preço médio desta linha, em função das razões apresentadas no trimestre. Vale destacar que o volume de vendas desta linha aumentou **3,0%** e **2,1%** no **2T11** e **1S11**, respectivamente.

## Comentário do Desempenho






### CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os **custos e despesas operacionais** totalizaram **R\$ 628,5 milhões** no **2T11**, o que representa um acréscimo de **27,7%** em comparação aos R\$ 492,2 milhões no 2T10. No **1S11**, os **custos e despesas operacionais** somaram **R\$ 1.176,8 milhões** frente aos R\$ 965,0 milhões registrados no 1S10, um acréscimo de 21,9%. Sem os efeitos da aquisição da Pilar, os custos e despesas operacionais totalizariam **R\$ 605,4 milhões** no **2T11** e **R\$ 1.153,7 milhões** no **1S11**, representando um acréscimo de **23,0%** e **19,6%**, respectivamente, em relação aos mesmos períodos do ano anterior. Os principais itens que levaram a este resultado estão detalhados nos quadros a seguir.

#### Custo dos Produtos Vendidos

Custos Operacionais (R\$ milhões)	2T11	%RL	2T10	%RL	AH% 2T10-2T11	AH -%RL	1S11	%RL	1S10	%RL	AH% 1S10-1S11	AH -%RL
Matéria Prima	329,5	45,6%	238,7	40,2%	38,0%	5,4 p.p	617,6	45,1%	470,4	40,7%	31,3%	4,4 p.p
Trigo	168,7	23,4%	113,3	19,1%	48,9%	4,3 p.p	322,9	23,6%	225,1	19,5%	43,4%	4,1 p.p
Óleo	38,3	5,3%	24,4	4,1%	57,0%	1,2 p.p	72,0	5,3%	45,5	3,9%	58,2%	1,4 p.p
Açúcar	24,7	3,4%	18,0	3,0%	37,2%	0,4 p.p	47,7	3,5%	37,4	3,2%	27,5%	0,3 p.p
Farinha de Terceiros	38,2	5,3%	32,9	5,5%	16,1%	-0,2 p.p	67,7	4,9%	68,5	5,9%	-1,2%	-1 p.p
Gordura de Terceiros	20,1	2,8%	17,6	3,0%	14,2%	-0,2 p.p	35,7	2,6%	34,0	2,9%	5,0%	-0,3 p.p
Outros insumos	39,5	5,5%	32,5	5,5%	21,5%	0 p.p	71,6	5,2%	59,9	5,2%	19,5%	0 p.p
Embalagens	51,0	7,1%	40,5	6,8%	25,9%	0,3 p.p	94,6	6,9%	78,3	6,8%	20,8%	0,1 p.p
Mão-de-obra	55,5	7,7%	45,9	7,7%	20,9%	0 p.p	103,0	7,5%	84,0	7,3%	22,6%	0,2 p.p
Gastos Gerais de Fabricação	38,8	5,4%	31,6	5,3%	22,8%	0,1 p.p	71,1	5,2%	60,6	5,2%	17,3%	0 p.p
Depreciação e Amortização	12,3	1,7%	10,2	1,7%	20,6%	0 p.p	24,1	1,8%	19,3	1,7%	24,9%	0,1 p.p
Diversos	2,5	0,3%	0,5	0,1%	400,0%	0,2 p.p	3,3	0,2%	2,4	0,2%	37,5%	0 p.p
Subvenções para investimentos	(32,5)	-4,5%	(20,5)	-3,5%	58,5%	-1 p.p	(58,5)	-4,3%	(40,3)	-3,5%	45,2%	-0,8 p.p
<b>TOTAL</b>	<b>457,1</b>	<b>63,3%</b>	<b>346,9</b>	<b>58,4%</b>	<b>31,8%</b>	<b>4,9 p.p</b>	<b>855,2</b>	<b>62,4%</b>	<b>674,7</b>	<b>58,4%</b>	<b>26,8%</b>	<b>4 p.p</b>

O volume de vendas líquido de devoluções aumentou **6,9%** no **2T11**, enquanto os **Custos Operacionais** (63,3% da Receita Líquida no 2T11 e de 58,4% da Receita Líquida no 2T10) evoluíram **31,8%**, em valor absoluto. Estas variações decorreram, principalmente, das seguintes razões:

-  O aumento do custo médio do trigo em 30,6%, decorrente da alta dos preços praticados no mercado para aquisição desse insumo no comparativo 2T11 e 2T10, conforme exposto no tópico de acompanhamento do mercado de *commodities*;
-  O aumento do custo médio do óleo vegetal em 43,6%, em função da alta de preços praticada no mercado para aquisição de óleo de palma e soja, no período comparativo 2T11 x 2T10, e apesar da redução nos preços das referidas *commodities* ocorridas a partir de meados do 1T11, conforme demonstrado anteriormente no acompanhamento do mercado de *commodities*;
-  O acréscimo no custo da mão-de-obra, em função de reajustes por acordos coletivos e da contratação de mão-de-obra para as novas linhas de produção;
-  O aumento com depreciação, em virtude, principalmente, da aquisição de máquinas e equipamentos para a ampliação da capacidade de produção da Companhia;
-  O aumento do valor recebido a título de subvenções para investimentos de estados onde temos plantas industriais apoiadas por programas estaduais de desenvolvimento, em virtude,

## Comentário do Desempenho

principalmente, do aumento do valor de ICMS devido na aquisição do trigo (que é a base para o cálculo da subvenção), do aumento do valor da subvenção para investimento do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (PRODEPE), concedido à unidade Vitarella, e da aquisição da Pilar, que também possui idêntica subvenção do PRODEPE.

No **1S11** observou-se um acréscimo de 26,8% nos custos operacionais em relação ao 1S10 (de R\$ 674,7 milhões para R\$ 855,2 milhões), influenciado basicamente pelos mesmos motivos do 2º trimestre.

### Despesas Operacionais

Despesas Operacionais (R\$ milhões)	2T11	% RL	2T10	% RL	AH% 2T10-2T11	AH -%RL	1S11	% RL	1S10	% RL	AH% 1S10-1S11	AH -%RL
Vendas	132,8	18,4%	111,1	18,7%	19,5%	-0,3 p.p	242,8	17,7%	220,7	19,0%	10,0%	-1,3 p.p
Administrativas e gerais	30,1	4,2%	25,8	4,3%	16,7%	-0,1 p.p	59,3	4,3%	49,8	4,3%	19,1%	0 p.p
Honorários da administração	2,0	0,3%	2,0	0,3%	0,0%	0 p.p	4,0	0,3%	3,7	0,3%	8,1%	0 p.p
Tributárias	3,8	0,5%	3,6	0,6%	5,6%	-0,1 p.p	7,5	0,5%	7,6	0,7%	-1,3%	-0,2 p.p
Depreciação e amortização	3,1	0,4%	3,1	0,5%	0,0%	-0,1 p.p	6,4	0,5%	6,2	0,5%	3,2%	0 p.p
Outras desp./(rec.) operac.	(0,4)	-0,1%	(0,3)	-0,1%	33,3%	0 p.p	1,6	0,1%	2,3	0,2%	-30,4%	-0,1 p.p
<b>TOTAL</b>	<b>171,4</b>	<b>23,7%</b>	<b>145,3</b>	<b>24,5%</b>	<b>18,0%</b>	<b>-0,8 p.p</b>	<b>321,6</b>	<b>23,5%</b>	<b>290,3</b>	<b>25,1%</b>	<b>10,8%</b>	<b>-1,6 p.p</b>

No **2T11**, as **despesas com vendas** apresentaram um aumento de **19,5%** em relação ao 2T10, em virtude do aumento dos gastos promocionais com o incremento das ações de *trade marketing* e publicidade e propaganda, das despesas com fretes e carretos, decorrente do crescimento do volume de vendas, dos gastos com verbas contratuais, decorrente de contratos firmados entre a Companhia e os distribuidores, e das despesas com pessoal, em decorrência de acordos coletivos. Excluindo os efeitos da aquisição da Pilar, as **despesas com vendas** apresentam um aumento de 16,7%.

No semestre, as **despesas com vendas** atingiram **R\$ 242,8 milhões**, apresentando um acréscimo de **10,0%** em relação ao 1S10, influenciado, principalmente pelos mesmos motivos apresentados no aumento das despesas do segundo trimestre, mas apresentando uma variação menor em função da provisão para redução de valor recuperável de clientes que diminuiu no 1S11 em relação ao 1S10. Excluindo os efeitos da aquisição da Pilar, as **despesas com vendas** apresentaram um aumento de **8,6%** entre **1S11** e 1S10.

As **despesas administrativas** aumentaram **16,7%** no **2T11** em relação ao 2T10, e cresceram **19,1%** no 1S11 comparado ao 1S10, influenciadas, principalmente, pelo aumento das despesas da Pilar no montante de R\$ 1,2 milhões no 2T11 e 1S11; reajustes salariais e acordos coletivos no montante de R\$ 1,9 milhões no 2T11 e R\$ 3,5 milhões no 1S11 e de gastos com serviços de assessoria e consultoria empresarial no montante de R\$ 0,9 milhões no 2T11 e R\$ 2,4 milhões no 1S11. Excluindo os efeitos da aquisição da Pilar, as **despesas administrativas** apresentaram um aumento de **12,0%** no **2T11** e 16,7% no **1S11** em relação aos mesmos períodos do ano anterior.

Os **honorários da administração** passaram de R\$ 3,7 milhões no 1S10 para **R\$ 4,0 milhões** no **1S11**, em função do reajuste salarial da diretoria estatutária da Companhia.

As **outras receitas operacionais** totalizaram **R\$ 0,4 milhão** no **2T11**, decorrentes, principalmente do resultado da venda de ativo imobilizado, avarias, varreduras e sucatas, e de débitos tributários com COFINS declarados no programa de parcelamento de tributos (REFIS 4), no montante de **R\$ 1,4 milhão**. Já no 1S11, as **outras despesas operacionais** totalizaram **R\$ 1,6 milhão**, decorrentes, principalmente, do recolhimento extraordinário de ICMS, no Estado da Paraíba, relativo aos períodos de

## Comentário do Desempenho

maio/2005 a agosto/2007, no montante de **R\$ 3,8 milhões**, e débitos tributários com COFINS declarados no programa de parcelamento de tributos (REFIS 4), no montante de **R\$ 1,4 milhão**. Em contrapartida, a Companhia registrou no **1S11 outras receitas operacionais** com a venda de ativo imobilizado, avarias, varreduras e sucatas, no valor de R\$ 3,6 milhões.

Para melhor compreensão das variações ocorridas no resultado financeiro, optou-se por evidenciar e analisar as receitas e despesas financeiras sem o efeito das variações cambiais do período, como demonstrado no quadro abaixo:

Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	2T11	2T10	AH% 2T10-2T11	1S11	1S10	AH% 1S10-1S11
Receitas Financeiras	6,0	3,8	57,9%	11,1	7,0	58,6%
Despesas Financeiras	(11,3)	(11,4)	-0,9%	(19,0)	(23,1)	-17,7%
Variações Cambiais	4,8	0,3	1500,0%	7,5	5,6	33,9%
<b>TOTAL</b>	<b>(0,5)</b>	<b>(7,3)</b>	<b>-93,2%</b>	<b>(0,4)</b>	<b>(10,5)</b>	<b>-96,2%</b>

O aumento de **57,9%** observado nas **receitas financeiras** na comparação entre **2T11** e 2T10, assim como o crescimento de **58,6%** no **1S11** em relação ao 1S10, foram ocasionados pela evolução das aplicações financeiras ao longo de 2011, resultando na maior rentabilidade financeira no período. As **despesas financeiras** reduziram **17,7%** no comparativo do **1S11** com 1S10, influenciado, essencialmente, pela redução de 9,9% do endividamento da Companhia. Essa redução não é verificada no comparativo entre **2T11** e 2T10 em razão dos juros devidos sobre débitos tributários com COFINS declarados no programa de parcelamento de tributos (REFIS 4) na controlada Adria no valor de R\$ 1,2 milhão, e tarifa de quitação de antecipação de pagamento de contratos firmados com instituição financeira e a Pilar, no valor de R\$ 2,1 milhões.

As **variações cambiais** passaram de uma receita de R\$ 0,3 milhões no 2T10 para **R\$ 4,8 milhões** no **2T11**, e de uma receita de R\$ 5,6 milhões no 1S10 para **R\$ 7,5 milhões** no **1S11**. Esse aumento apresentado é explicado pela queda do Dólar Americano frente ao Real, proporcionando à Companhia um efeito positivo na variação cambial.



### IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ Milhões)	2T11	2T10	AH% 2T10-2T11	1S11	1S10	AH% 1S10-1S11
IRPJ e CSLL	19,3	25,1	-23,1%	42,6	47,6	-10,5%
Incentivo Fiscal - IRPJ	(8,5)	(11,0)	-22,7%	(15,0)	(18,0)	-16,7%
<b>TOTAL</b>	<b>10,8</b>	<b>14,1</b>	<b>-23,4%</b>	<b>27,6</b>	<b>29,6</b>	<b>-6,8%</b>

O **decréscimo** de **23,1%** no **imposto de renda e contribuição social no 2T11** em relação ao 2T10 foi decorrente da redução da base de cálculo dos tributos no **2T11** em comparação com o 2T10 e constituição de crédito tributário sobre Base de Cálculo Negativa de Contribuição Social para liquidação de multa e juros de débitos objeto de REFIS.

O valor dos **incentivos fiscais sobre o imposto de renda (IRPJ)** reduziu **16,7%** no **1S11** em relação ao 1S10, em função, basicamente, da redução da base de cálculo do imposto devido e do término da

## Comentário do Desempenho

vigência dessa subvenção na unidade industrial instalada no Estado do Rio Grande do Norte (RN). É importante ressaltar que a Companhia está ultimando novo pleito a fim de comprovar a realização de investimentos na modernização dessa unidade, o qual será apresentado à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, oportunamente. Caso o pleito seja aprovado até o final do ano, os efeitos no cálculo dos incentivos serão retroagidos à 01 de janeiro de 2011.

Importante salientar que a partir de janeiro de 2009 foi vedada a amortização contábil do ágio. Contudo, tal procedimento não alterou os efeitos fiscais da amortização do ágio que passou a ser realizada nos termos do RTT - Regime Tributário de Transição, previsto na Lei nº 11.941/09. Assim, a Companhia, por força de exigência contida no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599/09) - vem constituindo, a débito da conta de despesa de IRPJ e CSLL inclusa em seu resultado, obrigações fiscais diferidas decorrentes dessa amortização, apenas para fins fiscais, mesmo não vislumbrando a possibilidade de futura realização de tal obrigação. Desde janeiro de 2010, a Companhia vem registrando na despesa de IRPJ e CSLL, por trimestre, o valor equivalente a R\$3,6 milhões, a esse título.

### LUCRO LÍQUIDO

O **lucro líquido** da Companhia passou de R\$ 80,4 milhões no 2T10 para **R\$ 82,5 milhões** no **2T11**, um acréscimo de **2,6%**, e de R\$ 150,9 milhões no 1S10 para **R\$ 164,7 milhões** no **1S11**, um acréscimo de **9,1%**, em face dos motivos já apresentados ao longo deste *release*. Excluindo os efeitos da Pilar no período, o lucro líquido da Companhia é de R\$ 83,9 milhões no 2T11 e de R\$ 166,1 milhões no 1S11.

### EBITDA

#### EBITDA A PARTIR DO LUCRO LÍQUIDO:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA (em R\$ milhões)	2T11	2T10	Variação	1S11	1S10	Variação
<b>Lucro Líquido</b>	<b>82,5</b>	<b>80,4</b>	<b>2,6%</b>	<b>164,7</b>	<b>150,9</b>	<b>9,1%</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	19,3	25,1	-23,1%	42,6	47,6	-10,5%
Incentivo de IRPJ	(8,5)	(11,0)	-22,7%	(15,0)	(18,0)	-16,7%
Receitas Financeiras	(11,9)	(8,5)	40,0%	(20,0)	(23,3)	-14,2%
Despesas Financeiras	12,4	15,8	-21,5%	20,4	33,8	-39,6%
Depreciação e Amortização sobre CPV	12,3	10,2	20,6%	24,1	19,3	24,9%
Depreciação e Amortização Despesas Adm/Com	3,1	3,1	0,0%	6,4	6,2	3,2%
<b>EBITDA</b>	<b>109,2</b>	<b>115,1</b>	<b>-5,1%</b>	<b>223,2</b>	<b>216,5</b>	<b>3,1%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>15,1%</b>	<b>19,4%</b>	<b>-4,3 p.p</b>	<b>16,3%</b>	<b>18,7%</b>	<b>-2,4 p.p</b>

#### EBITDA A PARTIR DA RECEITA BRUTA:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA (em R\$ milhões)	2T11	2T10	Variação	1S11	1S10	Variação
<b>Receita Bruta</b>	<b>854,3</b>	<b>702,3</b>	<b>21,6%</b>	<b>1.618,0</b>	<b>1.366,9</b>	<b>18,4%</b>
Impostos e deduções sobre vendas	(132,0)	(108,3)	21,9%	(248,5)	(210,9)	17,8%
Custos dos produtos vendidos - CPV	(457,1)	(346,9)	31,8%	(855,2)	(674,7)	26,8%
Depreciação e Amortização sobre CPV	12,3	10,2	20,6%	24,1	19,3	24,9%
Despesas Operacionais	(171,4)	(145,3)	18,0%	(321,6)	(290,3)	10,8%
Depreciação e Amortização Despesas Adm/Com	3,1	3,1	0,0%	6,4	6,2	3,2%
<b>EBITDA</b>	<b>109,2</b>	<b>115,1</b>	<b>-5,1%</b>	<b>223,2</b>	<b>216,5</b>	<b>3,1%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>15,1%</b>	<b>19,4%</b>	<b>-4,3 p.p</b>	<b>16,3%</b>	<b>18,7%</b>	<b>-2,4 p.p</b>

Excluindo os efeitos da Pilar no período, o EBITDA da Companhia atinge R\$ 108,2 milhões no **2T11** e R\$ 222,2 milhões no **1S11**.

## Comentário do Desempenho

### DÍVIDA, CAPITALIZAÇÃO E CAIXA

Capitalização (em R\$ milhões)	30/06/2011	30/06/2010	Variação
Curto Prazo	149,4	260,3	-42,6%
Longo Prazo	268,3	203,3	32,0%
<b>Endividamento Total</b>	<b>417,7</b>	<b>463,6</b>	<b>-9,9%</b>
(-) Caixa *	(127,5)	(108,1)	17,9%
<b>(=) Dívida Líquida</b>	<b>290,2</b>	<b>355,5</b>	<b>-18,4%</b>
(+) Patrimônio Líquido	1.891,4	1.613,3	17,2%
<b>Capitalização</b>	<b>2.309,1</b>	<b>2.076,9</b>	<b>11,2%</b>

\* Inclui Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários de curto e longo prazo

Indicadores Financeiros	30/06/2011	30/06/2010	Variação
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado (últ. 12 meses)	0,6	0,8	-25,0%
Dívida Líquida / PL	15,3%	22,0%	-6,7 p.p
Endividamento / Ativo Total	16,0%	19,9%	-3,9 p.p

A Companhia, após um período de gradativas e constantes reduções no seu endividamento, tornou a financiar insumos importados e encerrou o **2T11** com um endividamento de **R\$ 417,7 milhões**, porém, 9,9% menor do que os R\$ 463,6 milhões registrados no 2T10. Com relação ao grau de alavancagem financeira, representado pela **relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido**, o indicador ao final do **2T11** foi de **15,3%** contra 22,0% no 2T10.

Endividamento (Em Milhões)	Indexador	Juros (a.a.)*	30/06/2011	AV%	30/06/2010	AV%	AH%
<b>Moeda Nacional</b>							
BNDIS - FINAME	TJLP	2,01% (1,73% em 30.06.10)	12,4	3,0%	23,6	5,1%	-47,5%
BNDIS - PSI	R\$	4,69% (4,50% em 30.06.10)	68,9	16,5%	29,7	6,4%	132,0%
Financ. de Trib. Estad. (PROVIN)	TJLP	-	16,6	4,0%	17,1	3,7%	-2,9%
Financ. de Trib. Estad. (DESENVOLVE)	TJLP	-	3,2	0,8%	3,0	0,6%	6,7%
Financ. BNB-FNE		10,00%	84,6	20,3%	80,9	17,5%	4,6%
MODERMAQ (Pós)	TJLP	1,03%(1,11% em 30.06.10)	2,0	0,5%	3,4	0,7%	-41,2%
Financ. BNB -FNE-Capital de Giro		10,00%	0,3	0,1%	2,1	0,5%	-85,7%
Financiamentos – BNDIS AUTOMÁTICO	TJLP	2,49%	0,7	0,2%	0,9	0,2%	-22,2%
Financiamentos – BNDIS AUTOMÁTICO	Tx Variável	2,49%	0,2	0,0%	0,4	0,1%	-50,0%
Instrumento de Cessão de Quotas da Vitarella	100% CDI	-	95,0	22,7%	231,8	50,0%	-59,0%
Instrumento de Cessão de Quotas da Pilar	100% CDI	-	25,4	6,1%	-	0,0%	0,0%
<b>Moeda Estrangeira</b>							
Financ. de importação insumos	USD	1,53% (4,5% em 30.06.10)	104,4	25,0%	66,0	14,2%	58,2%
Financ. de Máquinas e Equipamentos	CHF	1,50%(Libor* + 2,11% em 30.06.10)	4,0	1,1%	4,7	1,0%	-14,9%
<b>TOTAL</b>			<b>417,7</b>	<b>100,0%</b>	<b>463,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>-9,9%</b>

\* Taxa de Juros em 30/06/2011, exceto quando especificada outra data.

A Companhia opta por não realizar o *hedge* do preço de seus principais insumos, em função da sua capacidade de armazenamento, acompanhamento do mercado e planejamento de compras. Temos passivos indexados a moeda estrangeira (dólar em sua maior parte), decorrentes principalmente da importação do trigo e óleo, conforme demonstrado abaixo.

## Comentário do Desempenho

Em razão de circunstanciais necessidades de caixa, dado os compromissos de pagamentos assumidos em abril de 2011, em especial o pagamento dos juros sobre o capital próprio e a aquisição da Pilar, a Companhia optou por privilegiar a compra de matéria prima (trigo) através de linhas de financiamento, registrando, assim, um descasamento de caráter transitório que será revertido ao longo de 2011.

Descrição	30/06/2011	30/06/2010
Ativos (em USD milhões)	0,1	-
Passivos (em USD milhões)	69,4	39,2
<b>SALDO</b>	<b>(69,3)</b>	<b>(39,2)</b>

## INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ milhões)	2T11	2T10	Variação	1S11	1S10	Variação
Instalações	1,0	1,3	-23,1%	1,8	2,8	-35,7%
Máquinas e Equipamentos	20,3	23,5	-13,6%	45,7	63,9	-28,5%
Obras Cíveis	2,5	5,0	-50,0%	6,6	6,6	0,0%
Veículos	0,6	1,5	-60,0%	0,8	1,6	-50,0%
Computadores e Periféricos	0,4	2,3	-82,6%	0,8	2,3	-65,2%
Móveis e utensílios	0,6	0,3	100,0%	1,1	0,6	83,3%
Outros	1,0	1,5	-33,3%	2,2	2,6	-15,4%
<b>Total</b>	<b>26,4</b>	<b>35,4</b>	<b>-25,4%</b>	<b>59,0</b>	<b>80,4</b>	<b>-26,6%</b>

Os **investimentos** totalizaram **R\$ 26,4 milhões no 2T11** em comparação aos R\$ 35,4 milhões investidos no 2T10. Os principais itens que compuseram os gastos com investimentos no **2T11** foram: (i) a aquisição, montagem e melhorias de linhas de biscoitos para as unidades industriais situadas no Estado do Ceará, Bahia, Pernambuco e São Paulo; (ii) ampliação do sistema de armazenagem e mistura de farinha de trigo e montagem de novas linhas de massas na unidade industrial localizada no Rio Grande do Sul; (iii) construção de instalações mais adequadas para atender à expansão realizada na unidade industrial situada no Estado de Pernambuco; (iv) a ampliação da capacidade de moagem da unidade instalada no estado da Bahia; (v) a ampliação da capacidade de ensacamento na unidade instalada no estado da Paraíba; (vi) instalação de sistema de armazenamento de gordura desodorizada na fábrica de margarinas e gorduras localizada no estado do Ceará; e (vii) instalação de nova linha de mistura de farinha na unidade industrial situada no estado do Rio Grande do Norte. No **1S11**, os **investimentos** totalizaram **R\$ 59,0 milhões**, basicamente aplicados nos itens acima destacados e na aquisição de máquinas para substituição de linhas antigas na unidade de São Caetano do Sul.

Além dos investimentos demonstrados acima, merece destaque a aquisição da Pilar, realizada em 26 de abril de 2011, no valor de R\$ 69,9 milhões, sendo retido o valor R\$ 21,0 milhões como garantia do pagamento pelos vendedores das contingências exigidas.

Durante o **primeiro semestre de 2011** foram investidos **R\$ 1,5 milhão em Pesquisa e Desenvolvimento de novos produtos**.

## Comentário do Desempenho

A Companhia mantém investimentos nas seguintes sociedades controladas: Adria Alimentos do Brasil Ltda.; Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. – Vitarella; NPAP Alimentos S.A. – Pilar; Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda.; M. Dias Branco International Trading LLC; M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A. e M. Dias Branco Argentina S.A.. As movimentações desses investimentos estão relacionadas nas Notas Explicativas das Informações financeiras intermediárias.

### Demonstração de resultados sem os efeitos da aquisição da Pilar

Conforme já mencionado, a Companhia adquiriu o controle da Pilar em abril e, portanto, os resultados ora divulgados já contemplam os efeitos dessa aquisição.

A Companhia optou por não elaborar informações financeiras *pro forma* no sentido de demonstrar quais os impactos da aquisição da Pilar na *performance* da Companhia, caso tivesse ocorrido em data anterior (01 de janeiro de 2010), em razão da existência de práticas contábeis distintas em relação as adotadas pela Companhia e por entender que o investimento atualmente tem pouca representatividade em relação aos números consolidados.

No entanto, no sentido de possibilitar uma análise do crescimento orgânico da Companhia dos períodos analisados, estamos apresentando a demonstração do resultado sem os efeitos dessa aquisição.

Ao longo desse *release* foram feitos os devidos destaques sobre os efeitos dessa aquisição no resultado da Companhia, quando julgado relevante.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (Em R\$ milhões)	2T11	2T10	AH% 2T10-2T11	1S11	1S10	AH% 1S10-1S11
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>828,5</b>	<b>702,3</b>	<b>18,0%</b>	<b>1.592,2</b>	<b>1.366,9</b>	<b>16,5%</b>
Venda de Produtos ou Serviços	828,5	702,3	18,0%	1.592,2	1.366,9	16,5%
<b>DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>(127,9)</b>	<b>(108,3)</b>	<b>18,1%</b>	<b>(244,4)</b>	<b>(210,9)</b>	<b>15,9%</b>
Imposto/deduções sobre vendas	(127,9)	(108,3)	18,1%	(244,4)	(210,9)	15,9%
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>700,6</b>	<b>594,0</b>	<b>17,9%</b>	<b>1.347,8</b>	<b>1.156,0</b>	<b>16,6%</b>
<b>CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS</b>	<b>(440,8)</b>	<b>(346,9)</b>	<b>27,1%</b>	<b>(838,9)</b>	<b>(674,7)</b>	<b>24,3%</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>259,8</b>	<b>247,1</b>	<b>5,1%</b>	<b>508,9</b>	<b>481,3</b>	<b>5,7%</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(167,0)</b>	<b>(145,3)</b>	<b>14,9%</b>	<b>(317,2)</b>	<b>(290,3)</b>	<b>9,3%</b>
Vendas	(129,7)	(111,1)	16,7%	(239,7)	(220,7)	8,6%
Administrativas e gerais	(28,9)	(25,8)	12,0%	(58,1)	(49,8)	16,7%
Honorários da administração	(2,0)	(2,0)	0,0%	(4,0)	(3,7)	8,1%
Despesas tributárias	(3,4)	(3,6)	-5,6%	(7,1)	(7,6)	-6,6%
Despesas com depreciação e amortização	(3,4)	(3,1)	8,9%	(6,7)	(6,2)	7,7%
Outras receitas (despesas) operacionais	0,4	0,3	28,1%	(1,6)	(2,3)	-29,8%
<b>RESULTADO OPERACIONAL - antes do Resultado Financeiro</b>	<b>92,8</b>	<b>101,8</b>	<b>-8,8%</b>	<b>191,7</b>	<b>191,0</b>	<b>0,4%</b>
Receitas Financeiras	11,8	8,5	38,8%	19,9	23,3	-14,6%
Despesas Financeiras	(10,0)	(15,8)	-36,7%	(18,0)	(33,8)	-46,7%
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	<b>94,6</b>	<b>94,5</b>	<b>0,1%</b>	<b>193,6</b>	<b>180,5</b>	<b>7,3%</b>
Impostos de renda e contribuição social	(10,7)	(14,1)	-24,1%	(27,5)	(29,6)	-7,1%
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>83,9</b>	<b>80,4</b>	<b>4,4%</b>	<b>166,1</b>	<b>150,9</b>	<b>10,1%</b>

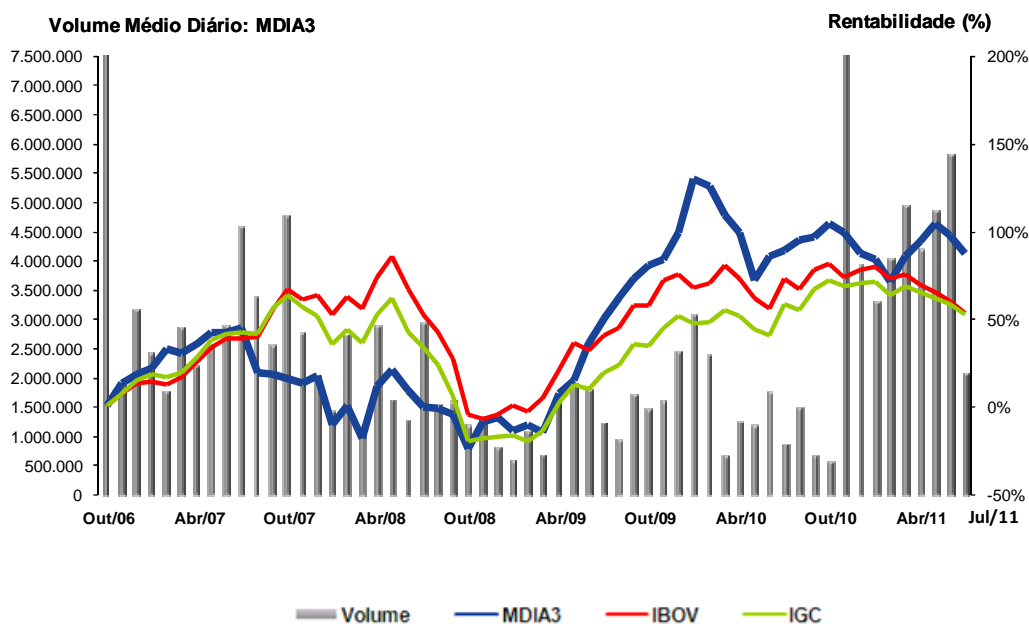
## Comentário do Desempenho

### MERCADO DE CAPITAIS

O desempenho das ações da Companhia entre o período de 18 de outubro de 2006 (IPO) a 25 de julho de 2011 é demonstrado no gráfico abaixo. Em 25 de julho de 2011, as ações **MDIA3** estavam cotadas em **R\$ 39,45**, representando um **valor de mercado de R\$ 4,48 bilhões**. A **média do volume diário** negociado neste período foi de **R\$ 2,7 milhões**. O Ibovespa fechou aos 59.970 pontos e o IGC em 6.825 pontos em 25 de julho de 2011.

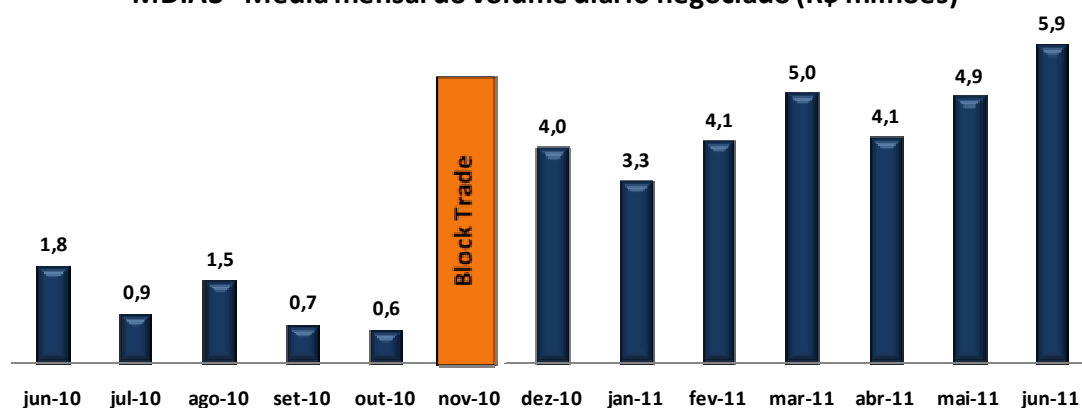
#### MDIA3 X IBOV X IGC

18/10/2006 a 25/07/2011



Vale ressaltar a elevação do volume médio diário negociado de MDIA3 após a operação de *Block Trade* realizada em novembro de 2010. Considerando o período de cinco meses anteriores e sete meses posteriores a novembro de 2010, constatamos que a média mensal do volume diário negociado evoluiu de R\$ 1,1 milhão para R\$ 4,5 milhões, registrando um crescimento de 302%, conforme apresentado no gráfico a seguir.

#### MDIA3 - Média mensal do volume diário negociado (R\$ milhões)



Obs: O volume médio diário negociado em novembro de 2010 foi R\$ 23,2 milhões.

## Comentário do Desempenho

### PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS

Na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de abril de 2011, o conselho elegeu os membros do Comitê de Auditoria para o mandato de um ano, conforme Regimento Interno do órgão. Foram eleitos três membros para compor o comitê da Companhia.

Na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 26 de abril de 2011, o conselho aprovou a aquisição, através da controlada Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda, da totalidade das ações do capital social da NPAP Alimentos S.A., indústria de massas e biscoitos com sede e foro no Município de Recife, Estado de Pernambuco, fabricante dos produtos da marca "Pilar".

### AUDITORIA INDEPENDENTE

O auditor independente da Companhia é a KPMG Auditores Independentes que, contratada desde 2006, não prestou serviços conflitantes, conforme disposto na Instrução CVM 308. As informações não financeiras da Companhia e de suas controladas, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e de suas controladas, não foram revisadas pelos auditores independentes.

## Notas Explicativas

### 1 Contexto operacional

A M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, domiciliada no Brasil, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no segmento Novo Mercado (MDIA3). Iniciou suas atividades em 1951 e sua sede está situada no endereço Rodovia BR 116 KM 18 s/n, Eusébio, Estado do Ceará, e tem por objeto social a industrialização, o comércio e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos, massas alimentícias e farinha de trigo, atuando, também, na fabricação, na comercialização e na distribuição de margarinas e gorduras vegetais. O processo de produção utilizado pela Companhia é integrado e verticalizado, produzindo a maior parte de duas das principais matérias-primas para a produção de biscoitos e massas: farinha de trigo e gorduras vegetais, além de três de seus moinhos de trigo estarem fisicamente integrados às fábricas de biscoitos e massas, eliminando custos de transporte da farinha de trigo utilizada na produção de biscoitos e massas.

O sistema de comercialização e distribuição adotado pela Companhia é formado por uma combinação de canais diretos — em que os clientes são atendidos por força de venda própria — e canais indiretos — as vendas são realizadas com a intermediação de atacadistas e distribuidores.

A Companhia possui seis unidades de produção situadas em quatro Estados da Região Nordeste do Brasil (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia), nas quais operam quatro moinhos de trigo, quatro fábricas de massas alimentícias, duas fábricas de biscoitos e uma fábrica de gorduras e margarinas vegetais. Em operação integrada a essa estrutura de produção, a Companhia também possui sete unidades destinadas a armazenagem, comercialização e/ou distribuição de seus produtos, as quais estão localizadas nos seguintes Estados: Ceará, Piauí, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Pará, e no Distrito Federal.

A atuação nacional da Companhia é também promovida mediante operações integradas com a estrutura de produção, comercialização e distribuição das seguintes controladas:

- a. Adria Alimentos do Brasil Ltda. (“Adria”) — 99,9999% de participação no capital total — adquirida em 22 de setembro de 2003, possui quatro unidades de produção, sendo três no Estado de São Paulo e uma no Estado do Rio Grande do Sul, nas quais funcionam duas fábricas de biscoitos e três fábricas de massas alimentícias. Esse complexo é integrado a três outras unidades destinadas a armazenagem e/ou distribuição de seus produtos, situadas nos Estados do Paraná, do Rio de Janeiro e no Distrito Federal; e
- b. Indústrias de Alimentos Bomgosto Ltda. (“Vitarella”) — 99,9996% de participação no capital total — adquirida em 7 de abril de 2008, possui uma unidade de produção localizada no Estado de Pernambuco, na qual funciona uma fábrica de biscoitos e uma fábrica de massas alimentícias, que operam integradas a três unidades destinadas a armazenagem e/ou distribuição de produtos, situadas nos Estados da Bahia, da Paraíba e do Rio Grande do Norte.
- c. NPAP Alimentos S.A. (“Pilar”) — 99,9996% de participação indireta no capital total — adquirida em 26 de abril de 2011, conforme mencionado a seguir, possui uma unidade de produção localizada no Estado de Pernambuco, na qual funciona uma fábrica de biscoitos e uma fábrica de massas alimentícias, que operam integradas a uma unidade destinada a armazenagem e/ou distribuição de produtos, situada no Estado da Bahia.

## Notas Explicativas

A Companhia detém, entre outras, as seguintes marcas no mercado nacional: Fortaleza, Richester, Adria, Isabela, Basilar, Zabet, Vitarella, Treloso e Pilar.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia, suas controladas e controlada em conjunto (conjuntamente referidas como “Grupo”).

### 2 Combinação de negócios – aquisição da NPAP Alimentos S.A. (“Pilar”)

Em 26 de abril de 2011, a Companhia celebrou, por meio da sua controlada Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda - Vitarella, Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de NPAP Alimentos S.A., empresa detentora da marca PILAR, que industrializa e comercializa biscoitos e massas e está sediada no município do Recife – PE.

A aquisição foi realizada pelo valor máximo de R\$ 69.922, sendo (i) R\$ 45.072 pagos à vista, (ii) R\$ 3.850 a serem pagos em 90 (noventa) dias, reduzidos dos valores necessários à constituição da adequada de provisão para perda do valor recuperável de contas a receber, e (iii) o saldo remanescente, no valor de R\$ 21.000 a ser pago ao final de 6 (seis) anos, descontado do valor das contingências decorrentes de atos ou fatos ocorridos até a celebração do Contrato e que venham a ser exigidas da sociedade adquirida.

A empresa adquirida iniciou suas atividades em 1875, tendo auferido Receita Líquida de R\$ 107,5 milhões no ano de 2010, sendo 56% deste total referente a biscoitos e 44% a massas. A capacidade de produção anual atual é de 30 mil toneladas para biscoitos e 41 mil toneladas para massas. Com esta aquisição a liderança do mercado nacional do Grupo M. Dias no Brasil passou, em volume, para 24,3% tanto no mercado de biscoitos quanto no mercado de massas alimentícias (Ac Nielsen, Mai-Jun 2011).

A operação está inserida na estratégia da Companhia de participar ativamente do processo de consolidação do setor, ampliando sua liderança nacional nos segmentos de massas e biscoitos, além de agregar valor pelo ganho decorrente da verticalização, fortalecendo sua atuação no Nordeste do Brasil.

No sentido de apurar o custo de aquisição na combinação de negócio, bem como o ágio pago na operação, nos termos da Deliberação CVM nº 580/09, a Companhia contratou uma consultoria especializada e independente para elaboração de laudo de avaliação.

A Administração está em fase de análise dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos nessa aquisição e até o momento concluiu o laudo de avaliação de valor justo dos ativos tangíveis, à data de aquisição, estando pendente a conclusão do laudo de ativos intangíveis. Até o momento a posição de tais ativos e passivos estão assim demonstrados:

**Notas Explicativas**

	<b>Acervo líquido adquirido em 26.04.11</b>	<b>Ajustes ao valor justo</b>	<b>Acervo líquido adquirido a valor justo</b>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	232	-	232
Contas a receber	20.553	-	20.553
Estoques	5.392	-	5.392
Impostos a recuperar	77	-	77
Adiantamento a fornecedores	93	-	93
Outras contas a receber	1.351	-	1.351
Despesas antecipadas	<u>70</u>	<u>-</u>	<u>70</u>
<b>Total do ativo circulante</b>	<b><u>27.768</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>27.768</u></b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Ativo realizável a longo prazo	4.162	-	4.162
Investimentos	119	-	119
Imobilizado	53.286	(15.415) (a)	37.871
Intangível	156	55.500 (b)	55.656
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b><u>57.723</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>97.808</u></b>
<b>Total do ativo</b>	<b><u>85.491</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>125.576</u></b>
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	7.488	-	7.488
Financiamentos e empréstimos	11.704	-	11.704
Obrigações sociais e trabalhistas	2.518	-	2.518
Impostos e contribuições	644	-	644
Adiantamento de clientes	738	-	738
Contas a pagar	<u>5.851</u>	<u>-</u>	<u>5.851</u>
<b>Total do passivo circulante</b>	<b><u>28.943</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>28.943</u></b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Financiamentos e empréstimos	7.488	-	7.488
Impostos e contribuições	11.705	-	11.704
Provisão para contingências	<u>2.518</u>	<u>-</u>	<u>2.518</u>
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b><u>26.711</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>26.710</u></b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b><u>29.837</u></b>	<b><u>40.085</u></b> (c)	<b><u>69.922</u></b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b><u>85.491</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>125.576</u></b>

(a) Refere-se ao ajuste a valor justo dos bens do ativo imobilizado e será realizado pela vida útil econômica dos ativos expressa no laudo de avaliação.

## Notas Explicativas

(b) Refere-se ao valor que se encontra em processo de avaliação da existência de ativos intangíveis identificáveis, além do ágio pago por rentabilidade futura.

(c) Refere-se a contrapartida dos ajustes (a) e (b) no patrimônio líquido.

Importante salientar que a Companhia elaborou projeções de fluxos de caixa com intuito de estimar o valor da Pilar. O valor presente líquido projetado supera o valor pago pela empresa, o que demonstra que o ágio pago não apresenta perda de valor recuperável.

Até o momento, a Companhia não tem condições de definir a parcela do ágio que será dedutível para fins fiscais em razão do processo de análise em curso. Após conclusão dos laudos será possível definir a parcela paga por expectativa de rentabilidade futura que está pautado em benefícios futuros esperados com a sinergia proporcionada pela o aumento da verticalização do Grupo, tendo em vista que seu processo de produção é integrado e permite que parte substancial das principais matérias-primas (farinha de trigo e gordura vegetal) utilizadas na fabricação de massas e biscoitos seja produzida internamente.

Caso a combinação de negócio tivesse ocorrido em 01.01.11, a Administração estima que a receita líquida consolidada teria sido de aproximadamente R\$1.335.787, enquanto que o lucro líquido do período de seis meses findo em 30 de junho de 2011 teria sido de aproximadamente R\$152.111. Esses valores estimados foram determinados a partir da demonstração de resultado histórica da empresa adquirida, sem refletir efeitos baseados em estimativas e julgamentos sobre como as práticas e decisões operacionais da administração poderiam ou não ter afetado as demonstrações contábeis históricas em decorrência da transação. Assim, essas estimativas não contemplam todos os efeitos decorrentes da combinação de negócios e não devem ser lidas como uma projeção ou indicação dos resultados futuros da empresa. Estas informações estimadas em relação à empresa adquirida não foram auditadas por auditores independentes antes da combinação de negócios.

Os gastos relacionados com a transação estão representados, principalmente, por despesas com advogados e auditores e foram incluídas na demonstração do resultado consolidado como despesas administrativas.

A aquisição será submetida à ratificação pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, convocada com este objetivo, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 256 da Lei nº 6.404/76 e à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

### 3 Base de preparação

#### *a. Declaração de conformidade (em relação às normas IFRS e às normas do CPC)*

As informações financeiras intermediárias individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com a International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As informações financeiras intermediárias individuais da Companhia, elaboradas de acordo com o

## Notas Explicativas

BR GAAP, apresentam práticas contábeis que diferem das IFRS aplicáveis para informações financeiras intermediárias separadas, em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto (joint ventures) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Além disso, a Companhia optou pela manutenção do ativo diferido nas informações financeiras intermediárias individuais, conforme facultado pelos CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40. Dessa forma, há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas informações financeiras intermediárias individuais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Lucro Líquido</u>	
	<b>30/06/11</b>	<b>30/06/10</b>
Controladora	162.657	148.452
Amortização do ativo diferido	2.729	3.368
Impostos diferidos	(927)	(1.145)
Complemento de equivalência patrimonial <sup>(1)</sup>	<u>230</u>	<u>230</u>
Amortização do ativo diferido	349	349
Impostos diferidos	<u>(119)</u>	<u>(119)</u>
Consolidado	<u>164.689</u>	<u>150.905</u>

<sup>1</sup> Efeito da baixa do ativo diferido nas controladas.

	<u>Patrimônio Líquido</u>	
	<b>30/06/11</b>	<b>31/12/10</b>
Controladora	1.895.651	1.766.801
Efeito da baixa do saldo do ativo diferido	(6.444)	(9.522)
Imposto de Renda Diferido	<u>2.192</u>	<u>3.238</u>
Consolidado	<u>1.891.399</u>	<u>1.760.517</u>

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que estavam em vigor em 30 de junho de 2011.

A autorização para conclusão dessas informações financeiras intermediárias trimestrais foi dada pela diretoria em reunião realizada em 18 de abril de 2011.

### **b. Base de mensuração**

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

## Notas Explicativas

### *c. Moeda funcional*

Essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

### *d. Estimativas de julgamento*

A preparação de informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em conformidade com as IFRS e os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e de suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas nos trimestres em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução do valor recuperável de contas a receber e estoques, Imposto de Renda diferido ativo, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados.

## 4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

### *a. Consolidação*

#### *i. Controladas e controlada em conjunto*

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais são controladas e conduzidas pela Companhia.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. Nos casos em que o controle é tido em conjunto, a consolidação das informações financeiras intermediárias é feita proporcionalmente ao percentual de participação.

Na elaboração das informações financeiras intermediárias e consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das informações financeiras intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## Notas Explicativas

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

### ii. Empresas incluídas nas informações financeiras consolidadas:

	Porcentagem de participação			
	30/06/11		31/12/10	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda. (a)	33,33	-	33,33	-
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	99,9999	-	99,9999	-
M.Dias Branco International Trading LLC (b)	100,00	-	100,00	-
M.Dias Branco International Trading Uruguay S.A (b)	-	100,00	-	100,00
M.Dias Branco Argentina S.A. (c)	98,33	1,66	98,33	1,66
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	99,9996	-	99,9996	-
NPAP Alimentos S.A.	-	99,9996	-	-

(a) Investimento com controle compartilhado.

(b) Investimentos no exterior.

(c) Investimentos no exterior em fase pré-operacional.

### Características principais das entidades controladas incluídas na consolidação

#### *Adria Alimentos do Brasil Ltda.*

A Adria Alimentos do Brasil Ltda. iniciou suas atividades em 8 de agosto de 1957 e tem como objeto social, entre outros, a industrialização, a comercialização e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos e massas.

#### *Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda.*

A Tergran foi constituída em 22 de setembro de 1996, com prazo de duração até 30 de setembro de 2026, e tem como objeto social a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, importação, exportação e comercialização de grãos e subprodutos. Seus atuais sócios são J. Macedo S.A. e Grande Moinho Cearense S.A., dois concorrentes no segmento de moagem de trigo, e a própria Companhia, os quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado da administração da Tergran. A Empresa encarrega-se da descarga e da armazenagem de trigo no Porto de Fortaleza, com o objetivo prioritário de aumentar a produtividade e reduzir custos na descarga dos navios cargueiros de trigo para os três sócios.

#### *M. Dias Branco International Trading LLC*

A M. Dias Branco International Trading LLC, sediada nos Estados Unidos da América, é controlada direta e tem como principal atividade a intermediação de compra de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem e o óleo vegetal que a Companhia utiliza em seu processo produtivo.

## Notas Explicativas

### ***M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A.***

A M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A. é controlada indireta e tem como principal atividade a intermediação de compra de matérias-primas, principalmente, o trigo para moagem que a Companhia utiliza em seu processo produtivo.

### ***M. Dias Branco Argentina S.A.***

A Companhia constituiu uma sociedade anônima com sede em Buenos Aires, Argentina, com os objetivos principais de adquirir, importar e exportar trigo em grão, farinha de trigo e seus derivados. Criada com o intuito de reduzir o custo da Companhia com a compra do trigo em grão e da farinha de trigo, a mencionada sociedade até o momento não iniciou suas atividades.

### ***Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. (Vitarella)***

A Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. iniciou suas atividades em 1993 e tem como objeto social, entre outros, a industrialização, a comercialização e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos e massas.

### ***NPAP Alimentos S.A.( Pilar)***

NPAP Alimentos S.A., iniciou suas atividades em 1875 e tem como objeto social, entre outros, a industrialização, a comercialização e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos e massas.

## ***b. Combinação de negócios e ágio***

Para aquisições efetuadas desde 1º de janeiro de 2009, a Companhia tem como prática mensurar o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do período.

Para cada combinação de negócios, a Companhia escolherá se irá mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, nos quais o Grupo incorre em relação a uma combinação de negócios, serão reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

O ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é testado anualmente para verificar a necessidade de redução ao valor recuperável e sempre que houver uma indicação de que a unidade geradora de caixa poderá estar desvalorizada.

## Notas Explicativas

### *c. Conversão de saldos em moeda estrangeira*

#### *i. Transações e saldos em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

#### *ii. Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço, e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. As receitas e despesas de operações no exterior, são convertidas em Real [moeda funcional] às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As variações cambiais de investimentos no exterior são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Entretanto, se a controlada não for uma controlada integral, então a parte proporcional da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Desde 1º de janeiro de 2009, data da aplicação pelo Grupo do pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças na Taxa de Câmbio e da Conversão das Demonstrações Financeiras, tais diferenças têm sido reconhecidas em ajustes acumulados de conversão.

### *d. Instrumentos financeiros não derivativos*

#### *Ativos financeiros*

O Grupo possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa. Os ativos financeiros são, inicialmente, registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição, quando aplicáveis, e podem ser classificados nas seguintes categorias, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados:

- (i) Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado: quando o Grupo gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado financeiro quando incorridos, assim como as flutuações do valor justo.

## Notas Explicativas

- (ii) Investimentos mantidos até o vencimento: quando o Grupo têm a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderá resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedirá o Grupo de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.
- (iii) Empréstimos e recebíveis: que são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.
- (iv) Ativos financeiros disponíveis para a venda: quando o Grupo destina como tal ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

### *Passivos financeiros*

O Grupo têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, há um direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

### *Capital social*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo no encerramento do exercício.

Instrumentos próprios de capital que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração dos resultados relativos à compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos próprios de capital da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e o valor da transação é reconhecida em outras reservas de lucro.

## Notas Explicativas

### ***e. Contas a receber de clientes***

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária do Grupo.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base em uma taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra a receita bruta no resultado, e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo é considerada receita financeira e será apropriada ao longo do prazo da transação com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

A provisão para redução do valor recuperável foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Para monitorar a adequação da provisão para redução do valor recuperável, a Administração avalia constantemente o valor e as características dos créditos da Companhia e, para registrar uma provisão, leva em consideração: (i) seu histórico de perdas; (ii) o atraso no recebimento de valores relevantes; e (iii) a análise caso a caso de que os valores registrados poderão não ser recebidos em sua totalidade. A Companhia não registra uma provisão para redução do valor recuperável quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos.

### ***f. Estoques***

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

### ***g. Investimentos***

Nas informações financeiras intermediárias individuais da Controladora, os investimentos em controladas e controladas em conjunto que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para redução do valor recuperável, quando aplicável.

### ***h. Ativo imobilizado***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10 — Imobilizado — e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. As benfeitorias realizadas em terrenos

## Notas Explicativas

arrendados são amortizadas pelo prazo do contrato.

Gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos e vida útil do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou sua venda. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva.

### *i. Ativos intangíveis*

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis da Companhia e de suas controladas compreendem:

- (i) Os ativos intangíveis com vida útil definida – *softwares que* são amortizados por um prazo de cinco anos, definido com base no tempo de vida útil estimado e que reflete o benefício econômico do ativo intangível, cujo registro é feito na demonstração do resultado do período, na rubrica “Depreciações e amortizações”.
- (ii) Os ativos adquiridos por meio de combinação de negócios que correspondem a ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e marca. Tais ativos têm vida útil indefinida, não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado anualmente. O custo desses ativos corresponde ao valor justo na data da aquisição, e após o reconhecimento inicial, esses ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos das perdas acumuladas de valor recuperável.

O custo do ágio apurado nas combinações de negócios anteriores a 1º de janeiro de 2009 está reconhecido por seu valor contábil, que representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

## Notas Explicativas

### *j. Diferido*

Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, a Controladora e suas controladas decidiram manter o saldo do ativo diferido até sua completa amortização. Esses ativos estão demonstrados pelos gastos incorridos, deduzido da amortização acumulada, calculada com base no método linear à taxa de 20% ao ano.

### *k. Redução ao valor recuperável*

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

#### *Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura*

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

### *l. Passivos circulante e não circulante*

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável e relevante os passivos circulante e não circulante são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo da transação com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

## Notas Explicativas

### ***m. Provisões***

Provisões são reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para saldar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando o Grupo espera que parte ou toda provisão possa ser reembolsada, por exemplo, no âmbito de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando a expectativa de reembolso é praticamente certa. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### ***n. Benefícios a empregados***

A Companhia concede apenas benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### ***o. Plano de remuneração baseado em ações***

A Companhia oferece a seus executivos planos de gratificação com base em ações, liquidados com as ações da Companhia, segundo os quais esta recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações.

O custo de transações com executivos liquidadas com instrumentos patrimoniais e com prêmios outorgados é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de valorização apropriado, conhecido como *Black & Scholes*. As variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada, a vida média ponderada dos instrumentos e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).

O valor justo das opções outorgadas pela Companhia aos executivos é reconhecido como despesa no resultado, durante o exercício no qual o direito é adquirido, após o atendimento das condições específicas. Nas datas dos balanços, a Administração da Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções, cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, e reconhece, quando aplicável, no resultado do período em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

A Companhia lançou um único Programa de Opções, cujo prazo de exercício expirou em 31 de dezembro de 2010.

## Notas Explicativas

### ***p. Subvenção governamental***

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para o benefício serão cumpridas pela Companhia. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

### ***q. Pagamentos de arrendamentos***

No começo de um contrato o Grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao Grupo de controlar o uso do ativo subjacente.

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas na demonstração de resultado em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

O Grupo possui exclusivamente contratos de arrendamento operacional, cujos pagamentos efetuados são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

### ***r. Apuração do resultado e reconhecimento de receita***

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

### ***s. Receitas financeiras e despesas financeiras***

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, exceto para as perdas com risco de crédito que são reconhecidas nas despesas comerciais. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

## Notas Explicativas

### *t. Imposto de Renda e contribuição social - Correntes e diferidos*

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do período, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em que os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O Grupo é beneficiário de incentivos fiscais do imposto de renda, conforme mencionado na Nota Explicativa nº -21 Subvenções governamentais.

#### *i. Correntes*

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

#### *ii. Diferidos*

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos na extensão de todas as diferenças temporárias e de créditos fiscais não utilizados, em que seja provável a existência de base tributável positiva, na qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos e da contribuição social diferidos ativos é revisto a cada data do balanço e é reduzido até o limite em que não se torna mais provável que os lucros tributáveis disponíveis poderão permitir a utilização do crédito fiscal.

Os montantes de Imposto de Renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e/ou quando o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos se relacionam com o Imposto de Renda e a Contribuição Social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

Os detalhes estão divulgados na Nota Explicativa nº -18.

Conforme dispunha o artigo 15 da MP nº 449/08 (atual art. 15 da Lei nº 11.941/09), o Grupo optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, de forma a garantir, na determinação dos valores efetivamente devidos desses tributos, a neutralidade quanto a eventuais efeitos tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis

## Notas Explicativas

introduzidos pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

### ***u. Lucro por ação***

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação.

### ***v. Segmento de negócios***

Um segmento operacional é definido como um componente da empresa para o qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações da empresa na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

O Grupo atua no segmento alimentício com quatro linhas de produtos: biscoitos, massas, farinha e farelo, margarinas e gorduras vegetais. A produção e comercialização dos produtos alimentícios por parte do Grupo não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado, nem com informação financeira individualizada disponível.

Dessa forma, tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

### ***w. Demonstrações de valor adicionado***

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

### ***x. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor***

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o trimestre encerrado em 30 de junho de 2011, sendo essas:

- Modificações ao IAS 32 Classificação de Direitos
- Modificações ao IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgações
- Modificações ao IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração
- IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo

## Notas Explicativas

- Revisões 2010 das IFRS

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas informações financeiras intermediárias, contudo, a Administração não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício de aplicação inicial.

### 5 Caixa e equivalentes a caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>30/06/11</b>	<b>31/12/10</b>	<b>30/06/11</b>	<b>31/12/10</b>
Caixa e bancos	16.035	17.169	21.984	21.929
Aplicações financeiras em renda fixa	<u>83.515</u>	<u>25.249</u>	<u>94.308</u>	<u>32.443</u>
	<u>99.550</u>	<u>42.418</u>	<u>116.292</u>	<u>54.372</u>

As aplicações financeiras em renda fixa referem-se exclusivamente a CDB - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 101,66% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (100,99% em 31 de dezembro 2010) e estão destinadas à negociação imediata. Por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Vale ressaltar que o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras.

### 6 Contas a receber de clientes

#### *Composição dos saldos*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>30/06/11</b>	<b>31/12/10</b>	<b>30/06/11</b>	<b>31/12/10</b>
Circulante:				
No país	151.643	144.302	334.816	271.311
No exterior	-	-	582	1.264
(-) Provisão para redução a valor recuperável	<u>(5.486)</u>	<u>(6.684)</u>	<u>(14.287)</u>	<u>(13.091)</u>
Total	<u>146.157</u>	<u>137.618</u>	<u>321.111</u>	<u>259.484</u>

**Notas Explicativas***Composição*

Descrição	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>30/06/11</b>	<b>31/12/10</b>	<b>30/06/11</b>	<b>31/12/10</b>
<b>A vencer</b>	<u>141.640</u>	<u>123.046</u>	<u>293.881</u>	<u>234.043</u>
<b>Vencidas</b>	<u>10.003</u>	<u>21.256</u>	<u>41.517</u>	<u>38.532</u>
1 a 60 dias	4.765	12.816	19.078	19.638
61 a 90 dias	495	202	1.228	1.730
91 a 180 dias	486	318	3.263	2.348
181 a 360 dias	343	1.098	2.602	2.824
mais de 360 dias	<u>3.914</u>	<u>6.822</u>	<u>15.346</u>	<u>11.992</u>
Subtotal	<u>151.643</u>	<u>144.302</u>	<u>335.398</u>	<u>272.575</u>
(-) Provisão para redução a valor recuperável	<u>(5.486)</u>	<u>(6.684)</u>	<u>(14.287)</u>	<u>(13.091)</u>
Contas a receber	<u>146.157</u>	<u>137.618</u>	<u>321.111</u>	<u>259.484</u>

A provisão para redução do valor recuperável de cliente é constituída com base na avaliação global dos atrasos, ajustada pela análise individual dos principais clientes nessa situação, levando-se em consideração o conhecimento da Administração do mercado de atuação do Grupo, o histórico de recebimentos e as garantias envolvidas em cada hipótese.

A movimentação da provisão para redução do valor recuperável foi como segue:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b><u>6.684</u></b>	<b><u>13.091</u></b>
Constituição de provisão	1.074	4.134
Reversões / Baixas	<u>(2.272)</u>	<u>(2.938)</u>
<b>Saldo em 30 de junho de 2011</b>	<b><u>5.486</u></b>	<b><u>14.287</u></b>

As contas classificadas no ativo circulante foram trazidas a valor presente em 30 de junho de 2011 com base na taxa do Certificado de Depósito Interbancário. Contudo, tal avaliação, assim como a realizada em 31 de dezembro de 2010, não apresentou diferenças significativas, diante do curto prazo médio de recebimento de 42 dias (38 dias aproximadamente para 31 de dezembro de 2010) da maioria dos créditos do Grupo. Por essa razão, tais diferenças não foram levadas a efeito no resultado, a exemplo do que ocorreu com as contas a pagar de curto prazo.

**Notas Explicativas****7 Estoques**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10
Produtos acabados	26.804	26.240	57.948	49.262
Produtos em elaboração	12.136	11.976	12.317	12.129
Matérias-primas	62.212	90.285	98.288	143.995
Materiais de embalagens e almoxarifado	33.367	31.002	56.477	50.073
Materiais auxiliares e de manutenção	5.246	5.348	6.873	7.649
Importações em andamento	60.321	1.376	60.352	1.391
	<u>200.086</u>	<u>166.227</u>	<u>292.255</u>	<u>264.499</u>

**8 Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10
ICMS	80.921	75.674	94.715	89.871
Imposto de renda e contribuição social	22.258	26.156	25.592	29.846
PIS e COFINS	-	-	2.142	3.059
Imposto de renda retido na fonte	805	219	1.004	253
Outros	4.587	4.288	4.926	4.507
Total	<u>108.571</u>	<u>106.337</u>	<u>128.379</u>	<u>127.536</u>
Circulante	(40.460)	(41.512)	(53.285)	(55.674)
Não circulante	<u>68.111</u>	<u>64.825</u>	<u>75.094</u>	<u>71.862</u>

Os impostos a recuperar têm a seguinte origem: (i) ICMS: trata-se substancialmente de (a) créditos de aquisição de ativo imobilizado e (b) créditos sobre vendas para estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ n°s 46/00 e 50/05, e para Zona Franca de Manaus, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária, entre outros; (ii) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), decorrente de pagamento a maior ou indevido; (iii) PIS e COFINS, crédito decorrente de pagamento a maior e sobre aquisição de insumos; (iv) Imposto de Renda Retido na Fonte: crédito decorrente de rendimentos de aplicações financeiras.

## Notas Explicativas

### 9 Investimentos

#### a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10
Participações em companhias controladas	1.041.594	941.041	-	-
(-) Lucros não realizados em operações com controlada	(3.507)	(3.633)	-	-
Outros	89	89	127	127
	<u>1.038.176</u>	<u>937.497</u>	<u>127</u>	<u>127</u>

#### b. Movimentação dos investimentos em controladas diretas

	M.Dias Branco Argentina S.A.	Tergran-Terminal de Grão de Fortaleza Ltda.	M.Dias Branco International Trading LLC	Adria Alimentos do Brasil Ltda.	Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda	Total
Saldos em 31 dezembro de 2010	<u>11</u>	<u>3.480</u>	<u>347</u>	<u>186.588</u>	<u>750.615</u>	<u>941.041</u>
Equivalência patrimonial	(6)	85	(200)	9.184	21.499	30.562
Variação cambial	-	-	(9)	-	-	(9)
Aumento de capital	-	-	-	-	<u>70.000</u>	<u>70.000</u>
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>5</u>	<u>3.565</u>	<u>138</u>	<u>195.772</u>	<u>842.114</u>	<u>1.041.594</u>

#### c. Informações das controladas e controlada em conjunto

	Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.		Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda		M. Dias Branco Argentina S.A		Adria Alimentos do Brasil Ltda.		M.Dias Branco International Trading LLC	
	30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10
Capital social	9.204	9.204	656.730	586.730	114	126	55.191	55.191	113	113
Quotas (ações) possuídas	3.038	3.038	656.730	586.730	114	126	55.191	55.191	113	113
Ativo circulante	6.008	5.323	147.972	158.105	5	11	136.391	117.293	70	274
Ativo não circulante	5.379	5.650	948.767	830.950	-	-	168.632	156.950	89	95
Total de Ativos	11.387	10.973	1.096.739	989.055	5	11	305.023	274.243	159	369
Passivo circulante	690	532	57.827	71.432	-	-	65.699	53.150	-	-
Passivo não circulante	-	-	196.795	167.006	-	-	43.552	34.505	21	22
Total de passivos	690	532	254.622	238.438	-	-	109.251	87.655	21	22
Patrimônio líquido (a)	10.697	10.441	842.117	750.617	5	11	195.772	186.588	138	347
Equivalência Patrimonial	85	406	21.499	59.415	(6)	(47)	9.184	22.353	(209)	(143)
Participação no capital social, no final do período - % (b)	33,33%	33,33%	99,9996%	99,9996%	98,33%	98,33%	99,9999%	99,9999%	100,00%	100,00%
Participação no patrimônio líquido (a x b)	3.565	3.480	842.114	750.615	(5)	11	195.772	186.588	138	347

**Notas Explicativas**

	Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.		Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda		M. Dias Branco Argentina S.A		Adria Alimentos do Brasil Ltda.		M.Dias Branco International Trading LLC	
	30/06/11	30/06/10	30/06/11	30/06/10	30/06/11	30/06/10	30/06/11	30/06/10	30/06/11	30/06/10
Receitas	5.121	4.951	399.383	300.070	-	-	364.340	266.575	-	48.168
Despesas	(4.859)	(4.067)	(377.884)	(275.994)	(5)	6	(355.156)	(260.405)	(200)	(47.272)
Lucro (prejuízo) líquido do período	262	884	21.499	24.076	(5)	6	9.184	6.170	(200)	896

**10 Imobilizado*****Movimentação do imobilizado - Custo (Controladora)***

Custo	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<b>321.604</b>	<b>545.885</b>	<b>28.935</b>	<b>36.879</b>	<b>86.211</b>	<b>73.281</b>	<b>1.092.795</b>
Adições	89	1.029	298	166	61	20.244	21.887
Baixas	-	(113)	(20)	(1.655)	(3)	(148)	(1.939)
Transferências	<u>10</u>	<u>2.333</u>	<u>(1.948)</u>	<u>(875)</u>	<u>275</u>	<u>205</u>	<u>-</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<b><u>321.703</u></b>	<b><u>549.134</u></b>	<b><u>27.265</u></b>	<b><u>34.515</u></b>	<b><u>86.544</u></b>	<b><u>93.582</u></b>	<b><u>1.112.743</u></b>

***Movimentação do imobilizado - Depreciação (Controladora)***

Depreciação	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<b>(85.339)</b>	<b>(313.316)</b>	<b>(15.015)</b>	<b>(31.533)</b>	<b>(43.267)</b>	<b>(23.036)</b>	<b>(511.506)</b>
(+) Depreciação/Amortização	(4.937)	(11.019)	(1.077)	(300)	(2.194)	(842)	(20.369)
Baixas	-	116	16	1.371	2	148	1.653
Transferências	<u>1</u>	<u>(4)</u>	<u>(11)</u>	<u>(8)</u>	<u>14</u>	<u>8</u>	<u>-</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<b><u>(90.275)</u></b>	<b><u>(324.223)</u></b>	<b><u>(16.087)</u></b>	<b><u>(30.470)</u></b>	<b><u>(45.445)</u></b>	<b><u>(23.722)</u></b>	<b><u>(530.222)</u></b>
Saldos Líquidos							
Saldo em 31 de dezembro de 2010	236.265	232.569	13.920	5.346	42.944	50.245	581.289
Saldo em 30 de junho de 2011	231.428	224.911	11.178	4.045	41.099	69.860	582.521

**Notas Explicativas*****Movimentação do imobilizado - Custo (Consolidado)***

<b>Custo</b>	<b>Edificações</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Veículos</b>	<b>Instalações</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<b>438.804</b>	<b>823.544</b>	<b>39.893</b>	<b>46.027</b>	<b>119.106</b>	<b>177.199</b>	<b>1.644.573</b>
Combinação de negócio	12.325	8.755	-	-	-	15.041 <sup>(1)</sup>	36.121
Adições	93	1.817	759	470	886	58.169	62.194
Baixas	(8)	(365)	(31)	(1.707)	(12)	(404)	(2.527)
Transferências	<u>1.384</u>	<u>7.722</u>	<u>(1.068)</u>	<u>(876)</u>	<u>6.184</u>	<u>(13.346)</u>	=
Saldo em 30 de junho de 2011	<b><u>452.598</u></b>	<b><u>841.473</u></b>	<b><u>39.553</u></b>	<b><u>43.914</u></b>	<b><u>126.164</u></b>	<b><u>236.659</u></b>	<b><u>1.740.361</u></b>

Nota: <sup>1</sup> refere-se substancialmente a máquinas em montagem (R\$48.942), Obras em andamento (R\$8.035) e Outros (R\$ 1.192)

***Movimentação do imobilizado - Depreciação (Consolidado)***

<b>Depreciação</b>	<b>Edificações</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Veículos</b>	<b>Instalações</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<b>(106.132)</b>	<b>(429.011)</b>	<b>(20.042)</b>	<b>(37.119)</b>	<b>(47.640)</b>	<b>(26.923)</b>	<b>(666.867)</b>
(+) Depreciação/Amortização	(6.939)	(16.627)	(1.983)	(498)	(3.779)	(2.101)	(31.927)
Baixas	-	261	24	1.409	10	398	2.102
Transferências	<u>1</u>	<u>(4)</u>	<u>(11)</u>	<u>(8)</u>	<u>14</u>	<u>8</u>	=
Saldo em 30 de junho de 2011	<b><u>(113.070)</u></b>	<b><u>(445.381)</u></b>	<b><u>(22.012)</u></b>	<b><u>(36.216)</u></b>	<b><u>(51.395)</u></b>	<b><u>(28.618)</u></b>	<b><u>(696.692)</u></b>
<b>Saldos líquidos</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2010	332.672	394.533	19.851	8.908	71.466	150.276	977.706
Saldo em 30 de junho de 2011	339.528	396.092	17.541	7.698	74.769	208.041	1.043.669

As taxas de depreciação que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado estão assim demonstradas:

**Notas Explicativas****Taxas de depreciação (a.a)**

	<b>30/06/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Máquinas e equipamentos	6,67%	6,67%
Instalações	6,67%	6,67%
Edificações	3,33%	3,33%
Benfeitorias	3,33%	3,33%
Veículos	8%	8%
Móveis e utensílios	10%	10%
Equipamentos de computação	20%	20%
Outros	20%	20%

A depreciação reconhecida no resultado consolidado em 30 de junho de 2011 foi de R\$ 30.482 (R\$ 25.566 em 30 de junho de 2010).

O ativo imobilizado do Grupo, após análise de fontes externas e internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro do Grupo.

**11 Intangível**

	<b><u>Controladora</u></b>		<b><u>Consolidado</u></b>	
	<b>30/06/11</b>	<b>31/12/10</b>	<b>30/06/11</b>	<b>31/12/10</b>
Marcas e patentes	1.602	1.498	128.430	128.175
Software	10.222	8.967	10.842	9.526
(-) Amortização acumulada	<u>(5.304)</u>	<u>(4.872)</u>	<u>(24.845)</u>	<u>(24.403)</u>
	6.520	5.593	114.427	113.298
Ágio pago por rentabilidade futura	-	-	474.127	474.127
(-) Amortização acumulada	-	-	<u>(29.996)</u>	<u>(29.996)</u>
			444.131	444.131
Ágio pago na aquisição da PILAR	-	-	<u>55.500</u>	<u>-</u>
	<b><u>6.520</u></b>	<b><u>5.593</u></b>	<b><u>614.058</u></b>	<b><u>557.429</u></b>

O saldo de ágio pago sobre rentabilidade futura tem vida útil indefinida e está representado pelas seguintes transações: (i) ágio decorrente de acervo líquido de empresa Craiova Participações Ltda. incorporada à Adria Alimentos do Brasil Ltda. em 27 de agosto de 2002, no montante de R\$9.384; (ii) aquisição da Adria Alimentos do Brasil Ltda, no valor de R\$34.037; (iii) aquisição da Vitarella, no montante de R\$400.710.

O saldo do ágio pago sobre rentabilidade futura permaneceu inalterado para todos os períodos apresentados.

## Notas Explicativas

Os ativos marcas, patente e software apresentaram a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	Software (tempo de vida útil estimado-5 anos)	Marcas e patentes (*)	Software (tempo de vida útil estimado-5 anos)	Marcas e patentes (*)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>4.095</b>	<b>1.498</b>	<b>4.157</b>	<b>109.141</b>
Aquisições	1.255	104	1.316	254
Amortizações	(432)	-	(441)	-
<b>Saldo em 30 de junho de 2011</b>	<b>4.918</b>	<b>1.602</b>	<b>5.032</b>	<b>109.395</b>

(\*) *vida útil indefinida*

No caso das marcas e patentes, o valor está substancialmente representado pela marca Vitarella, no valor de R\$107.011.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2 – Combinação de negócios, a Companhia adquiriu o controle da Pilar em 26 de abril de 2011. A aquisição foi realizada pelo valor de R\$ 69.922. O ágio apurado nessa aquisição foi de R\$ 55.500, contudo a Companhia está aguardando a conclusão do laudo de avaliação dos ativos intangíveis que irá determinar a existência ou não de ativos intangíveis indetectáveis, além do ágio pago por rentabilidade futura.

Importante salientar que a Companhia elaborou projeções de fluxos de caixa com intuito de estimar o valor da Pilar. O valor presente líquido encontrado nas projeções supera o valor pago pela empresa, o que demonstra que o ágio pago não apresenta perda de valor recuperável.

O Grupo não possui ágio gerado internamente, e registrou como despesa os gastos com pesquisa e desenvolvimento no valor de R\$ 1.481 no semestre findo em 30 de junho de 2011 (R\$ 1.281 em 30 de junho de 2010).

### ***Teste de valor recuperável do ágio e marca***

Em 31 de dezembro de 2010, o Grupo aplicou teste de recuperação do valor contábil dos ágios e do ativo intangível marca, baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado das unidades que lhes deram origem - as controladas Adria e Vitarella - tomando por base o conjunto de bens utilizados em suas operações.

Importante ressaltar que o processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. Assim, as premissas do modelo tomaram por base as expectativas de crescimento do orçamento anual do Grupo, aprovado pela Diretoria, seu desempenho histórico, bem como dados de mercado, representando, assim, a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos que são responsáveis pela geração dos fluxos de caixa.

## Notas Explicativas

De acordo com as técnicas de avaliação de empresa, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos e o modelo foi baseado nas seguintes premissas fundamentais:

- As receitas foram projetadas considerando-se um crescimento médio anual de 9,2% em função do desempenho histórico e das expectativas quanto ao desempenho futuro;
- Os custos e despesas operacionais foram projetados com base no desempenho histórico do Grupo, e sua expectativa quanto à evolução dos custos dos insumos no contexto do crescimento das vendas projetado;
- Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infra-estrutura necessária para suportar o crescimento das vendas;
- Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto de 12,2%. A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do exercício de 5 anos foi de 4,5%.

Nesse processo de avaliação, o valor das empresas obtidos nos testes de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor estimado de uso na data da avaliação.

## 12 Diferido

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
Pesquisa, desenvolvimento e gastos pré-operacionais	55.497	55.497	-	-
(-) Amortização acumulada	<u>(50.497)</u>	<u>(47.774)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>5.000</u>	<u>7.723</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Gastos com pesquisa e desenvolvimento referem-se a novos produtos e são amortizados em cinco anos ou imediatamente, caso não sejam relevantes ou não exista perspectiva de geração de benefícios futuros. Os gastos pré-operacionais, que incluem principalmente remuneração dos funcionários, treinamento e aluguel de equipamentos, foram diferidos na fase de construção das unidades industriais instaladas em Salvador (BA), em Cabedelo (PB), em Natal (RN) e em Fortaleza (CE) - neste caso a fábrica de margarinas e gorduras vegetais - até o momento em que estas unidades passaram a operar normalmente. Esses gastos são amortizados no prazo de cinco anos e não há, até o presente momento, qualquer indicador de que possa ter havido perda de valor dos mesmos.

De acordo com as IFRS, os gastos pré-operacionais não se enquadram na definição de um ativo intangível. Desta forma, para efeito de demonstração consolidada o saldo do ativo diferido foi baixado, conforme esclarecido na Nota Explicativa nº 3.

## Notas Explicativas

### 13 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, bem como as transações que influenciaram o resultado dos trimestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem, principalmente, de transações entre o Grupo, profissionais-chave da administração e transações com outras empresas ligadas direta ou indiretamente ao acionista controlador, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

A seguir apresentamos a relação de empresas com as quais a Companhia mantém transação:

<b>Partes Relacionadas</b>	<b>Principal natureza das transações</b>
<b>Controladas</b>	
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	Compra e venda de produtos industrializados;
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	Compra e venda de produtos industrializados;
NPAP Alimentos S.A.	Compra e venda de produtos industrializados;
M. Dias Trading LLC	Compra de matéria-prima, contudo não houve transação no período;
M. Dias Branco Trading Uruguay	Compra de matéria-prima, contudo não houve transação no período;
M. Dias Branco Argentina S.A.	Compra de matéria-prima (pré-operacional);
<b>Controlada em conjunto</b>	
Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	Prestação de serviço na descarga de trigo;
<b>Outras partes relacionadas</b>	
Dias Branco Administração e Participação Ltda.	Ressarcimento de despesas comuns;
Idibra Participações Ltda.	Não houve transações no período;
Petroposto Com. de Derivados de Petróleo Ltda.	Compra de combustível;
Praia Centro Hotel Viagens e Turismo Ltda.	Prestação de serviço de hospedagem de funcionários e prestadores de serviço;
LDB Transporte de Cargas Ltda.	Transporte de cargas;
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	Prestação de serviço na descarga de trigo e venda de ativos imobilizados;
Porto Cotegipe Logística Ltda.	Não houve transações no período;
Rowena S.A.	Arrendamento de aeronave.

A controladora M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos é avalista em dois contratos firmados pela sociedade Terminal Portuário Cotegipe Ltda., antiga controlada, junto ao Banco do Nordeste do Brasil para financiamento das obras físicas e pela hipoteca do imóvel onde está instalada a unidade industrial no município de Salvador (BA). Nessa operação não foi cobrada nenhuma contraprestação pela concessão de aval, o contrato tem vencimento em junho de 2015 e o saldo em aberto em 30 de junho de 2011 é de R\$17.773 (R\$19.999 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia não tem conhecimento de fatos ou circunstâncias que indiquem situação de desconformidade com qualquer desses contratos nos quais é avalista.

A Companhia é comodante em alguns contratos de comodato de bens móveis e imóveis com as controladas Adria e Vitarella, bem como com as partes relacionadas Dias Branco Administração Participações Ltda. e Idibra Participações Ltda.

#### ***Condições das transações com as principais partes relacionadas***

As operações entre as partes relacionadas, conforme já mencionado, são realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas no mercado, vigentes à época de cada transação, onde os preços

## Notas Explicativas

praticados podem variar conforme o tipo de produto que é vendido. No caso das transações realizadas com a controlada Adria, a condição de venda é com prazo de pagamento de 25 dias após o faturamento, enquanto que para a controlada Vitarella, o prazo para pagamento é 20 dias. Já as controladas M. Dias Branco International Trading LLC e M. Dias Branco International Trading Uruguay, fazem o processo de intermediação da compra de trigo para Companhia, repassando o produto adquirido no exterior pelo preço de aquisição, o qual segue rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigente no momento de cada operação. O pagamento a essas controladas é feito à vista, com recursos obtidos em financiamento no exterior, com prazo de 360 dias para pagamento.

Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/11</b>	<b>31/12/10</b>	<b>30/06/11</b>	<b>31/12/10</b>
<b>Ativo circulante</b>				
<b>Contas a receber</b>				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	8.279	9.068	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	4.871	12.556	-	-
	<u>13.150</u>	<u>21.624</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Outras contas a receber/Partes relacionadas</b>				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	230	345	-	-
Dias Branco Administração e Participações Ltda.	825	782	825	782
	<u>1.055</u>	<u>1.127</u>	<u>825</u>	<u>782</u>
<b>Ativo não - Circulante</b>				
<b>Investimentos</b>				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	192.265	182.955	-	-
M.Dias Branco Argentina S.A	5	11	-	-
M.Dias Branco Tradding LLC	138	347	-	-
Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza	3.566	3.480	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	842.114	750.615	-	-
	<u>1.038.088</u>	<u>937.408</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Passivo Circulante</b>				
<b>Fornecedores</b>				
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	-	634	-	-
Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	-	306	-	-
Dias Branco Administração e Participações Ltda	1	1	1	1
Terminal Portuário Cotegipe S.A	506	-	506	-
LDB Transporte de Cargas Ltda.	276	249	276	249
	<u>783</u>	<u>1.190</u>	<u>783</u>	<u>250</u>
<b>Outras Contas a pagar</b>				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	45	108	-	-
Tergran-Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	1.200	1.200	-	-
	<u>1.245</u>	<u>1.308</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Passivo não-circulante</b>				
<b>Contas a pagar</b>				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	10	10	-	-
	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

**Notas Explicativas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/11</b>	<b>30/06/10</b>	<b>30/06/11</b>	<b>30/06/10</b>
<b>Resultado</b>				
<b>Receita de venda de produtos</b>				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	87.538	53.414	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	107.148	43.446	-	-
NPAP Alimentos S.A	50	-	-	-
	<u>194.736</u>	<u>96.860</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Custo dos produtos vendidos</b>				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	-	2.079	-	-
M.Dias Branco Internacional Tradding LLC	-	46.551	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	2	-	-	-
Tergran-Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	2.255	-	-	-
NPAP Alimentos S.A	67	-	-	-
	<u>2.324</u>	<u>48.630</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Despesas de vendas</b>				
Petroposto Coml. de Derivados de Petróleo Ltda.	1.651	1.774	1.651	1.774
LDB Transporte de Cargas Ltda.	8.162	10.841	8.162	10.841
	<u>9.813</u>	<u>12.615</u>	<u>9.813</u>	<u>12.615</u>
<b>Despesas administrativas</b>				
Dias Branco Administração e Participações Ltda.	(2.271)	4	(2.271)	4
Rowena S.A	1.339	2.151	1.339	2.151
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	16	36	16	36
	<u>(916)</u>	<u>2.191</u>	<u>(916)</u>	<u>2.191</u>
<b>Resultado da Participação Societária</b>				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	9.310	6.191	-	-
M.Dias Branco Internacional Tradding LLC	(200)	896	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	21.499	24.076	-	-
M.Dias Branco Argentina	(5)	6	-	-
Tergran-Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	85	295	-	-
	<u>30.689</u>	<u>31.464</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

**Remuneração do pessoal-chave da Administração**

Em 30 de junho de 2011 a Companhia registrou o montante de R\$ 5.013 (R\$ 4.754 em 30 de junho de 2010) e relativo à remuneração do pessoal-chave da administração a título de benefícios de curto prazo. Vale salientar que o valor dos honorários da administração evidenciados na demonstração de resultado do período contempla apenas a remuneração direta, tais como salários, pró-labore e gratificações.

A Companhia não concede ao seu pessoal-chave qualquer benefício que não seja de curto prazo,

## Notas Explicativas

inclusive e especialmente, licença por anos de serviços e benefícios pós-emprego, tais como pensões, benefícios de aposentadoria, salvo o plano de concessão de opções (*stock options*) cuja única e última outorga se deu apenas no ano de 2006 e o direito de exercer expirou em 31 de dezembro de 2010.

### 14 Financiamentos e empréstimos com Instituições Financeiras

#### Controladora

	Indexador	Juros (a.a.)	Data de vencimento	30/06/11	31/12/10
<b>Moeda nacional</b>					
BNDES-FINAME	TJLP	1,89% (2,04% em 31.12.10)	15/10/2013	1.995	2.756
BNDES- PSI	R\$	4,71% (4,51% em 31.12.10)	15/10/2021	30.449	19.990
BNB – FNE	-	10,00%	29/09/2015	40.604	45.394
MODERMAQ (Pós)	TJLP	1,03%	15/03/2013	2.014	2.685
BNB- FNE - Capital de Giro	-	10,00%	14/08/2011	293	1.170
BNDES Automático	TJLP	2,49%	15/07/2014	643	747
BNDES Automático	Tx.Variável	2,49%	15/07/2014	244	300
				<u>76.242</u>	<u>73.042</u>
<b>Moeda estrangeira</b>					
Financiamentos de importação de insumos	USD	1,53%	23/03/2012	104.360	-
Financiamentos de máquinas e equipamentos	CHF	Libor* + 1,50%	30/10/2014	4.050	4.445
				<u>108.410</u>	<u>4.445</u>
				<u>184.652</u>	<u>77.487</u>
Parcela a amortizar classificada no passivo circulante				(119.895)	(15.202)
Passivo não circulante				<u>64.757</u>	<u>62.285</u>

\* Libor semestral

**Notas Explicativas****Consolidado**

	<b>Indexador</b>	<b>Juros (a.a.)</b>	<b>Data de vencimento</b>	<b>30/06/11</b>	<b>31/12/10</b>
<b>Moeda nacional</b>					
BNDES-FINAME	TJLP	2,01% (1,94% em 31.12.10)	15/02/2018	12.436	15.973
BNDES- PSI	R\$	4,69% (4,50% em 31.12.10)	15/03/2021	68.858	46.281
BNB – FNE	-	10,00%	11/01/2016	84.641	95.574
MODERMAQ (Pós)	TJLP	1,03% (1,11% em 31.12.10)	15/03/2013	2.014	2.685
BNB - FNE - Capital de Giro	-	10,00%	14/08/2011	293	1.170
BNDES Automático	TJLP	2,49%	15/07/2014	643	747
BNDES Automático	Tx.Variável	2,49%	15/07/2014	244	300
Leasing	R\$	13,08%	25/02/2012	8	-
				<u>169.137</u>	<u>162.730</u>
<b>Moeda estrangeira</b>					
Financiamentos de importação de insumos	USD	1,53%	23/03/2012	104.360	-
Financiamentos de máquinas e equipamentos	CHF	Libor* + 1,50%	30/10/2014	<u>4.050</u>	<u>4.445</u>
				<u>108.410</u>	<u>4.445</u>
				<u>277.547</u>	<u>167.175</u>
Parcela a amortizar classificada no passivo circulante				<u>(138.208)</u>	<u>(33.599)</u>
Passivo não circulante				<u>139.339</u>	<u>133.576</u>

\* Libor semestral

Os contratos do BNDES e FNE têm o exercício de carência de 12 meses a 36 meses. Os juros são pagos trimestralmente durante o exercício de carência e após o exercício de carência, o vencimento passa a ser mensal, tanto para o valor principal quanto para os juros. Os financiamentos externos para capital de giro, importações de máquinas e equipamentos e financiamentos nacionais de insumos - EGF têm vencimentos semestrais de principal e juros. Os financiamentos de importação de insumos têm vencimentos anuais de principal e juros. Já os financiamentos de capital de giro em moeda nacional têm vencimentos mensais de juros e principal.

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

**Notas Explicativas**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>30/06/11</b>	<b>31/12/10</b>	<b>30/06/11</b>	<b>31/12/10</b>
Ano de vencimento:				
2012	15.843	15.341	38.009	39.657
2013	14.878	13.977	28.245	26.794
2014	13.938	13.315	25.192	23.587
2015	6.175	9.651	15.809	19.450
2016 a 2021	13.923	10.001	32.084	24.088
Total	<u>64.757</u>	<u>62.285</u>	<u>139.339</u>	<u>133.576</u>

Os financiamentos e empréstimos (consolidado) estão garantidos por notas promissórias e alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 277.547 (R\$ 167.175 em 31 de dezembro de 2010).

Os contratos de abertura de crédito de importação de mercadorias, financiamentos externos, financiamentos através das linhas de crédito do BNDES e FNE e capital de giro contêm cláusulas restritivas, habituais para esse tipo de operação, que caso não sejam atendidas, podem fazer com que algumas dessas operações tenham seus vencimentos antecipados.

Essas cláusulas contratuais, dentre outras condições, restringem a autonomia da Companhia nos casos de alteração da estrutura societária, pois não poderá haver alteração ou modificação da composição do capital social nem incorporação, cisão ou fusão da mesma, transferência ou cessão, direta ou indireta, de seu controle societário sem a prévia e expressa concordância da instituição financeira contratada; e exigem que a Companhia não possua (i) protestos legítimos, (ii) ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos que, se decididos desfavoravelmente à Companhia, teriam um efeito prejudicial sobre a condição financeira ou que prejudicariam sua capacidade de cumprir suas obrigações contratuais; (iii) bem como, a exigência de que a transferência ou cessão de direitos e obrigações decorrentes dos contratos sejam aprovadas pela instituição financeira contratada e o FINAME. Atualmente, o Grupo não está incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos.

**15 Financiamentos de tributos – PROVIN, PROADI e DESENVOLVE**

A Companhia é beneficiária de subvenções para investimento de origem governamental, conforme esclarecido na Nota Explicativa nº 21 - Subvenções governamentais. Os financiamentos aqui classificados dizem respeito à parcela não incentivada dos tributos e estão baseados no ICMS devido apurados mensalmente.

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o saldo dos financiamentos apresentavam a seguinte composição:

## Notas Explicativas

### Controladora e consolidado

Moeda nacional	Indexador	Juros (a.a.)	Data de vencimento	30/06/11	31/12/10
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROADI)	TR	-	10/09/2011	27	24
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN)	TJLP	-	30/06/2014	16.608	15.946
Financ. de Tributos Estaduais (DESENVOLVE)	TJLP	-	20/07/2012	3.149	2.963
				19.784	18.933
Parcela a amortizar classificada no passivo circulante				(7.322)	(7.414)
Passivo não circulante				12.462	11.519

Os financiamentos de tributos PROADI têm vencimento trimestral de principal e juros. Já o PROVIN, o prazo de vencimento é por triênio, enquanto o DESENVOLVE é anual.

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento:	Controladora		Consolidado	
	30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10
2012	10.200	9.515	10.200	9.515
2013	2.037	1.926	2.037	1.926
2014	225	78	225	78
Total	12.462	11.519	12.462	11.519

Os financiamentos do PROVIN e PROAD estão garantidos por notas promissórias.

## 16 Financiamentos diretos - Aquisição de Empresa

Trata-se de dívida contraída junto aos próprios vendedores para pagamento das quotas da Vitarella e Pilar.

No caso da dívida de aquisição da Vitarella, o saldo existente em 30 de junho de 2011 está representado pela parcela retida do preço de aquisição, no montante de R\$ 95.020, a qual se presta à garantia das contingências exigidas em discussão judicial ou administrativa, a ser amortizada em duas parcelas com vencimentos em 04/10/2012 e em 04/04/2013. Todas as parcelas do preço de aquisição são remuneradas à taxa de 100% do CDI.

No que diz respeito a dívida contraída na aquisição da Pilar, o saldo existente em 30 de junho de 2011 está representado por uma parcela no montante de R\$3.929, que se presta a garantia de recebíveis existentes na data de aquisição a ser liquidada em 27 de julho de 2011, se for o caso, e um valor retido do preço de aquisição a ser pago em 6 anos, no montante de R\$21.432, ambas atualizadas pela taxa 100% do CDI.

O pagamento do saldo do instrumento de cessão das quotas da Vitarella está garantido pelo penhor

## Notas Explicativas

das próprias quotas objeto da compra e pela hipoteca do imóvel sede da empresa adquirida e por ações de emissão da Companhia de propriedade do acionista controlador.

### 17 Provisão para contingências

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia e sociedades controladas.

Existem processos em discussão nos âmbitos administrativo e judicial, e as interpretações jurisprudenciais variam e se aplicam caso a caso, conforme as características peculiares de cada demanda. Em 30 de junho de 2011, do total dos processos de naturezas trabalhista e cível, 1,28% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 98,72% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso. Já em relação aos processos de natureza tributária 58% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 42% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso.

Destes, somente as contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. As provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

As provisões registradas estão subdivididas em:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>30/06/11</b>	<b>31/12/10</b>	<b>30/06/11</b>	<b>31/12/10</b>
Trabalhistas e cíveis	8.624	7.903	24.498	23.692
Tributárias	17.937	17.707	23.327	22.474
Outros	1.517	1.517	1.517	1.517
	<u>28.078</u>	<u>27.127</u>	<u>49.342</u>	<u>47.683</u>

**Notas Explicativas***Movimentação dos processos no período*

<b>Controladora</b>	<b>Cíveis e trabalhistas</b>	<b>Tributárias</b>	<b>Outras</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b><u>7.903</u></b>	<b><u>17.707</u></b>	<b><u>1.517</u></b>	<b><u>27.127</u></b>
Adições	721	230	-	951
Baixas/reversões	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Saldo em 30 de junho de 2011</b>	<b><u>8.624</u></b>	<b><u>17.937</u></b>	<b><u>1.517</u></b>	<b><u>28.078</u></b>
<b>Consolidado</b>	<b>Cíveis e trabalhistas</b>	<b>Tributárias</b>	<b>Outras</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b><u>23.692</u></b>	<b><u>22.474</u></b>	<b><u>1.517</u></b>	<b><u>47.683</u></b>
Adições	1.487	853	-	2.340
Baixas/reversões	<u>(681)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(681)</u>
<b>Saldo em 30 de junho de 2011</b>	<b><u>24.498</u></b>	<b><u>23.327</u></b>	<b><u>1.517</u></b>	<b><u>49.342</u></b>

- **Natureza dos processos**

*Cíveis e trabalhistas*

O Grupo figura como ré em aproximadamente 428 processos judiciais de naturezas trabalhista e cível cuja probabilidade de perda é classificada como provável no valor de R\$ 22.023 e R\$2.475, respectivamente. A maior parte das ações envolve problemas usuais e peculiares do negócio, relativos a pedidos de indenização por acidente de trabalho e por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, ações de rescisão de cláusulas de contratos de distribuição, ações de reparação de danos, dentre outros.

*Tributárias*

A provisão para contingências tributárias está composta da seguinte forma:

**Notas Explicativas**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
Autos de infração do IRPJ e da CSLL (a)	14.140	13.910	14.140	13.910
CPMF - Depósito judicial	10	10	10	10
IPI - Depósito judicial (b)	3.787	3.787	3.787	3.787
PIS - Depósito judicial (c)	-	-	962	850
COFINS - Depósito judicial (c)	-	-	4.428	3.917
	<u>17.937</u>	<u>17.707</u>	<u>23.327</u>	<u>22.474</u>

- (a) A Companhia defende-se de autuações fiscais lavradas em 2004 referentes à exclusão da contribuição social da base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica cujo risco de perda é considerado provável pela Administração e seus assessores jurídicos, em função, principalmente, da jurisprudência desfavorável. As parcelas dos autos de infração provisionadas estão sendo atualizadas pela taxa SELIC. O processo encontra-se atualmente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
- (b) A Companhia ingressou com Mandado de Segurança para afastar a exigência do IPI incidente sobre aeronaves arrendadas, importadas sob o regime de admissão temporária. A Companhia efetuou depósito judicial no montante total da ação. O processo encontra-se em 2ª instância, na 6ª turma do TRF da 3ª região.
- (c) A Companhia ingressou com Mandado de Segurança objetivando a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo encontra-se em 2ª instância, na 3ª turma do TRF da 5ª região, aguardando julgamento.

O Grupo não atualizou as provisões para contingências integralmente garantidas por depósitos judiciais os quais, da mesma forma, não são atualizados.

Adicionalmente às provisões constituídas, o Grupo possui diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais figuram no pólo passivo cujas probabilidades de perda, baseadas na opinião de consultores jurídicos internos e externos, são consideradas possíveis, totalizando aproximadamente R\$220.819 (R\$ 229.440 em 31 de dezembro de 2010). Dentre os processos, merecem destaque os seguintes:

**Autos de Infração do IRPJ e CSLL:** a Receita Federal do Brasil lavrou 2 autos de infração referentes a exigência de IRPJ e CSLL pelas seguintes supostas irregularidades: (i) não inclusão das subvenções para investimento recebidas dos Estados do Ceará (PROVIN) e Rio Grande do Norte (PROADI) na base de cálculo do IRPJ e da CSLL; (ii) não escrituração do ganho proveniente da referida subvenção no momento em que pagava o tributo (ICMS) sobre o qual o Estado concedente calcula e libera a subvenção para investimento; (iii) não computação de adição da CSLL ao lucro real; (iv) suposta majoração indevida do incentivo fiscal federal concedido pela SUDENE; e (v) multa isolada. Os dois processos têm valor somado de, aproximadamente, R\$91.352, atualizados até 30 de junho de 2011. A Companhia apresentou impugnações aos referidos autos de infração, as quais foram julgadas improcedentes pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal. Em face de tais decisões, foram interpostos Recursos Voluntários perante o Conselho Administrativo de

## Notas Explicativas

Recursos Fiscais (antigo Conselho de Contribuintes), os quais foram julgados procedentes, exceto em relação à suposta majoração de incentivo fiscal federal concedido pela SUDENE, o que foi objeto de embargos de declaração ainda não apreciado, para suprir a omissão de não apreciação de ofício da SUDENE, juntado aos autos, que afirma a inexistência da majoração de incentivo alegada no auto de infração. A Fazenda Nacional apresentou Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais nos dois processos apenas em respeito à não tributação pelo IRPJ e CSLL das subvenções para investimento recebidas dos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, os quais aguardam julgamento. A Companhia já apresentou suas contra-razões em ambos os recursos, bem como continua aguardando o julgamento dos embargos de declaração para, se for o caso, opor o competente recurso especial. A Companhia avalia a possibilidade de êxito como possível, exceto para alguns aspectos onde o valor importa em R\$14.140, cuja avaliação é de perda provável, já devidamente provisionado.

**Autos de Infração do PIS e COFINS:** foram lavrados dois autos de Infração pela Receita Federal do Brasil visando à exigência de débitos relacionados às contribuições ao PIS e a COFINS relativas aos anos-calendários de 1999 a 2003, tendo em vista o cometimento de três supostas infrações na apuração desses tributos: (i) divergências entre os valores declarados em DCTF e os valores devidos; (ii) registro supostamente errôneo das variações monetárias passivas e lançamento dos valores como créditos em contrapartida da diminuição de obrigações em moeda estrangeira; e (iii) não inclusão na base de cálculo os valores escriturados de subvenções para investimento auferidas dos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Essas três supostas infrações correspondem à aproximadamente 25% do valor total autuado. Em razão disso a Companhia, em sede de preliminar de seu recurso administrativo, requereu a nulidade dos respectivos autos por cerceamento do direito de defesa, vez que desconhece o fundamento para os outros 75% dos valores cobrados. O valor atualizado, até 30 de junho de 2011, dos dois processos, é de, aproximadamente, R\$103.717. Importante ressaltar que os anos-calendários autuados coincidem, em grande parte, com o período onde a tributação pelo PIS e COFINS não poderia alcançar outras receitas senão o faturamento *stricto sensu*, face ao trânsito em julgado de decisão do STF, em favor da Companhia, que reconheceu a inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS e COFINS trazida pela Lei nº 9.718/98. A Companhia apresentou impugnações aos referidos autos de infração, as quais foram julgadas improcedentes pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal. Em face de tais decisões, foram interpostos Recursos Voluntários perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (antigo Conselho de Contribuintes), sendo um deles julgado parcialmente procedente, mantendo a exigência do PIS sobre as subvenções, mesmo o Acórdão reconhecendo estar provado nos autos se tratarem de subvenções para investimento. Contra tal decisão a Companhia já interpôs os Embargos de Declaração, a respeito da solução criada pelo Acórdão para justificar os 75% do valor autuado que excede o valor das infrações discriminadas no Auto. O Embargo ainda não foi apreciado. Quanto ao outro processo – relacionado à COFINS - ainda aguarda o julgamento do Recurso Voluntário.

**Ações judiciais de cunho ambiental:** a Companhia destaca duas ações de cunho ambiental, uma ação civil pública e uma ação popular, as quais se encontram atualmente em trâmite na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Paraíba. Tais ações têm como objetivos principais a declaração de nulidade do processo de licenciamento do empreendimento da unidade industrial da Companhia localizada no Estado da Paraíba, denominada Grande Moinho Tambaú, assim como contempla pedido de indenização por conta de eventuais danos ambientais causados à área da construção e, ainda, pedido de demolição da área construída. De acordo com decisão judicial proferida, os autos foram encaminhados à Justiça Estadual da Comarca de Cabedelo/PB, por não haver interesse de autarquia federal (no caso, o IBAMA) a justificar a sua competência para processar e julgar o feito. Entendeu o juízo federal que as referidas ações discutem matéria de direito edilício, postura e licenciamento municipal, com meros reflexos na área portuária interna e

## Notas Explicativas

evento visual em relação ao Forte de Santa Catarina de Cabedelo, popularmente conhecido como “Fortaleza de Santa Catarina”, não dizendo respeito à atuação do IBAMA, por não se cogitar de dano ambiental. Atualmente, o processo se encontra na Justiça Estadual, aguardando manifestação desta. Considera-se como possível a probabilidade de perda das ações, porém com risco remoto de demolição da área construída, mas com eventual obrigação de pagamento de indenização por danos ambientais, estimado pelo escritório externo no valor aproximado de R\$ 2.000, na hipótese de desfecho desfavorável à Companhia

### 18 Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Os impostos ativos diferidos foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM 371 de 27 de junho de 2002 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>30/06/11</b>	<b>31/12/10</b>	<b>30/06/11</b>	<b>31/12/10</b>
Provisão para redução a valor recuperável-clientes	1.582	1.885	2.082	2.337
Provisão para contingências	9.546	9.223	12.098	11.519
Lucros não realizados em operações com controladas	1.192	1.235	1.195	1.235
Baixa do ativo diferido mantido nas demonstrações individuais	-	-	2.191	3.236
Outras provisões	<u>4.928</u>	<u>6.138</u>	<u>7.319</u>	<u>8.683</u>
	<u>17.248</u>	<u>18.481</u>	<u>24.885</u>	<u>27.010</u>

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias em prazo máximo de dez anos, considerando a expectativa de realização das provisões que o geraram.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas expectativas de desfecho dos processos que originaram as provisões para contingências, bem como nos critérios da legislação tributária para dedutibilidade das perdas com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia não reconheceu os efeitos do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos sobre diferenças temporárias e base negativa de contribuição social da controlada Adria e Pilar em razão da ausência de histórico de base de cálculo positiva de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Baseada no histórico de realizações dos passivos representativos de riscos tributários, trabalhistas e cíveis, dentre outros, e provisões para redução do valor recuperável de clientes, o Imposto de Renda

**Notas Explicativas**

e Contribuição Social diferidos das informações consolidadas apresentam a seguinte expectativa de realização:

<b>Exercício</b>	<b>30/06/11</b>	<b>31/12/10</b>
2011	9.480	10.924
2012	1.887	2.264
2013	1.435	1.473
2014	1.614	1.697
2015	1.581	1.349
2016 a 2018	<u>8.887</u>	<u>9.303</u>
Total	<u>24.885</u>	<u>27.010</u>

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Passivos são decorrentes de diferenças temporárias, relativas à amortização, apenas para fins fiscais, do ágio pago por rentabilidade futura, constituídas de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, por diferenças de despesas de depreciação de ativos calculadas a partir de taxas definidas de acordo com o tempo de vida útil e por taxas fiscais, em decorrência da opção pelo RTT e sobre saldo de reavaliação de ativos permanentes realizada na Pilar, em data anterior a sua aquisição.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/11</b>	<b>30/06/10</b>	<b>30/06/11</b>	<b>30/06/10</b>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	180.417	165.795	192.274	180.458
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	61.342	56.370	65.373	61.356
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	333	1.009	1.495	1.322
Exclusões permanentes:				
Itens não considerados como Receitas pela legislação tributária	(27.189)	(22.731)	(19.700)	(13.845)
Efeito do não reconhecimento do crédito da base negativa da contribuição social na Adria	-	-	(1.508)	-
Outros itens	(2.503)	(344)	(3.058)	(1.221)
Imposto de renda e contribuição social no resultado antes da isenção	<u>31.983</u>	<u>34.304</u>	<u>42.602</u>	<u>47.612</u>
Receita isenta de imposto de renda (Subvenção Governamental)	(14.223)	(16.961)	(15.016)	(18.057)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período após isenção	<u>17.760</u>	<u>17.343</u>	<u>27.586</u>	<u>29.555</u>
Alíquota efetiva	<u>9,84%</u>	<u>10,46%</u>	<u>14,35%</u>	<u>16,09%</u>

## Notas Explicativas

A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais do imposto de renda, cuja natureza, prazo e parcela incentivada estão detalhados na Nota Explicativa nº 21- Subvenções governamentais.

### 19 Patrimônio líquido

#### a. Capital social

Em 28 de fevereiro de 2011, os membros do Conselho de Administração aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$ 31.267, mediante capitalização de reservas de incentivos fiscais, passando o Capital Social para R\$777.796 (R\$746.529 em 31 de dezembro de 2010).

O capital social autorizado é de 459.200.000 ações, ordinárias nominativas e sem valor nominal e pode ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante a capitalização de reservas, com ou sem a modificação do número de ações.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía 28.419.196 ações ordinárias em circulação, que representavam 25,05% do total, mas em função da aquisição de 29.700 ações de administradores, realizadas ao longo de 1º semestre de 2011, as ações em circulação atingiram, em 30 de junho de 2011, o montante de 28.389.496, que representam 25,02% do total.

#### b. Reservas

##### *Reserva legal*

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo-se a parcela referente à subvenção governamental, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

##### *Reservas de incentivos fiscais*

É constituída anualmente a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia e de suas controladas, conforme detalhado em Nota Explicativa nº 21- Subvenções governamentais.

##### *Reservas para plano de investimento*

É constituída a partir da parcela remanescente do lucro, ou seja, lucro do exercício líquido das reservas de incentivos fiscais, da reserva legal e dos dividendos propostos, salvo deliberação diversa pela Assembleia Geral. Sua finalidade é o fortalecimento do capital de giro da Companhia e o reinvestimento de recursos gerados internamente. Essa reserva poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas.

Esta reserva observará o limite máximo de 95% do Capital Social.

##### *Reserva especial - Lei nº 8.200/1991*

A Companhia contabilizou em exercícios anteriores a 1995 a correção monetária especial prevista no artigo 2º da Lei nº 8.200/1991 sobre bens do ativo permanente.

## Notas Explicativas

### *c. Ações em tesouraria*

A Companhia mantém ações em tesouraria para atender ao “Plano de Opções de Compra de Ações” ou posterior cancelamento.

No semestre findo em 30 de junho de 2011, a Companhia adquiriu o montante de 12.623 ações, a preço de mercado na Bolsa de Valores, cujo preço médio foi de R\$ 38,72 por unidade de ação, sendo os preços mínimos e máximos de 38,45 e R\$ 38,81, respectivamente. O valor total da compra foi R\$ 489 e os recursos foram oriundos da conta de reservas de lucros. No mesmo período, em decorrência do exercício do Plano de Opções de Compra de Ações, a Companhia alienou a totalidade da quantidade de ações adquiridas. Nessa transação foi apurado um resultado líquido negativo na ordem de R\$ 212, que foi baixado das opções outorgadas reconhecidas.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia não possuía ações em tesouraria.

### *d. Remuneração de acionistas*

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

### *e. Ajuste de avaliação patrimonial*

O ajuste de avaliação patrimonial inclui ajuste de valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda.

### *f. Ajuste de acumulados de conversão*

O ajuste acumulados de conversão inclui variação cambial de investimentos no exterior.

## **20 Plano de opções de compra de ações**

A Companhia possui um plano de opção de compra de ações que tem por objetivos: i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, permitindo aos administradores e empregados, seus e de suas controladas, adquirir ações da Companhia, nos termos, nas condições, e no modo previstos no Plano, incentivando desta forma a integração dos mesmos à Companhia; e ii) possibilitar à Companhia e às suas controladas obter e manter os serviços de administradores e empregados de alto nível, oferecendo a tais executivos e empregados, como vantagem adicional, tornarem-se acionistas da Companhia, nos termos e condições previstos no Plano.

O Plano é executado através de Programas criados por um Comitê nomeado pelo Conselho de Administração; as opções representarão o máximo de 1% do total de ações do capital da Companhia existentes na data de lançamento de cada Programa e não podem participar do Plano os diretores estatutários e/ou empregados ou qualquer outro executivo que já detenha, direta ou indiretamente, mais de 5% das ações da Companhia.

O único Programa de Opções da Companhia, pelo qual foram concedidas 620.000 opções,

## Notas Explicativas

representando 0,53% do total de ações, distribuídas entre 36 executivos, cujo direito de aquisição das opções se encerrou em 31 de dezembro de 2007, expirou em dezembro de 2010. No entanto, em 31 de dezembro de 2010, existia um montante de 12.621 opções a serem exercidas (0,14% do total de ações). A Companhia tinha um prazo de 90 dias para atender a solicitação do direito de exercício já manifestada pelos executivos que foi devidamente cumprido.

### *Resumo da movimentação do plano*

	30/06/11		31/12/10	
	Preço de exercício R\$ /ação	Quantidade de opções	Preço de exercício R\$ /ação	Quantidade de opções
Saldo inicial das ações	21,94	12.621	21,94	157.860
Outorgadas	-	-	-	-
Perdidas	-	-	-	-
Opções exercidas	-	(12.621)	-	(145.239)
Saldo final das opções	21,94	-	21,94	12.621
Exercíveis no final do período	-	-	-	12.621

Tendo em vista que todas as opções foram exercidas, o saldo remanescente das Opções Outorgadas Reconhecidas, no montante de R\$974, correspondente as opções canceladas ou perdidas, foi transferido para reservas de lucros, em conformidade com item 23 do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações.

## 21 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pelo Grupo têm a natureza de subvenções para investimentos e se dividem em subvenções estaduais e federais, sendo todas elas monetárias e registradas pelo seu valor nominal.

O valor das subvenções para investimento recebidas dos Estados é determinado a partir do montante de ICMS devido e incidente sobre os negócios realizados por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de Projetos de Investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pelos respectivos estados, no âmbito de suas políticas públicas de fomento ao desenvolvimento industrial.

O valor das subvenções para investimento recebidas da União é determinado a partir do Lucro da Exploração gerado por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de Projetos de Investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pela SUDENE, no âmbito da política nacional de fomento ao desenvolvimento regional.

Os recursos recebidos se constituem em fonte de reposição do capital investido nos empreendimentos econômicos resultantes dos Projetos de investimento implementados pela Companhia e enquadrados nos respectivos programas públicos de fomento ao desenvolvimento.

## Notas Explicativas

Tais subvenções para investimento, não obstante sua inequívoca essência econômica de alocação de capital para suportar investimentos, sem configurar qualquer hipótese de redução de custos ou de despesas, passaram a transitar, a partir do exercício de 2008 no resultado do exercício, em função do que determina a Deliberação CVM nº 555/08 (que aprovou o Parecer Técnico CPC nº 07). No cumprimento dessa determinação regulamentar, as subvenções para investimento estaduais, em razão de serem calculadas com base no ICMS computado no custo de produção, são alocadas ao resultado como dedução dos custos dos produtos vendidos. Já a subvenção federal, baseada no lucro da exploração, é apresentada como dedução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

A Companhia reconhece os incentivos fiscais em regime de competência, independente do momento em que os realiza em termos financeiros, em face dos seguintes fatores: (i) o histórico de cumprimento dos requisitos legais e contratuais necessários para usufruto desses benefícios; e (ii) sua capacidade de assegurar o cumprimento dos requisitos necessários para usufruto do benefício.

No encerramento do exercício social, a parcela de lucro que decorre desse trânsito por resultados das subvenções para investimento é destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais, no Patrimônio Líquido, e é excluída da base de cálculo dos dividendos, tendo em vista que as subvenções têm a natureza de alocação de capital para investimentos, devendo ser obrigatoriamente reinvestidas na Companhia.

A Companhia é beneficiária das seguintes subvenções para investimento de origem governamental:

### 21.1 Incentivos fiscais estaduais

No semestre findo em 30 de junho de 2011, a Companhia fez jus a R\$ 58.881 (R\$ 20.573 em 30 de junho de 2010) decorrentes das seguintes subvenções para investimento estaduais:

#### 21.1.1 *DESENVOLVE - Estado da Bahia*

O Governo do Estado da Bahia, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de uma unidade industrial dotada de um moinho de trigo e uma fábrica de biscoitos e de massas, no município de Salvador - BA. A transferência dos recursos públicos à unidade incentivada ocorre mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81,00% do ICMS devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da unidade industrial referida. A manutenção desses incentivos é condicionada à comprovação contábil e física da integral realização do investimento projetado e da geração de empregos prevista no projeto de investimento. Além desses requisitos quanto ao investimento realizado, exige-se que não haja atraso no pagamento do ICMS devido para não gerar a suspensão do incentivo.

O incentivo é válido até novembro de 2015, podendo ser prorrogado por mais 120 meses.

#### 21.1.2 *FDI/PROVIN - Estado do Ceará*

O Governo do Estado do Ceará, dentro das políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial do Ceará, decidiu alocar recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de duas unidades industriais, sendo (i) um moinho de trigo; e (ii) uma fábrica de gorduras e margarinas especiais, ambas sediadas na cidade de Fortaleza - CE. O incentivo consiste, no caso da unidade de moagem de trigo, no diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão e, ao final do prazo, na

## Notas Explicativas

quitação de 63,75% desse ICMS com recursos do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, correspondentes à subvenção para investimento concedida. No caso da unidade industrial de Margarinas e Gorduras vegetais, a subvenção consiste na quitação de 56,25% do ICMS devido com recursos do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, correspondentes à subvenção para investimento concedida.

A legislação atual e os protocolos assinados com o Estado estabelecem parâmetros de pontuação para obtenção do incentivo, considerando o volume de investimento realizado, a geração de empregos, a demanda por matérias-primas e insumos, bem como a localização e aspectos sociais e ambientais. O direito ao recebimento da subvenção está ainda condicionado ao pagamento no vencimento das parcelas devidas do ICMS.

Para ambas as plantas industriais, considerando os novos investimentos realizados em sua modernização e expansão, a subvenção foi estendida para novembro de 2024 através dos Ofícios CEDIN Nos. 212/2010 (unidade de gorduras e margarinas especiais ) e 213/2010 (unidade de moagem de trigo).

### **21.1.3 PROADI - Estado do Rio Grande do Norte**

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de uma unidade industrial, localizada na cidade de Natal - RN, na qual foram instalados um moinho de trigo e uma fábrica de massas alimentícias. O benefício consiste no diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão e, ao final do prazo, na quitação de 74,25% desse ICMS com recursos do PROADI, correspondentes à subvenção para investimento concedida.

A subvenção foi originalmente concedida até fevereiro de 2010, mas em função dos novos investimentos na modernização da planta, foi recentemente estendida para agosto de 2020.

### **21.1.4 FAIN - Estado da Paraíba**

O Governo do Estado da Paraíba, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de uma unidade industrial na cidade de Cabedelo - PB, na qual foram instalados um moinho de trigo e uma fábrica de massas alimentícias. O benefício consiste na concessão de um desconto de 81% no valor do ICMS incidente nas aquisições do trigo em grão. O desconto é operado mediante o registro de um crédito presumido na escrita fiscal da unidade incentivada, em valor correspondente à subvenção pactuada.

A concessão da subvenção se estende até novembro de 2015.

### **21.1.5 PRODEPE - Estado de Pernambuco**

O Governo do Estado de Pernambuco, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, concedeu recursos de forma a subvencionar os investimentos realizados na construção, implantação e expansão de uma unidade industrial na cidade de Jaboatão dos Guararapes - PE, na qual foi instalada uma fábrica de biscoitos e de massas alimentícias, operadas pela controlada Vitarella. Tal subvenção foi concedida no bojo do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco - PRODEPE, regulado pelo Decreto no. 21.959/99. A subvenção é calculada mediante a aplicação do percentual de 75% sobre o valor do ICMS incidente sobre o trigo

## Notas Explicativas

em grão, consumido pela indústria em equivalente de farinha de trigo. O valor dos recursos correspondentes à subvenção assim calculada é recebido pela indústria mediante a emissão de Nota Fiscal de ressarcimento contra o fornecedor da farinha de trigo adquirida, ou contra o estado, no caso de aquisição do exterior ou de estado não signatário do Protocolo 46/2000 de farinha de trigo ou trigo em grão, ao qual compete receber do Estado de Pernambuco o ressarcimento dos valores correspondentes à subvenção entregues às indústrias de massas e biscoitos incentivadas. Além dos 75% antes mencionados, a subvenção inclui um valor equivalente a 5% do frete incidente sobre as vendas para fora da Região Nordeste, desde que o valor total da subvenção não ultrapasse a um montante equivalente a 85% do ICMS sobre o trigo em grão contido na farinha de trigo consumida.

A concessão da subvenção ocorreu em 8 de janeiro de 2004, produzindo efeitos desde outubro de 2003 até setembro de 2015. Em 30 de junho de 2011, o prazo foi ampliado para 31 de março de 2024.

No caso da unidade industrial instalada em Recife-PE (PILAR), adquirida em 26 de abril de 2011, a subvenção concedida é calculada nos mesmos termos da subvenção concedida à Vitarella. A concessão do benefício ocorreu em 29 de setembro de 2003 e se estende até setembro de 2015.

### **21.1.6 FUNDOPEM - Estado do Rio Grande do Sul**

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, concedeu recursos de forma subvencionar os investimentos realizados na construção, implantação e expansão de uma unidade industrial no município de Bento Gonçalves (RS), onde foi instalada uma fábrica de biscoitos e de massas alimentícias, operadas pela controlada Adria. Tal subvenção foi concedida no âmbito da estratégia de fomento ao desenvolvimento industrial definido no FUNDOPEM/RS. A subvenção é calculada mediante a aplicação do percentual de desconto de 60,0% sobre o valor do ICMS devido. O desconto é operado mediante o registro de um crédito presumido na escrita fiscal da unidade incentivada, em valor correspondente à subvenção pactuada.

A concessão da subvenção se estende até setembro de 2011.

### **21.2 Incentivo fiscal federal**

No âmbito das regras de incentivos fiscais federais, consistentes na redução do Imposto de Renda pessoa jurídica devido, cujo valor é destinado à reserva de capital - subvenção para investimentos - a Companhia é beneficiária atualmente de redução de 75,0% do Imposto de Renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades principais (lucro da exploração) nas unidades industriais da controladora, exceto a unidade Grande Moinho Potiguar (Natal – RN) e da controlada Vitarella sediadas no Nordeste do Brasil.

Em 22 de dezembro de 2010 foi aprovado, pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o pleito de incentivo fiscal da unidade Moinho Dias Branco, tendo em vista ter comprovado a realização dos investimentos previstos no projeto de modernização total da unidade industrial sediada em Fortaleza (CE), nos termos previstos na legislação federal de incentivo ao desenvolvimento do Nordeste. O incentivo, que antes estava em 12,5% do valor do imposto de renda, passou a ser 75% (desde janeiro de 2010 até dezembro de 2019).

Durante o período findo em 30 de junho de 2011, o Grupo fez jus a R\$15.016 (R\$ 18.057 em 30 de junho de 2010) decorrentes dessa subvenção para investimento concedida pela União às referidas

## Notas Explicativas

unidades industriais incentivadas.

Os prazos de vigência das subvenções federais concedidas estão detalhados a seguir:

Unidades industriais	Percentual de redução do IRPJ	Período de validade
Fábrica de Biscoitos e de massas (Eusébio-CE)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de trigo (Fortaleza - CE)	75,0%	Jan de 2010 até Dez de 2019
Fábrica de Gorduras e Margarinas Especiais (Fortaleza-CE)	75,0%	Jan de 2003 até Dez de 2012
Moinho de trigo (Salvador - BA)	75,0%	Jan de 2004 até Dez de 2013
Fábrica de Massas e de Biscoitos (Salvador - BA)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de Trigo e Fábrica de massas (Cabedelo - PB)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Fábrica de Massas (Recife – PE)	12,5%	Jan de 2009 até Dez de 2013
Fábrica de Biscoitos (Recife – PE)	75,0%	Jan de 2004 até Dez de 2012
Fábrica de Biscoitos e de Massas (Jaboatão dos Guararapes - PE)	75,0%	Jan de 2009 até Dez de 2018

É importante mencionar que em 31 de dezembro de 2010 terminou a vigência do incentivo fiscal federal concedido à unidade instalada no Rio Grande do Norte. Contudo, a Companhia está ultimando novo pleito a fim de comprovar a realização de investimentos na modernização dessa unidade, o qual será apresentado à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, oportunamente.

O Grupo cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, etc., bem como não distribuiu na forma de dividendos os valores deles decorrentes. Até então, o Grupo não descumpriu qualquer condição que impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais que lhe foram concedidas.

## 22 Receita líquida

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/11	30/06/10	30/06/11	30/06/10
<b>Receita bruta:</b>	987.754	804.281	1.617.995	1.366.882
Mercado interno	985.813	801.363	1.611.851	1.317.934
Mercado externo	1.941	223	4.448	3.172
Outras receitas	-	2.695	1.696	45.776
Devoluções, descontos e cancelamentos	(10.253)	(9.550)	(23.780)	(21.839)
Impostos incidentes sobre vendas	<u>(120.266)</u>	<u>(98.890)</u>	<u>(224.681)</u>	<u>(189.098)</u>
<b>Receita líquida</b>	<u>857.235</u>	<u>695.841</u>	<u>1.369.534</u>	<u>1.155.945</u>

## Notas Explicativas

### 23 Informações por segmento

Conforme já mencionado na Nota Explicativa nº 4, item v, a Companhia tem somente um segmento de negócio passível de reporte.

O Brasil é o principal mercado e foi responsável por 99,9% da receita bruta consolidada no semestre findo em 30 de junho de 2011 (96,4% em 30 de junho de 2010). As vendas consolidadas no mercado interno e externo estão apresentadas na Nota Explicativa nº 22.

Abaixo demonstramos a receita líquida da Companhia de acordo com as linhas de produtos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/11</u>	<u>30/06/10</u>	<u>30/06/11</u>	<u>30/06/10</u>
Biscoitos	330.191	271.690	746.272	634.997
Massas	132.093	109.107	290.601	255.332
Farinha e farelo	327.340	261.439	276.476	215.753
Margarinas e gorduras	65.785	53.605	52.440	46.515
Diversos	1.826	-	3.745	3.348
Receita Líquida	<u>857.235</u>	<u>695.841</u>	<u>1.369.534</u>	<u>1.155.945</u>

Em 30 de junho de 2011 não houve clientes que individualmente representasse mais que 5,9% (5,3% em 30 de junho de 2010) das vendas, o que demonstra que a Companhia possui uma base de clientes pulverizada e com pouca dependência.

### 24 Custo dos produtos vendidos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/11</u>	<u>30/06/10</u>	<u>30/06/11</u>	<u>30/06/10</u>
Matéria-prima	<u>430.420</u>	<u>303.646</u>	<u>617.583</u>	<u>470.352</u>
- Trigo	309.315	218.542	322.861	225.121
- Óleo	72.054	44.924	71.995	45.501
- Açúcar	17.695	14.038	47.746	37.406
- Farinha de terceiros	-	-	67.716	68.480
- Gordura de terceiros	-	-	35.682	33.917
- Outros	31.356	26.142	71.583	59.927
Embalagens	51.307	44.177	94.643	78.260
Mão de obra	52.076	44.059	103.004	83.953
Gastos gerais de fabricação	43.920	38.703	71.111	60.629
Depreciação e amortização	16.356	13.963	24.100	19.362
Diversos	2.086	418	3.284	2.417
Incentivos fiscal - ICMS	<u>(49.079)</u>	<u>(35.423)</u>	<u>(58.500)</u>	<u>(40.229)</u>
	<u>547.086</u>	<u>409.543</u>	<u>855.225</u>	<u>674.744</u>

## Notas Explicativas

### 25 Despesas com vendas, administrativas e gerais - por natureza

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>30/06/11</b>	<b>30/06/10</b>	<b>30/06/11</b>	<b>30/06/10</b>
Despesas com marketing e vendas	39.315	35.214	104.596	92.740
Despesas com fretes	27.476	24.993	51.848	50.356
Honorários da administração	3.971	3.672	3.971	3.672
Despesas de benefícios a empregados	71.156	64.218	122.188	109.988
Encargos de depreciação e amortização	6.803	7.808	6.382	6.205
Despesas tributárias	3.919	3.869	7.561	7.572
Outras despesas administrativas	<u>15.229</u>	<u>10.684</u>	<u>23.463</u>	<u>17.389</u>
	<u>167.869</u>	<u>150.458</u>	<u>320.009</u>	<u>287.922</u>

### 26 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>30/06/11</b>	<b>30/06/10</b>	<b>30/06/11</b>	<b>30/06/10</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	5.570	1.219	6.981	2.930
Variações monetárias/cambiais ativas	8.938	15.044	9.677	16.846
Outros	<u>2.758</u>	<u>1.492</u>	<u>3.324</u>	<u>3.509</u>
	<u>17.266</u>	<u>17.755</u>	<u>19.982</u>	<u>23.285</u>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre financiamentos	(4.387)	( 5.856)	( 7.342)	( 8.666)
Variações monetárias/cambiais passivas	( 956)	(10.613)	( 1.483)	(11.455)
Outros	<u>(2.209)</u>	<u>( 1.369)</u>	<u>(11.595)</u>	<u>(13.658)</u>
	<u>(7.552)</u>	<u>(17.838)</u>	<u>(20.420)</u>	<u>(33.779)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>9.714</u>	<u>(83)</u>	<u>(438)</u>	<u>(10.494)</u>

### 27 Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

## Notas Explicativas

Atualmente a Companhia não mantém qualquer instrumento financeiro derivativo.

### *Instrumentos financeiros por categoria*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/11	31/12/10	30/06/11	31/12/10
<b>Ativos financeiros destinados a venda</b>				
Aplicações financeiras	-	-	11.156	10.578
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Caixa e equivalente de caixa	99.550	42.418	116.292	54.372
Contas a receber de clientes	146.157	137.618	321.111	259.484
Outras contas a receber - partes relacionadas	1.055	1.127	825	782
Outros créditos	7.200	9.880	12.820	14.463
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>				
Fornecedores	30.014	35.920	73.937	62.380
Financiamentos com instituições financeiras retirar impostos	184.652	77.487	277.547	167.175
Financiamentos diretos	-	-	120.381	90.092
Contas a pagar	6.134	8.692	17.052	13.051

### *Mensuração do valor justo*

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

Nível 2 – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços).

Nível 3 – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

## Notas Explicativas

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo estão classificados como Nível 2.

Em 30 de junho de 2011, os valores justos dos instrumentos financeiros, bem como os valores contábeis apresentados das informações financeiras intermediárias estão identificados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros destinados a venda</b>				
Aplicações financeiras	-	-	11.156	11.156
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	99.550	99.550	116.292	116.292
Contas a receber de clientes	146.157	146.157	321.111	321.111
Outras contas a receber - partes relacionadas	1.055	1.055	825	825
Outros créditos	7.200	7.200	12.820	12.820
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>				
Fornecedores	30.014	30.014	73.937	73.937
Financiamentos com instituições financeiras	184.652	179.860	277.547	266.385
Financiamentos diretos	-	-	120.381	116.413
Contas a pagar	6.134	6.134	17.052	17.052

### *Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos*

#### *Aplicações financeiras*

Os valores das aplicações financeiras registrados nas informações financeiras intermediárias aproximam-se dos valores de realização em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata.

#### *Empréstimos e financiamentos*

Os valores dos financiamentos atrelados à TJLP e CDI aproximam-se dos valores de exigibilidade registrados nas demonstrações financeiras em virtude dessas taxas serem pós-fixadas, mesmo considerando os casos onde há uma taxa fixa adicional.

No caso dos financiamentos pré-fixados, o valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações financeiras intermediárias (8,7% a.a).

Já os financiamentos pelo FNE, o valor justo é igual ao valor contábil, tendo em vista que a taxa

## Notas Explicativas

cotada na data das informações financeiras intermediárias é a mesma da contratação dos financiamentos.

Com relação a dívida decorrente da aquisição da Vitarella, que conforme contrato é atualizada pelo CDI, somente, o valor justo foi determinado considerando também um *spread* de 1,50%, de forma a refletir as condições de mercado.

### *Contas a receber, fornecedores e contas a pagar de curto prazo*

Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

### **Gerenciamento de riscos**

#### Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia mantém mapeados os principais riscos e seus respectivos controles, definidos os critérios de impacto e probabilidade e faz o acompanhamento dos riscos considerados estratégicos e das ações de mitigação dos mesmos. Desta forma, a Companhia monitora os seus riscos através de uma estrutura organizacional multidisciplinar, atribuindo a todas as áreas a responsabilidade pela gestão de riscos, na qual avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as políticas adotadas.

A seguir descrevemos, sumariamente, os principais pontos das Diretrizes de Gestão de Riscos:

**Identificação** - o processo de identificação dos riscos deve tomar por base o planejamento estratégico da Companhia, a partir do qual são mapeados os riscos que podem vir a comprometer o cumprimento das metas caso estes venham se materializar;

**Avaliação** – os riscos devem ser avaliados de acordo com os critérios de probabilidade de ocorrência e impacto sobre o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia;

**Tratamento** – os riscos identificados e avaliados devem ser tratados segundo a resposta que a gestão definir para os mesmos, consistindo em: evitar, aceitar, prevenir, reduzir e transferir;

**Responsabilidade** – cada gestor da Companhia deve ser responsável, no âmbito de atuação das áreas sob sua gestão, pela execução das atividades de controle e/ou de implementação dos planos de ação mitigadores dos riscos, objetivando reduzir o impacto e probabilidade de ocorrência dos mesmos, conforme o tratamento definido;

**Monitoramento** - as atividades de controle e/ou implementação dos planos de ação devem ser regularmente reportadas aos níveis hierárquicos superiores, cabendo a estes a avaliação da eficácia e eficiência das ações respectivas.

As atividades do Grupo expõem as empresas a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, taxa de juros e preço das *commodities*).

## Notas Explicativas

### a. *Risco de crédito*

Esse risco é proveniente da possibilidade do Grupo não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições, tais como depósitos e aplicações financeiras. Para minimizar esse risco, as políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco). Além disso, a Companhia contratou recentemente seguro de crédito para proteção contra a inadimplência de alguns clientes específicos, o que possibilita uma indenização de 90% sobre a perda líquida dos recebíveis desses clientes.

Adicionalmente, o Grupo possui provisão para redução do valor recuperável de clientes, no montante consolidado de R\$ 14.287 (R\$ 13.091 em 31 de dezembro de 2010) representativos de 4,26% (4,80% em 31 de dezembro de 2010) do saldo de contas a receber em aberto, para fazer face ao risco de crédito.

Com relação às aplicações financeiras, o Grupo somente realiza aplicações em instituições financeiras com baixo risco de crédito classificado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo para saldo de aplicação.

### b. *Risco de liquidez*

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização dos seus produtos – com a característica de forte geração de caixa e baixa inadimplência – além dos valores recebidos a título de subvenções para investimento Estaduais e Federais (associadas à implantação/expansão de unidades industriais). Somam-se a este montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm de investimentos para a expansão e modernização de sua estrutura de produção e logística, para aquisição de outras empresas e para a amortização do seu endividamento, pagamento de tributos, distribuição de dividendos e outros desembolsos operacionais.

Em regra, a Companhia não tem necessidade de capital de giro adicional, pois normalmente tem até um ano de prazo para pagamento de suas principais matérias-primas (trigo e óleo vegetal), prazo este mais longo que os concedidos aos seus clientes para pagamento dos produtos adquiridos. Assim, a Diretoria entende que a Companhia continua apresentando sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados nas Notas Explicativas nº 13, 14 e 15.

Vale ressaltar que a Companhia tem limites aprovados em Bancos de primeira linha. Entretanto, esses limites aprovados não estão destinados a cobrir deficiência de liquidez da Companhia, visto que não tem esta indicação. Caso a Companhia venha a ter, poderá utilizar financiamentos para capital de giro, através de Instituições Financeiras Privadas, como Cédula de Crédito Bancário, FINIMP (Financiamento de Importações) ou outros, por elas apresentadas.

## Notas Explicativas

### c. Risco de preço das commodities

Os preços das matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo são voláteis. Caso ocorra uma variação relevante nos preços dos insumos e matérias-primas, a Companhia pode não ser capaz de repassar tais aumentos aos preços de seus produtos na mesma velocidade dos aumentos dos custos, o que poderá vir a impactar a margem de lucro. Como política de prevenção de oscilações de curto prazo, a Companhia tem por prática a manutenção de estoques das principais matérias-primas para aproximadamente três meses de consumo, geridos através de análises do mercado futuro das principais matérias-primas. Este procedimento pode ocasionar algumas variações entre o preço médio dos estoques e o valor de mercado em uma data específica.

Além disso, o Grupo acompanha o mercado mundial de commodities, monitorando os fatores que impactam a formação dos preços tais como períodos de safra, eventos climáticos e decisões de política econômica, dentre outros, com o apoio de consultorias especializadas e sistemas de informações *on-line* com as principais bolsas de mercadorias do mundo. Nessas condições, o Grupo avalia o momento mais oportuno para compra dessas commodities, podendo estabelecer contratos de compra para entrega futura de matéria-prima, já fixando o preço da *commodity*, porém sujeito a risco de variação cambial.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo para pagamento e entrega futura no montante de 144.850 toneladas (145.392 toneladas em 31 de dezembro de 2010), equivalente a US\$ 60.134.

### *Análise de sensibilidade – Contratos de compra de trigo para entrega futura*

Considerando que o risco envolvido sobre os contratos futuros firmados até 30 de junho de 2011, restringe-se a risco de variação cambial, a análise de sensibilidade levou em consideração a possibilidade de três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável e que é adotado pela Companhia: cotação do dólar em R\$1,5611, no mesmo patamar de fechamento em 30 de junho de 2011; (ii) cenário possível: considerando um aumento de 25% na cotação do dólar, passando para R\$1,9514; e (iii) cenário remoto: elevação da cotação do dólar em 50% da utilizada no cenário provável, passando a R\$2,3417:

### **Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito Caixa**

<b>Transação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário Provável</b> Câmbio de 1,5611	<b>Cenário Possível</b> Câmbio de 1,9514	<b>Cenário Remoto</b> Câmbio de 2,3417
<b>Contratos futuros em US\$</b>	Variação do dólar	-	(R\$27.104)	(R\$54.208)

### d. Risco de taxa de câmbio

Os resultados do Grupo estão suscetíveis de sofrer variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras,

## Notas Explicativas

principalmente do dólar norte-americano, decorrentes principalmente da importação trigo em grão e óleo vegetal de soja ou de palma, suas principais matérias primas.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Administração tem adotado a política de evitar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira ou, quando operacionalmente inviável, manter hedge natural, total ou parcial, com a manutenção de ativos suscetíveis também, à variação cambial. Desta forma, a Companhia não faz uso regular de transações envolvendo instrumentos financeiros de proteção patrimonial. Contudo, a Companhia não descarta *a priori* a contratação de instrumentos derivativos com a finalidade específica de hedge ou como parte de operações estruturadas (soluções financeiras compostas por derivativos e outros instrumentos sem assumir risco no ativo-subjacente). Nestes casos, a aprovação da operação deverá seguir as Diretrizes e Políticas internas de Gestão de Riscos da Companhia.

Além da análise de descasamentos temporais entre fluxos de caixa ativos e passivos sensíveis a determinado fator de risco, bem como, no caso da variação cambial, as expectativas quanto a oscilação da taxa de câmbio em relação ao Real, a Companhia realiza, periodicamente, análise de sensibilidade de seus passivos financeiros à variação do Dólar.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	108.410	4.445	108.410	4.445
Ativos em moeda estrangeira (b)	-	-	(67)	(271)
Déficit apurado (a-b)	<u>108.410</u>	<u>4.445</u>	<u>108.343</u>	<u>4.174</u>

Em razão de necessidades de caixa circunstanciais, dado os compromissos de pagamentos assumidos em abril de 2011, em especial o pagamento dos juros sobre o capital próprio e a aquisição da Pilar, a Companhia optou por privilegiar a compra de matéria prima (trigo) através de linhas de financiamento, registrando, assim, um descasamento de caráter transitório que será revertido ao longo de 2011.

Em 30 de junho de 2011, o Dólar encerrou com variação no semestre (desvalorização) em relação ao Real de aproximadamente 6,31% (3,46% de valorização em 30 de junho de 2010).

### *Análise de sensibilidade*

Para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 550 de 17/10/2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação em decorrência do descasamento cambial, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável e que é adotado pela Companhia: cotação do dólar em R\$1,5611 no mesmo patamar de fechamento em 30 de junho de 2011; (ii) cenário possível: conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando um aumento de 25% na cotação do dólar, passando para R\$1,9514; e (iii) cenário remoto: ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a cotação do dólar é elevada em 50% da utilizada no cenário provável, passando a R\$2,3417:

**Notas Explicativas****Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito Caixa**

<b>Transação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário Provável</b> Câmbio de 1,5611	<b>Cenário Possível</b> Câmbio de 1,9514	<b>Cenário Remoto</b> Câmbio de 2,3417
<b>Descasamento cambial</b>	Variação do dólar	-	(R\$ 27.086)	(R\$ 54.172)

*e. Risco de taxa de juros*

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI e TJLP nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. Em 30 de junho de 2011, os financiamentos atrelados a essas taxas somavam o montante de R\$151.231, correspondendo a 36,20% do total do endividamento da Companhia.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/11</b>	<b>31/12/10</b>	<b>30/06/11</b>	<b>31/12/10</b>
<b>Ativos financeiros</b>				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	<u>83.515</u>	<u>25.249</u>	<u>105.462</u>	<u>32.443</u>
	<u>83.515</u>	<u>25.249</u>	<u>105.462</u>	<u>32.443</u>
<b>Passivos financeiros</b>				
Taxas pré-fixadas	71.346	66.554	153.800	143.025
Financiamento em moeda estrangeira <sup>(1)</sup>	108.410	4.445	108.410	4.445
Financiamentos indexados ao CDI e TJLP	24.409	25.097	151.231	128.406
Outros	<u>271</u>	<u>324</u>	<u>271</u>	<u>324</u>
	<u>204.436</u>	<u>96.420</u>	<u>417.712</u>	<u>276.200</u>

*Nota 1: vide comentário sobre risco de taxa de câmbio*

*Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa*

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

*Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável*

Considerando a exposição líquida dos empréstimos e financiamentos atrelados a CDI e TJLP, em 30 de junho de 2011, no valor de R\$ 45,8 milhões, para a qual a Companhia está deduzindo os saldos das aplicações financeiras, também mantidas a CDI, a análise de sensibilidade levou em consideração um aumento máximo de 20% na taxa CDI (representando um aumento de 2,43% pontos percentuais), o que poderia trazer um impacto na despesa financeira de

## Notas Explicativas

aproximadamente R\$1,1 Milhões

Administração da Companhia entende que além de irrelevante, o risco de grandes variações no CDI em 2011 é baixo, levando em consideração a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos.

### Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital através da análise de sua situação financeira e endividamento com base no índice de alavancagem financeira (dívida líquida/ patrimônio líquido), por entender que esse indicador reflete de forma mais apropriada o nível relativo de endividamento da Companhia e da capacidade de pagamento. A Dívida líquida é composta pelos financiamentos e empréstimos, deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras de longo prazo.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão assim demonstrados:

<i>Consolidado</i>	<b>30/06/11</b>	<b>31/12/10</b>
<b>Dívida de Financiamentos e Empréstimos</b>	417.712	276.200
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(116.292)	(54.372)
(-) Aplicações financeiras de longo prazo	(11.156)	(10.578)
<b>Dívida Líquida</b>	290.264	211.250
Patrimônio Líquido	1.891.399	1.760.517
<b>Dívida Líquida/Patrimônio Líquido (%)</b>	<b>15,35%</b>	<b>12,00%</b>

## 28 Lucro por ação

### *Lucro por ação básico*

O lucro por ação básico foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no período findo em 30 de junho de 2011 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste período, comparativamente com o período findo em 30 de junho de 2010, conforme o quadro abaixo:

**Notas Explicativas**

<i>Em milhares</i>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/11</b>	<b>30/06/10</b>	<b>30/06/11</b>	<b>30/06/10</b>
Resultado do exercício	<u>162.657</u>	<u>148.452</u>	<u>164.689</u>	<u>150.905</u>
Lucro atribuível aos acionistas	<u>162.657</u>	<u>148.452</u>	<u>164.689</u>	<u>150.905</u>
Saldo em 1º de janeiro	113.450	113.305	113.450	113.305
Efeito de compra de ações próprias	(13)	-	(13)	-
Efeito de opções de ações exercidas	13	124	13	124
Saldo em 30 de junho	<u>113.450</u>	<u>113.429</u>	<u>113.450</u>	<u>113.429</u>
Média ponderada de ações	<u>113.448</u>	<u>113.420</u>	<u>113.448</u>	<u>113.420</u>
Resultado por ação básico	<u>1,43376</u>	<u>1,30887</u>	<u>1,45167</u>	<u>1,33050</u>

***Lucro diluído por ação***

Sobre o lucro do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia para os períodos findos em 30 de junho de 2011 e 2010, o resultado por ação diluído foi calculado conforme segue:

<i>Em milhares</i>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/06/11</b>	<b>30/06/10</b>	<b>30/06/11</b>	<b>30/06/10</b>
Média ponderada de ações	<u>113.448</u>	<u>113.420</u>	<u>113.448</u>	<u>113.420</u>
Lucro por ação diluído	<u>1,43376</u>	<u>1,30887</u>	<u>1,45167</u>	<u>1,33050</u>

Em 30 de junho de 2011, 13 opções (21 em 30 de junho de 2010) foram excluídas do cálculo de média ponderada do número de ações ordinárias, uma vez que seu efeito teria sido antidilutivo.

O valor médio de mercado das ações da Companhia, para os propósitos de cálculo dos efeitos dilutivos de opções de ação, foi baseado em valores de mercado cotados para o período, durante o qual as opções estavam em aberto.

## Notas Explicativas

### 29 Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os principais bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. A determinação dos bens a serem cobertos por seguros é feita a partir da análise da natureza da atividade envolvida, a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, a distribuição logística de suas 12 plantas industriais e 24 centros de distribuição, além da relação entre o dano potencial de um eventual sinistro versus o custo do seguro.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A Companhia, dentro de sua política de administração de riscos e da reavaliação permanente quanto à suficiência dos seguros existentes, decidiu contratar uma análise independente dos riscos operacionais a que está sujeita, tanto nas plantas e instalações da controladora, como das controladas, de modo a verificar a qualidade das premissas usadas na determinação de quais bens segurar e, quanto aos cobertos por apólices de seguros, a suficiência dos montantes segurados. O referido trabalho serviu de base para contratação dos seguros sobre prédios, mercadorias, matérias primas, produtos em elaboração, embalagens, maquinismos, ferramentas, móveis, utensílios e instalações com as seguintes coberturas:

<b>Tipo de cobertura</b>	<b>Limite máximo de indenização - R\$</b>	<b>Vigência da apólice</b>
Incêndio (inclusive decorrente de tumultos), queda de raio no local e explosão de qualquer natureza e queda de aeronave	250 milhões	01/12/2010 a 01/12/2011
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres	20 milhões	01/12/2010 a 01/12/2011
Desmoronamento	10 milhões	01/12/2010 a 01/12/2011
Tumultos, greves, lock-out e atos dolosos	5 milhões	01/12/2010 a 01/12/2011
Quebra de máquina - Danos materiais	4,5 milhões	01/12/2010 a 01/12/2011
Fermentação própria e combustão espontânea	2 milhões	01/12/2010 a 01/12/2011

### 30 Arrendamento mercantil - operacional

A Companhia é locatária junto à empresa Rowena S.A. de uma aeronave para uso comercial, sem opção de compra prevista, conforme contrato de locação firmado em 27 de fevereiro de 2008. A posição desse contrato em 30 de junho de 2011 é a seguinte:

## Notas Explicativas

	<b>Aluguel anual</b>	<b>Prazo da locação</b>	<b>Opção de Compra</b>
Aeronave Challenger 300	US\$ 550 mil	36 meses	Não prevista

Em face das condições de contratação, a locação da aeronave não a caracteriza como arrendamento financeiro para fins das normas contábeis aplicáveis.

Vale salientar que em função de contrato de compartilhamento de despesa celebrado com Dias Branco Administração e Participações Ltda., metade do encargo é assumido por aquela empresa, tendo em vista o compartilhamento no uso da aeronave.

### 31 Prejuízos fiscais a compensar e base negativa de contribuição social

Em 30 de junho de 2011, as controladas Adria e Pilar possuíam prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a compensar e, após consolidação de débitos no âmbito do programa parcelamento instituído pela Lei 11.941/09 e formalizado junto a Receita Federal do Brasil em 30 de junho de 2011, em atendimento a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 3 de fevereiro de 2011, o saldo remanescente de créditos fiscais estão assim demonstrados:

	<b>30/06/11</b>	<b>31/12/10</b>
Prejuízos fiscais apurados	39.189	3.216
Base negativa de contribuição social	47.303	1.291

### 32 Remuneração dos administradores

O Estatuto Social não prevê a participação dos administradores nos resultados da Companhia e, portanto, não há valor de participação nos períodos findos em 30 de junho de 2011 e 2010. Caso houvesse tal participação, essa seria apresentada separadamente nas demonstrações de resultados dos respectivos períodos, antes do lucro líquido do período e o seu montante por ação do capital social, conforme estabelecido pelo art.187 da Lei nº. 6.404/76.

### 33 Demonstrações do Valor Adicionado

Conforme requerimento do BRGAAP aplicável às companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, o Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

### 34 Demonstrações dos fluxos de caixa

**Notas Explicativas**

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
Caixa e bancos	16.035	17.169	21.984	21.929
Aplicações financeiras em renda fixa	<u>83.515</u>	<u>25.249</u>	<u>94.308</u>	<u>32.443</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>99.550</u>	<u>42.418</u>	<u>116.292</u>	<u>54.372</u>

Na rubrica Caixa e Bancos registra-se o valor em espécie, cheques à vista e considerados à vista (até três dias úteis para serem apresentados) e os valores depositados em contas correntes mantidas junto a instituições financeiras.

As aplicações financeiras em renda fixa referem-se exclusivamente a CDB - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 101,66% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (100,99% em 31 de dezembro de 2010) e estão destinadas a negociação imediata. Por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Vale ressaltar que o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras.

Não houve no período qualquer mudança na política utilizada para a Companhia para determinar os componentes do caixa e dos equivalentes de caixa.

Durante o período findo em 30 de junho de 2011, o Grupo realizou pagamento equivalente a R\$ 6.956 (R\$ 20.651 em 30 de junho de 2010) relativo a juros e variações cambiais e R\$ 16.694 (R\$ 18.104 em 30 de junho de 2010) relativo ao Imposto de Renda e Contribuição Social da pessoa jurídica, conforme detalhado na Demonstração do Fluxo de Caixa - Atividades Operacionais. O pagamento de valores retidos na fonte de terceiros e apenas recolhidos pela entidade estão classificados na demonstração de fluxo de caixa conforme sua origem.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2 – Combinações de negócios, a Companhia adquiriu o controle da PILAR. A seguir apresentaremos o composição do fluxo de caixa decorrente da obtenção desse controle que está classificado nas atividades de investimentos:

	R\$
Caixa e bancos	82
Aplicações financeiras	150
Clientes	20.553
Estoques	5.392
Outros créditos	5.753
Ativo imobilizado	38.146
Fornecedores	( 7.488)
Empréstimos e financiamentos	(25.087)
Outras contas a pagar	(23.079)
Ágio na aquisição	<u>55.500</u>
Preço total de compra	69.922
Valor da aquisição a ser amortizado (sem juros)	<u>(24.850)</u>
Caixa e bancos da PILAR	<u>( 232)</u>
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada Pilar	<u>44.840</u>

## Notas Explicativas

Francisco Ivens de Sá Dias Branco  
Diretor-Presidente

Geraldo Luciano Mattos Júnior  
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior  
Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco  
Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes  
Vice-Presidente - Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco  
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia  
Vice-Presidente-Financeira

Magali Carvalho Façanha  
Contadora CRC - CE 12410/O-0

### Titularidade das Ações

Nosso capital social, em 30 de junho de 2011, é de R\$777,8 milhões, totalmente subscrito, integralizado e dividido em 113.450.000 ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A tabela abaixo indica o número de ações detidas direta ou indiretamente, nesta data, pelo Acionista Controlador e pelos membros do nosso Conselho de Administração e Diretores:

<b>POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>				
<b>Posição em 30/06/2011</b>				
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade Total de Ações (Em unidades)</b>	<b>%</b>
<b>Controlador</b>	<b>71.550.000</b>	<b>63,07</b>	<b>71.550.000</b>	<b>63,07</b>
<b>Administradores</b>	<b>13.510.504</b>	<b>11,91</b>	<b>13.510.504</b>	<b>11,91</b>
Conselho de Administração	2.846.003	2,51	2.846.003	2,51
Diretoria	10.664.501	9,40	10.664.501	9,40
<b>Ações em Tesouraria</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Outros Acionistas</b>	<b>28.389.496</b>	<b>25,02</b>	<b>28.389.496</b>	<b>25,02</b>
<b>Total</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>
<b>Ações em Circulação</b>	<b>28.389.496</b>	<b>25,02</b>	<b>28.389.496</b>	<b>25,02</b>

Nota: Não há membros do conselho de administração e diretoria que detenham diretamente mais de 5% das ações da Companhia.

De acordo com o artigo 20 do nosso Estatuto social, o Conselho Fiscal não tem caráter permanente e não encontrava-se instalado em 30 de junho de 2011.

<b>POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>				
<b>Posição em 30/06/2010</b>				
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade Total de Ações (Em unidades)</b>	<b>%</b>
<b>Controlador</b>	<b>80.750.000</b>	<b>71,18</b>	<b>80.750.000</b>	<b>71,18</b>
<b>Administradores</b>	<b>13.481.503</b>	<b>11,88</b>	<b>13.481.503</b>	<b>11,88</b>
Conselho de Administração	2.846.002	2,51	2.846.002	2,51
Diretoria	10.635.501	9,37	10.635.501	9,37
<b>Ações em Tesouraria</b>	<b>20.638</b>	<b>0,02</b>	<b>20.638</b>	<b>0,02</b>
<b>Outros Acionistas</b>	<b>19.197.859</b>	<b>16,92</b>	<b>19.197.859</b>	<b>16,92</b>
<b>Total</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>
<b>Ações em Circulação</b>	<b>19.197.859</b>	<b>16,92</b>	<b>19.197.859</b>	<b>16,92</b>

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA				
Companhia: <b>M DIAS BRANCO S.A IND E COM DE ALIMENTOS</b>				
Posição em 30/06/2011 (Em unidades de Ações)				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
DIBRA Fundo de Investimentos em Participações	71.550.000	63,07	71.550.000	63,07
Membros do Cons. de Administração e Diretoria	13.510.504	11,91	13.510.504	11,91
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros	28.389.496	25,02	28.389.496	25,02
<b>Total</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA				
Companhia: <b>M DIAS BRANCO S.A IND E COM DE ALIMENTOS</b>				
Posição em 30/06/2010 (Em unidades de Ações)				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
DIBRA Fundo de Investimentos em Participações	80.750.000	71,18	80.750.000	71,18
Membros do Cons. de Administração e Diretoria	13.481.503	11,88	13.481.503	11,88
Ações em Tesouraria	20.638	0,02	20.638	0,02
Outros	19.197.859	16,92	19.197.859	16,92
<b>Total</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Companhia: <b>DIBRA Fundo de Investimentos em Participações</b>		Posição em 30/06/2011 (Em unidades de Quotas)		
Quotistas	Quotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Francisco Ivens de Sá Dias Branco	539,63	99,82	539,63	99,82
Dias Branco Adm. e Participações LTDA.	0,90	0,17	0,90	0,17
IDIBRA Participações LTDA	0,07	0,01	0,07	0,01
<b>Total</b>	<b>540,60</b>	<b>100,00</b>	<b>540,60</b>	<b>100,00</b>

**Cláusula Compromissória de Arbitragem**

Pelo Regulamento do Novo Mercado, e pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, administradores, os membros do Conselho Fiscal e a BOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento da Câmara de Arbitragem.





## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaramos, na qualidade de diretores da M.Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as informações financeira intermediárias relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2011.

Eusébio, 25 de julho de 2011.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco  
Diretor - Presidente

Geraldo Luciano Mattos Júnior  
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior  
Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco  
Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes  
Vice-Presidente - Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco  
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia  
Vice-Presidente-Financeira

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Declaramos, na qualidade de diretores da M.Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as informações financeira intermediárias relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2011.

Eusébio, 25 de julho de 2011.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco  
Diretor - Presidente

Geraldo Luciano Mattos Júnior  
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior  
Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco  
Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes  
Vice-Presidente - Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco  
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia  
Vice-Presidente-Financeira